

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
Unidade Acadêmica de Graduação - Escola de Humanidades
Curso de História - Licenciatura

Felipe Vieira Chiamulera

O Engenheiro como Antropólogo:

disputas de representação por território entre o Império do Brasil e a República do Paraguai e a obra científica de Alfredo D'Escagnolle Taunay (Guerra contra o Paraguai, 1864-1870)

São Leopoldo

2024

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
Unidade Acadêmica de Graduação - Escola de Humanidades
Curso de História - Licenciatura

Felipe Vieira Chiamulera

**O Engenheiro como Antropólogo:
disputas de representação por território entre o Império do Brasil e a República do
Paraguai e a obra científica de Alfredo D'Escagnolle Taunay (Guerra contra o
Paraguai, 1864-1870)**

São Leopoldo
2024

Felipe Vieira Chiamulera

**O Engenheiro como Antropólogo:
disputas de representação por território entre o Império do Brasil e a República do
Paraguai e a obra científica de Alfredo D'Escragnolle Taunay (Guerra contra o
Paraguai, 1864-1870)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em História pelo Curso de
História da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof.^a Dra. Deise Cristina Schell

São Leopoldo
2024

RESUMO

A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi marcada pelas disputas territoriais típicas da política dos Estados-nação do século XIX. Para além de se estabelecer militar e territorialmente, é parte dessa lógica se apropriar dos ambientes e dos povos que vivem nestes espaços. Tendo como chave de leitura Foucault (2008; 2016), esta lógica colonial se traduz, também, nas disputas simbólicas de classificação e categorização do ambiente e das populações. Neste contexto, em 1865, partiu de Campinas para Mato Grosso uma comissão de engenheiros do exército brasileiro de que fazia parte Alfredo D'Escragnolle Taunay, que viria a ser futuramente Visconde de Taunay. Sendo “herdeiro” da missão artística francesa, filho de Felix Émile Taunay e neto de Nicolas Antoine Taunay, ele vinha de uma família mais interessada em entender o Brasil do que empreender nele (Wittmann, 2007). Para compreender os interesses implicados no *Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província do Matto Grosso* (1865-66) redigido por Taunay se fez uma análise de alguns textos do jornal paraguaio *Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles*, do mapa Carta corográfica del Paraguay e de outras produções do engenheiro (*Scenas de viagem e Entre os nossos índios*). A partir destas fontes, procuramos analisar o uso das representações de indígenas da fronteira como retórica para disputas territoriais, através do conceito de representação de Roger Chartier (2011). Veremos como as descrições, longe de serem ingênuas, configuram um campo de lutas de representação que foi se moldando muito antes de Alfredo Taunay ir à Guerra contra o Paraguai. Antes, estão inspiradas numa tradição que vai do relato de viagem ao estudo corográfico. Assim, para compreender a complexidade das representações feitas por Taunay e pelos mantenedores do discurso oficial paraguaio, o presente trabalho faz uma análise das formas que o poder se expressa na modernidade, principalmente nas relações de poder entre governo (Foucault, 2008), capitalismo (Wood, 2001) e Ciência moderna (Foucault, 2008, 2016; Lyotard, 2009; Kuhn, 2013) no mundo e seus usos no Brasil. Em seguida, fazemos um panorama das disputas territoriais no Prata ao longo da modernidade e suas repercussões nas disputas entre Brasil e Paraguai pela navegação da bacia do Prata. Neste sentido, propomo-nos a pensar Alfredo D'Escragnolle Taunay como um engenheiro-antropólogo, complexificando a leitura de que ele teria uma sensibilidade ímpar com os indígenas (Wittmann, 2007), já que é possível observar que ele carregava os interesses do Estado brasileiro em dominar a região e os povos da fronteira entre Paraguai e Mato Grosso.

Palavras-chave: Alfredo D'Escragnolle Taunay, Roger Chartier, Império do Brasil, Guerra do Paraguai, corografia.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é o feito de uma pessoa. Nele estão implicadas, antes, as muitas vozes que ao longo da minha vida representaram, na prática cotidiana, o poder da ternura e o amor pelo conhecimento. Desta feita, se, ao longo deste trabalho, faço uma História das grandes forças que conformam (e conformaram) as formas metanarrativas que se expressam (e se expressaram) nos discursos científicos desumanizantes da modernidade. Faço nestes agradecimentos uma contra-história, uma história humana de todos estes afetos que atravessam o presente trabalho. Assim, peço a devida licença da leitora para citar estes afetos nominalmente. Para poder fazer isso, vou precisar me alongar um pouco nestes agradecimentos.

Dedico este trabalho à minha mãe, Cláudia Fátima, que me ensinou a importância da educação e sempre me instigou à leitura e ao gosto pelo saber como prática de liberdade. Tua escuta é toda uma faculdade para a leitura do mundo que ensina a olhar o todo da humanidade na sua minúcia, nas singularidades e nas complexidades, que só são compreensíveis através dessa escuta ativa, do olhar atento, interessado e afetuoso. É essa prática que me ensinou que o conhecimento, ninguém tira de mim. Foi assim que pude dar valor à percepção e à crítica, capital na prática historiográfica. Obrigado minha deusa-filósofa, *Atenas*, por ter ensinado este teu *Nemo* a nadar nas intempestivas, imprevisíveis e complexas águas do saber e dos afetos humanos. Sem isso seria impossível mergulhar no amor pelas humanidades.

Ao meu pai, Ivanir Antônio, que em toda sua sabedoria chucra e seu ofício me ensinou o valor dos vínculos sociais, da ternura e do saber crítico. De todas as técnicas que tu me ensinou, da pesca ao debate, de aprender a andar até aprender a dirigir, teus gestos sempre mostraram que existe um mundo além da escrita, feito de braços, pernas, carne e osso. Foi na tua companhia que aprendi o amor pela História, das narrações da tua vida campesina ao nosso encantamento comum pelas histórias de guerreiros e cavaleiros de tempos pretéritos. Obrigado meu herói de dois mundos, *Giuseppe Garibaldi*, por ter ensinado este teu *Aquiles* a explorar o mundo em sua materialidade profunda. Sem isso, seria impossível superar os obstáculos e adversidades da vida.

Pela vocação ao professorado, dedico este trabalho à minha amada vó Terezinha. Teu amor integral me ensinou, desde a epigênese da infância, a olhar o outro enquanto Outro, enquanto diferença que agrega. Foi a tua compaixão e a tua piedade que me ensinou que existe um mundo além do meu. Que existem pessoas que vivem, sorriem, amam, temem e sofrem. Que me ensinou sobre a iniquidade e sobre a potência do gesto como prática de uma

utopia para o surgimento de um mundo mais justo. Obrigado pelo alimento da alma (e do corpo) sempre feito com o sabor do amor de uma avó comprometida com a alegria de ser. Só assim pude compreender que nem só de pão vive o ser humano, mas também dele se precisa para viver.

Pela coragem de se ser quem se é, dedico este trabalho ao meu vô Ari. É no trabalho do teu braço e no suor do teu rosto que aprendi o significado das lutas que atravessam as fronteiras do Brasil, da América Latina, do mundo e do tempo. Lutas estas que constituem quem somos e para onde podemos ir. É teu destemido e nômade espírito indômito que me ensinou a trilhar meu caminho independente dos juízos dos outros. Obrigado por ter sido este operário que construiu as bases da minha autenticidade. Sem isso, o olhar crítico seria impossível.

Dedico este trabalho à minha vó Glória, que me ensinou a ter fé na humanidade. Foi tua devoção à comunidade que me aprendi que existe um caminho alternativo às limitações do individualismo desumanizado que se delineiam nesse mundo. É na força viva que tu expressa, que aprendi a me deixar emocionar com a vida, que aprendi que somos mais do que autômatos: somos sentimento e, sentir, é ter coragem.

Ao vô Zacarias (*in memoriam*), que com sua história me ensinou que a História das humanidades é feita de pessoas que arriscam.

Ao tio Cláudio que sempre cuidou de mim e me ensinou que a música, o cinema, a fotografia e a arte como um todo, é esse meio para escaparmos de um mundo que busca sempre representar os nossos limites e nos normatizar. Tuas histórias do folclore gaúcho e tua influência foi a centelha para uma prática de liberdade baseada na inventividade da vida.

Ao tio Valdelírio (*in memoriam*), que viveu pelo labor da terra, pelo fruto do chão, e não abandonou suas raízes neste mundo que cada vez mais homogeneiza, universaliza toda gente. Tua dedicação ao chão e às raízes culturais, foram inspiração para buscar alternativas de vida que não sejam baseadas na exploração do ser humano, mas no respeito pela natureza e pelo passado (*Merica, Merica, Merica. Cossa saràlo 'sta Merica? Merica, Merica, Merica. Un bel mazzolino di fior*).

À Virgínia Maria, por toda inspiração intelectual que me proporciona. É por causa das reflexões e do carinho do meu *bezinho* que este trabalho foi possível. Teu olhar tão singular me ensinou que o mundo não é esse mecanismo, que o cientificismo defende. Antes, é um universo de potências que, nas suas particularidades, deixam sinais do que nos faz humanos. São todos esses anos de conversas desinteressadamente interessadas, que me fizeram ver que ciências também se fazem com arte, experimento, prática. Tudo que tu é espelha e contradiz

tudo que sou, graças a isso posso ser (incompletamente) completo. Por ser por todo esse tempo esta amada companheira que és, dedico este trabalho a ti (*Quem tem amor na vida tem sorte*).

Ao meu irmão Bruno Dinis, que, com toda sua paixão pelas ciências da natureza, me mostrou que não somos humanos sem aquilo que nos faz intrinsecamente desejo, anseio, tremor e fervor. Desde o ceticismo juvenil até o retorno às crenças, foi contigo que aprendi a complexidade da vida e compreendi o (incontornável) contraditório. Por todo o teu carinho nesses longos anos de amizade, escuta e calor; te agradeço cada figura trocada, cada palavra significada, cada experiência vivida, por toda uma vida ao teu lado, por toda a dedicação (*There's something inside you. It's hard to explain.*).

Ao meu amigo Ricardo por compartilhar esta paixão interessada pela História. Teus *insights* e todo teu conhecimento historiográfico sempre foram uma inspiração para um jovem historiador em formação (*En la lucha de clases todas las armas son buenas piedras noches poemas*).

Ao meu amigo Marco Antônio, pela tua autenticidade e por todas as conversas honestas e humanas com quem compartilhei tantos bons momentos de boêmia e verdadeira amizade.

Ao meu amigo Lorenzo Augusto, pela tua inspiradora forma de narrar. Foi nas nossas conversas que descobri o amor pelas Relações Internacionais e no teu espírito independente que aprendi que História não é só narrativa, mas que saber narrar também é preciso.

À minha amiga Anna Julia, minha colega de trabalho, meu grupo de pesquisa, uma amiga para a vida; por toda tua sensibilidade.

À minha amiga Eduarda, pelas noites no Bar do Alemão, pelas longas conversas sobre a (*divino-profana*) condição humana.

E a todas as colegas de curso e profissão que sentiram, sofreram e sorriram comigo ao longo destes anos: Andriane, Bernardo, Brenda, Daniele, Ilton, Joanna, Luciana, Natália, Paula, Paulo, Ricky, Simone, Tayze, Thamires, Victoria, Vitor, Yumi e tantos outros que marcam e marcaram o meu período formativo.

Ao meu amigo Gabriel, o Gabito, por seus escritos que sempre inspiraram e emocionaram o espírito destes jovens incomodados com a miséria humana.

Ao meu amigo Matheus, pela poesia da sua luta e o seu admirável espírito irrequieto e original.

Aos funcionários (e amigos) da Fundação Ernesto Frederico Scheffel por ter me ensinado o valor da educação patrimonial como escuta ativa do Outro que vê e significa através das lentes da História e da Arte: Bernardo, Brenda, Fredi, Georgia, Grazi, Kennedy,

Mateus, Paulo, Rose. Agradeço especialmente ao Angelo, por ter me provido com tanta experiência e conhecimento; à Tânia por seu calor sempre muito hospitaleiro; e à Gabriela por toda sua sabedoria. Trabalhar com vocês foi um aprendizado singular por si.

A todas as professoras e a todos os professores que me ensinaram a ter vontade de saber. Em especial à professora Marlene, do Colégio Adventista de Esteio, foi nas tuas aulas que me descobri historiador; à professora Simone, do Colégio Maria Auxiliadora, foi nas tuas aulas que me descobri antropólogo; à professora Ana Maria que me proveu com uma sólida formação histórica e às professoras Deise, Eliete e Patrícia que me ensinaram o valor da literatura.

Às professoras que me ensinaram a ser historiador: à Marluza, tua prática historiográfica (e docente) me ensinou que nós, que nos dedicamos às ciências humanas, não podemos nos dar o luxo de não sermos críticos, foi nas tuas aulas que aprendi que a prática historiográfica deve ter tanto rigor (e tantos aportes) quanto a prática médica; à Ana Paula, por ter me ensinado o valor da História das Ciências, da História das Elites (e da importância das notas de rodapé); à Maria Cristina (Ma Cris), foi nas tuas aulas que descobri o sentido da minha pesquisa e o lugar do fazer historiográfico na minha vida; à Maíra que me ensinou o valor da micro-história, e da potência de se encontrar nos sinais todo um mundo de significados; à Maria Cristina (Tita) por ter me instigado a me interessar por uma História dos Povos Indígenas (e por toda inspiração que teu trabalho me proporcionou).

Por fim, e tão importante quanto todas, à minha orientadora Deise Cristina que esteve sempre aqui para me ouvir, me ensinar. Foi nas tuas aulas que descobri a paixão pela História do Brasil, pelo século XIX, e a potência da literatura enquanto prática de escuta ativa do Outro histórico. Obrigado por toda tua compreensão, toda tua escuta, toda tua paciência. Este trabalho seria impossível sem ti.

A tantos outros que, por si só, dariam livros inteiros, histórias que fazem parte da minha História, agradeço por todos os atravessamentos que constituíram a trama histórica de que faço parte. Muito obrigado.

*Modernizar o passado
É uma evolução musical
Cadê as notas que estavam aqui
Não preciso delas!
Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos
O medo dá origem ao mal
O homem coletivo sente a necessidade de lutar
o orgulho, a arrogância, a glória
Enche a imaginação de domínio
São demônios, os que destroem o poder bravio da humanidade
Viva Zapata!
Viva Sandino!
Viva Zumbi!
Antônio Conselheiro!
Todos os panteras negras
Lampião, sua imagem e semelhança
Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia.
- Monólogo ao pé do ouvido.
Chico Science e Nação Zumbi.*

“...Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas.”

(Suárez Miranda: Viajes de varones Prudentes, livro quarto, cap. XIV, Lérida, 1658.)

- Do rigor na ciência.
Jorge Luis Borges,
em O Fazedor

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
CAPÍTULO 1 - A VERDADE DOS BUROCRATAS: OS JOGOS DE CODIFICAÇÃO DA CIÊNCIA MODERNA, DO GLOBAL AO NACIONAL.....	38
1.1 - A arte de governar.....	39
1.2 - “A maior ou menor perfeição nessa disciplina determina o maior ou menor grau de prosperidade dos estabelecimentos”: propriedade privada da Europa burguesa ao Brasil do latifúndio cafeeiro.....	44
1.3 - “Ela cria um mundo à sua imagem e semelhança”: a Ciência Moderna e o Homem.....	54
1.4 - “Procuraria cumprir o preceito camoneano do uso simultâneo da espada e da penna”: Taunay, entre as codificações da família e do Estado.....	60
CAPÍTULO 2 - A INVENÇÃO DOS IMPÉRIOS: DISPUTAS POR TERRITÓRIO NO CONE SUL, DO PERÍODO COLONIAL E INDEPENDENTE.....	86
2.1 - O contexto platino e as disputas territoriais.....	86
2.2 - As disputas territoriais nas colônias ibero-americanas e a centralidade da cartografia nas lutas de representação territorial.....	88
2.3 - A Espanha Bourbônica, as explorações territoriais espanholas e o Tratado de Santo Ildefonso.....	93
2.4 - O Tratado de Santo Ildefonso em perspectiva jurídica.....	95
2.5 - As complexas relações internacionais na Bacia do Prata, das Independências à meados da década de 1850.....	98
CAPÍTULO 3 - A ORDEM DAS REPRESENTAÇÕES: TERRITÓRIOS BRASILEIROS E PLATINOS NAS DISPUTAS DE REPRESENTAÇÃO EM MEADOS DO SÉCULO XIX.....	106
3.1 - Disputas Brasil-Paraguai pela Navegação no rio Paraguai.....	106
3.2 - A “Guerra” do Pán de Azúcar: disputas territoriais entre Brasil e Paraguai pelo Mato Grosso Meridional.....	110
3.3 - “O terena [...] aceita com dificuldade nossas ideias”: representações de povos indígenas por Alfredo D’Escragnolle Taunay durante a Guerra contra o Paraguai.....	119
3.4 - O engenheiro como antropólogo: estranhamento no “olho do Império”.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS:.....	137
Fontes:.....	137
Bibliografia:.....	137

Lista de Mapas

Mapa 1 - Mapa “Carta da fronteira do Imperio do Brazil com a Republica do Paraguay” organizada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, de 1872.....	19
Mapa 2 - Mapa das Cortes (1749).....	91
Mapa 3 - Detalhe do mapa “Carte Générale du Paraguay et de la Province de Buenos-Ayres”, de Félix Azara.....	94
Mapa 4 - Os tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777).....	96
Mapa 5 - Missões do Itatim (em verde).....	113
Mapa 6 - Carta corografica del Paraguay, de Solano Lopez e Eugène Cortambert (1854)....	114
Mapa 7 - Detalhe do mapa “Carta corografica” (1854). À oeste, o rio Paraguai; na margem leste, o Pán de Azúcar; ao sul, o rio Apa; ao norte, o rio Branco.....	115

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Currículo do Colégio de Pedro II, de 1841-1855.....	79
Tabela 2 - Currículo da Escola Central, em 1858.....	81

Lista de Fotografias

Fotografia 1 - Comissão de Engenheiros do Corpo Expedicionário do Mato Grosso.....	24
Fotografia 2 - Alfredo D'Escagnolle Taunay, em 1863.....	82

Lista de Pinturas

Pintura 1 - Boqueirão e Arcos da Lapa, óleo sobre tela de Leandro Joaquim, c. 1790.....	67
Pintura 2 - Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do Convento de Santo Antônio, óleo sobre tela de Nicolas-Antoine Taunay, 1816.....	70
Pintura 3 - Acclamação de S. M. o Snr d. Pedro I Imperador Cal. do Brasil, de Félix-Émile Taunay, aquarela, século XIX.....	73

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Estamos no primeiro ano da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. São os últimos dias de 1864 e, após a intervenção brasileiro-argentina no governo *blanco* de Atanásio Aguirre na República Oriental do Uruguai, a República do Paraguai lançou uma série de ataques à recém unificada República da Argentina, de Bartolomé Mitre, pelo norte; e ao poderoso Império do Brasil, de D. Pedro II, pelas províncias de Mato Grosso e do Rio Grande de São Pedro. Ainda com dificuldades para articular suas forças¹, o Império prepara dois Corpos Expedicionários² para responder à ofensiva paraguaia por esses *fronts*. (Doratioto, 2022). É neste contexto que, em 1º de abril de 1865, o vapor Santa Maria parte da Corte do Rio de Janeiro em direção ao porto de Santos com uma Comissão de Engenheiros. Em Santos, a Comissão enfrentaria a sinuosa Estrada do Vergueiro para que, em São Paulo, no dia 3 de abril, se encontrasse com o comandante do Corpo Expedicionário do Mato Grosso, o Coronel Manuel Pedro Drago (Taunay, 1874). Em Uberaba, o Corpo Expedicionário composto pelas forças de São Paulo se encontrariam com as forças mineiras, para seguir seu rumo, passando por Goiás, e, por fim, chegariam ao seu posto defensivo no sul da província do Mato Grosso (Doratioto, 2022). O envio de engenheiros ao campo de batalha nesse contexto não era sem propósito.

Antes, buscava preencher as lacunas de conhecimento do Império sobre seus próprios domínios. Conhecer e nomear os marcos e limites naturais, suas vilas e povoados, suas populações e características, significava fincar uma bandeira sobre seus domínios e declarar ao mundo sua legitimidade sobre os territórios reivindicados (Neto, 2019). Mandar engenheiros para o *front* era um meio de legitimar a Guerra através de parâmetros científicos da época.

Essas intenções se aclaram ao lermos o ofício do Ministro da Guerra, Angelo Moniz da Silva Ferraz, instruindo as atribuições dos engenheiros nos territórios marcados pelo conflito. Na Ordem do Dia nº 505, de 5 de março de 1866, o Ministério da Guerra estabelecia que:

¹ Decreto nº 3.383, de 21 de janeiro de 1865. Manda destacar 14.796 guardas nacionaes dos differentes corpos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3383-21-janeiro-1865-554522-publicacaoorigin-al-73146-pe.html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

² Decreto nº 3.382. Chama ao serviço de corpos destacados na Provincia de Mato Grosso seis mil Guardas Nacionaes da de Minas Geraes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3382-21-janeiro-1865-554521-publicacaoorigin-al-73145-pe.html>. Acesso em: 14 nov. 2024; e Decreto nº 3.381, 21 de janeiro de 1865. Chama a serviço de corpos destacados na Provincia de Mato Grosso tres mil Guardas Nacionaes da de S. Paulo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3381-21-janeiro-1865-554520-publicacaoorigin-al-73144-pe.html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

Artigo 6º - Os oficiais do Corpo de Engenheiros serão empregados:

1- Em todos os trabalhos relativos à fortificação permanente e de campanha, ao ataque e defesa das praças, dos postos destacados, ou quaisquer entrincheiramentos, e aos reconhecimentos para tal fim.

2 – Na construção e reparação de edifícios, pontes, estradas, passagens e vias militares.

3 – Nas secretarias e empregos administrativos dos estabelecimentos de instrução, ou quaisquer outros que não forem especiais ao estado-maior de artilharia, na forma do Dec. nº 3526 de 18 de novembro de 1865.

4 – No serviço de instrução dos estabelecimentos no Ministério da Guerra.

5 – No levantamento das plantas, cartas geográficas e topográficas, configurações dos terrenos, e na organização de projetos, planos, estatísticas, itinerários e memórias militares.

6 – No arquivo militar.

7 – No serviço próprio de estado-maior de artilharia, quando houver falta absoluta de oficiais de outras armas, que tenham habilitações e conhecimentos próprios de outros serviços. (Ministério da Guerra apud Malan, 2011, p. 5)

Se bem posterior à partida da Comissão de Engenheiros junto ao Corpo Expedicionário do Mato Grosso, a Ordem supracitada aponta justamente os interesses do Império na produção de conhecimento sobre seu território ordenado cientificamente. Isto se expressa principalmente no parágrafo 5, sobre os levantamentos cartográficos, e no parágrafo 6, sobre a atribuição no arquivo militar. Ainda, o parágrafo 3 aponta para a atribuição em instituições de instrução, indicando justamente a reprodução do conhecimento produzido nesse processo de ordenamento do território.

O recém formado Segundo-Tenente de Artilharia, Alfredo D’Escragnolle Taunay, futuro Visconde de Taunay - engenheiro e principal relator do Corpo Expedicionário do Mato Grosso - , não considerava que os estudos da comissão fossem valiosos às questões práticas do campo de batalha. É o que ele deixa transparecer em suas Memórias. Conforme o próprio Taunay,

Observarei aqui, entre parênteses e levado pelo arrastamento da verdade, que *os serviços da nossa Comissão nunca foram lá muito valiosos à expedição*. Todos nós, comodistas e saídos de fresco da Escola Militar, primávamos por muita pretensão, que não se afirmava de modo algum nos resultados práticos, e qualquer trabalho nos custava não pouco por querermos em tudo aplicar as regras de rigorosa teoria. Enfim para diante tudo tão caro pagamos e tanto sofremos da sorte, que muita coisa nos deve ser desculpa. (Taunay, 2004, p. 189, grifo nosso)

A revelia desta opinião, a produção de conhecimento feita pela Comissão sobre o território e suas populações foi capital para que o Império pudesse institucionalizar e fundamentar cientificamente seus domínios sobre, por exemplo, a fronteira³ com o Paraguai.

³ Aqui, vale dizer que o entendimento que se tem de fronteira neste trabalho é conforme as definições administrativas do século XIX. Segundo Benedict Anderson, pensava-se “as fronteiras como segmentos de uma linha contínua num mapa, que não correspondia a nada visível no chão, mas que demarcava uma soberania exclusiva contida entre outras soberanias” (Anderson, 2008, p. 238). Seria interessante fazer um estudo mais aprofundado das permeabilidades da fronteira estudada neste trabalho à época das disputas demarcatórias entre

Segundo Neto, as informações enviadas à Corte por comissões de engenheiros durante a Guerra contra o Paraguai foram fundamentais nos esforços do Barão de Ponte Ribeiro ao desenhar os limites do país guarani com o Império no seu “Mapa dos Limites do Brasil com o Paraguay” (mapa 1), de 1872. Valendo-se de tratados e mapas coloniais como base para a política de reconhecimento territorial, a atualização dos limites fronteiriços dependia das informações presentes nas descrições, mapas e croquis enviados por engenheiros, como Taunay, durante a Guerra (Neto, 2019). Ainda conforme Neto,

O “Mapa dos Limites do Imperio do Brazil com o Paraguay”, de 1872, coordenado pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro que sela, após a Guerra contra o Paraguai, as fronteiras entre o Império do Brasil e aquela República devastada pelo conflito, é um excelente exemplo de como jogar com essas cartas com mapeiam cursos d’água, topônimos diversos, acidentes do terreno e limites quase divinamente naturais das marcas territoriais entre países, povos e jurisdições. (Neto, 2019, p. 127)

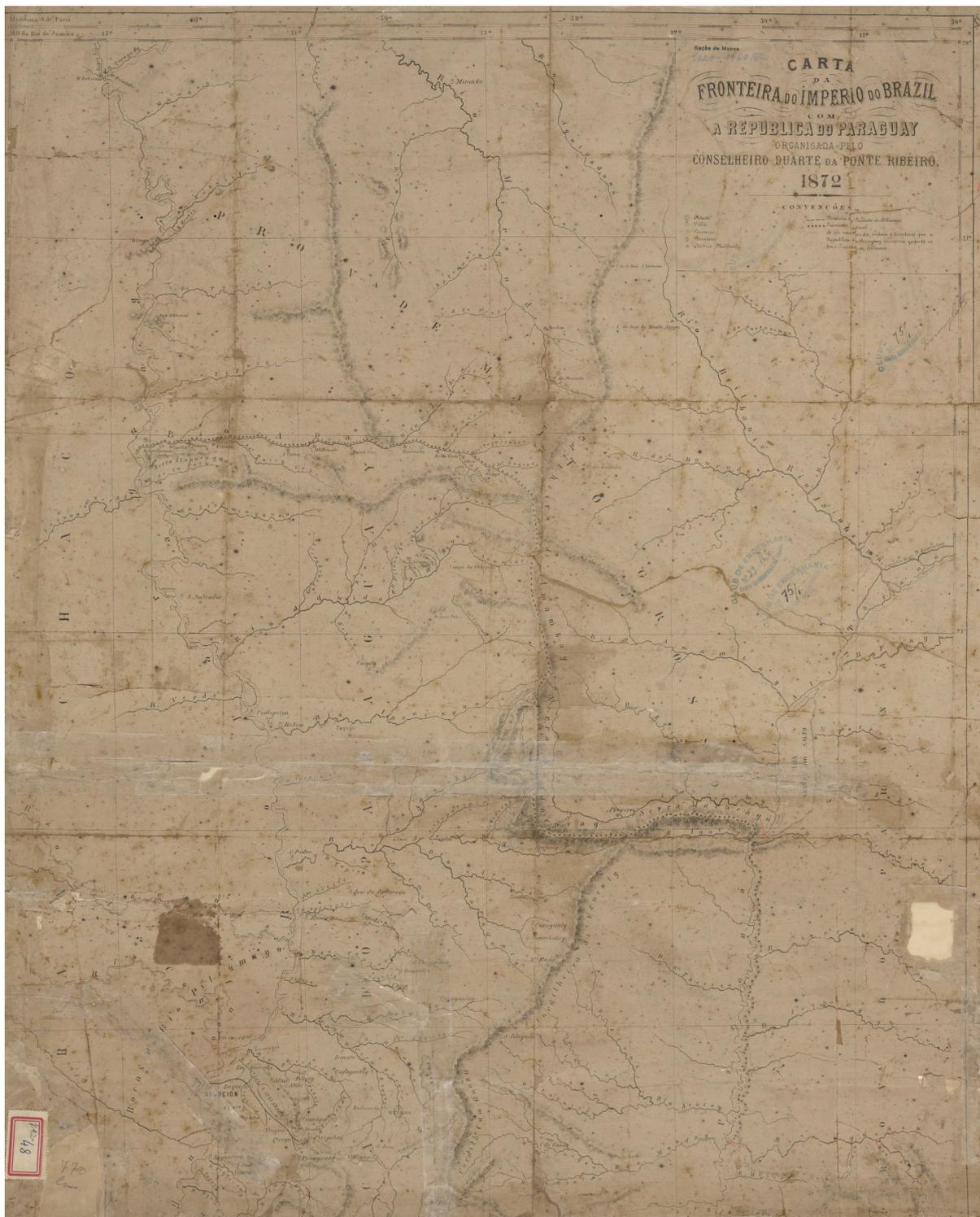
Neste sentido, os mapas contribuem para uma História dos lugares, das identidades espaciais, que estão submetidas aos regimes de representação. Conforme Quadros, “pelo termo lugar compreendemos as correlações semânticas entre um campo espacial e um sujeito interpretante” (Quadros, 2008, p. 29). O “lugar” atravessa o social, é produção e produtor da realidade. A disciplina a que os lugares são submetidos pelos burocratas brasileiros, assim, é uma forma de controlar o mundo em que se inserem os sujeitos, de produzir identidade, de representar uma nação. Dessa forma, compreendemos os mapas como essas instâncias de poder que fundamentam a identidade. Conforme Benedict Anderson (2008),

Tal como os censos, os mapas de tipo europeu operavam com base em uma classificação totalizante, que levou os seus produtores e consumidores burocráticos a políticas de consequências revolucionárias. Desde a invenção do cronômetro, em 1761, por John Harrison, que permitiu o cálculo exato das longitudes, a superfície curva de todo o planeta havia sido submetida a uma grade geométrica que enquadrava os mares vazios e as regiões inexploradas dentro de quadriculados medidos com precisão. A tarefa de, por assim dizer, "preencher" esses quadriculados ficava a cargo de exploradores, topógrafos e soldados. No Sudeste Asiático, a segunda metade do século XIX foi a idade de ouro dos topógrafos militares - coloniais e, pouco depois, tailandeses. Eles se mobilizaram para deixar o espaço sob a mesma vigilância que os recenseadores tentavam impor às pessoas. Triangulação por triangulação, guerra por guerra, tratado por tratado, assim avançava o alinhamento entre o mapa e o poder (Anderson, 2008, p. 239).

o Brasil e o Paraguai tentando compreender de que forma se davam as relações dos sujeitos implicados nos territórios dos dois lados da fronteira, na chave de leitura de uma fronteira em movimento, conforme proposto por Fábio Kuhn (Kuhn, 2002): que relações tinham, que disputas se configuravam, que trocas existiam *etc.* Entretanto, não houve tempo hábil para isso neste trabalho. De qualquer maneira, a noção de fronteira será complexificada ao longo do trabalho.

Além de contribuir na preparação de mapas para sustentar as reivindicações territoriais do Brasil ao Paraguai, nos relatórios de Taunay também constam descrições de regiões com terras consideradas férteis e inférteis, relevo, clima e povos de cada parte daqueles territórios nacionais por onde passou (Taunay, 1874). Essas informações são estratégicas num contexto em que a expansão agrícola, do século XIX, levava as elites agrárias brasileiras - principalmente as ligadas à produção de café - a articularem um novo estatuto da propriedade privada da terra no Brasil. Assim, revendo esse direito para, por exemplo, imigrantes (Gadelha, 1989) e por aqueles povos indígenas que passavam a ser considerados civilizados pelo Império e passavam a ter suas terras consideradas como devolutas (consideradas pelo Estado “vazias”, sem proprietário) (Amoroso, 2014).

Mapa 1 - Mapa “Carta da fronteira do Imperio do Brazil com a Republica do Paraguay”
organizada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, de 1872



Fonte: Neto (2019, p. 127). Disponível em:

<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/4862>. Acesso em: 22 nov. 2024

O tipo de descrição que Taunay fazia, apesar de não estar nomeado desta forma nos seus relatórios, configura-se dentro do gênero corográfico caracterizado pela representação do território nas suas dimensões geográficas, climáticas e populacionais e muito utilizado no Império à época, como ferramenta de apropriação sobre o próprio território (Kodama, 2009). Ao longo deste trabalho veremos como as representações territoriais foram apropriadas para garantir a fundamentação científico-jurídica da delimitação de fronteiras e ocupação do território associada a projetos práticos, como as políticas de aldeamentos indígenas, a colonização militar e europeia e a própria Guerra. Veremos que os estudos corográficos se configuraram em aparatos descritivos práticos utilizados na política mais ampla do Império do Brasil a fim de fundamentar o direito brasileiro aos territórios reclamados como seus durante a Guerra contra o Paraguai - explorando o território nos sentidos epistêmico e, em última instância, econômico.

Participando da Guerra, Taunay foi considerado importante memorialista, sendo sua obra utilizada como fonte até hoje pela historiografia. Entretanto, são poucos os trabalhos recentes da historiografia que trabalham exclusivamente as relações entre o Visconde de Taunay e os indígenas. Em pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Plataforma Capes, buscando-se as palavras-chave “Visconde de Taunay”, “Chartier” e “Indígenas”, com o conjuntor “AND”, e refinando a pesquisa para trabalhos produzidos em programas de pós-graduação em História, encontram-se quatro trabalhos. O trabalho *Entre fronteiras e nações: Um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1870 a 1890*, de Francisco Gouvea de Sousa, analisa publicações feitas pela revista desde a Guerra contra o Paraguai até a Proclamação da República, com atenção ao Visconde de Taunay e Couto de Magalhães, nas suas discussões sobre fronteiras e nações observando a importância das ações de D. Pedro II contra a selvageria e o republicanismo. As questões surgidas a partir da Guerra contra o Paraguai sobre a nação brasileira no combate civilizatório contra a barbárie, refletidas nas discussões de intelectuais “Geração de 1870”, como Visconde de Taunay e Raul Pompéia, é o tema do trabalho de Francisco Cabral Alambert Jr., *Civilização e Barbárie, História e Cultura. Representações Culturais e Projeções da Guerra do Paraguai nas Crises do Segundo Reinado e da Primeira República*. Na tese *A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Tiago Gomes de Araújo faz um levantamento sobre os sentidos de brasilidade entre literatos brasileiros durante a Guerra contra o Paraguai, como Machado de Assis, Luiz José Pereira da Silva e Visconde de Taunay, além de relatos memorialísticos de combatentes como os do próprio Visconde de Taunay. Trabalhando mais questões regionais, Darcio Rundvalt, em *Para Além do Cenário, do Palco*

ou do Pitoresco: a paisagem dos Campos Gerais no Paraná nos relatos de viagem do século XIX — Auguste de Saint-Hilaire, Thomas P. Bigg-Wither e Visconde de Taunay, analisa os relatos de expedições científicas feitas ao longo do século XIX sobre os Campos Gerais do Paraná.

Como se pode observar, apesar dos trabalhos utilizarem a obra do Visconde de Taunay como fonte histórica, nenhum trabalho estuda o próprio Visconde de Taunay. Ao longo da atividade acadêmica de Seminário de História do Brasil com a professora Maria Cristina Bohn Martins, tive contato com o livro *O vapor e o botoque* de Luísa Tombini Wittmann em que a autora trabalha as relações entre indígenas Xokleng e imigrantes alemães no Vale do Itajaí no século XIX. A autora destaca que “Alfredo d’Escragnolle Taunay pode ser entendido como um símbolo, dentro do palácio do governo, da luta contra a violência aos índios em Santa Catarina.” (Wittmann, 2011, p. 68). Essa leitura vem de uma análise que destaca Visconde de Taunay entre os presidentes provinciais de Santa Catarina, como um sujeito de uma sensibilidade única à questão indígena. E, de fato, Taunay tem uma perspectiva que não busca tanto o extermínio violento dos indígenas. A sua violência, entretanto, inscreve-se em um outro campo: das representações. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida,

“As pesquisas atuais sobre os índios em contato com sociedades envolvidas versam sobre os mais diversos temas em diferentes espaços e temporalidades, com significativa prioridade para o período colonial. Embora menos estudada, a presença e a atuação indígena na história do século XIX vem se tornando cada vez mais visível em pesquisas sobre diferentes temas. Dentre eles, resalto a política indigenista do Império; as disputas por terras nas antigas aldeias coloniais; os discursos de desaparecimento dos índios; as guerras ofensivas contra os povos considerados selvagens, com destaque para os botocudos e os kaingang; o indianismo brasileiro e as construções de imagens dos índios na literatura, nas artes e nos discursos de políticos, intelectuais e viajantes; o lugar dos índios na historiografia do século XIX; a exploração da mão de obra indígena em diversas regiões do Império; a incorporação dos índios dos sertões pelo estabelecimento de presídios militares e de novas missões religiosas, administradas sobretudo por capuchinhos; os inúmeros conflitos em regiões de fronteira, envolvendo índios dos sertões que negociavam com autoridades civis e militares; e a participação indígena nas forças militares, na guerra do Paraguai e nas rebeliões e movimentos políticos nas províncias do novo Império, entre outros” (Celestino de Almeida, 2012, p. 24).

Assim, buscando contribuir no campo de pesquisa sobre os povos indígenas no Brasil do século XIX e complexificar a perspectiva da sensibilidade de Taunay quanto a questão indígena ao historicizar sua atuação em um de seus primeiros contatos com os povos indígenas do Mato Grosso meridional, durante a Guerra contra o Paraguai. Nesse sentido, a presente pesquisa inicialmente partiu da seguinte pergunta: como os povos indígenas são representados na obra do Visconde de Taunay durante a Guerra contra o Paraguai?

Entretanto, ao aprofundarmo-nos no objeto e na noção de representação, percebemos que algumas outras perguntas precisavam ser feitas.

Segundo Chartier (2011), a noção de representação se caracteriza por uma dupla significação complementar: por um lado é a presentificação, ou evocação, de um objeto ausente; por outro, é a forma como sujeitos e grupos se relacionam com o social, classificando e hierarquizando as práticas que produzem percepções e representações da realidade, construindo um discurso que funda uma identidade social constituída de formas de ser e significar categorias sociais. Além disso, estabelece como indivíduos ou grupos encarnam uma comunidade, identidade, interesse ou permanência de poder nas formas institucionais. Assim, ao presentificar um objeto através de códigos, gestos e enunciados, os sujeitos de dada sociedade articulam suas percepções, seus símbolos, seus interesses, seus anseios e desejos em representações. Neste sentido, a representação não é tão somente um conceito abstrato. Antes, é uma prática que atravessa o social, que ensina a se relacionar com o mundo, que diferencia o eu do outro e fundamenta identidade (Chartier, 2011). Nas palavras de Chartier:

Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) *encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder*. A noção de representação, assim, modificou profundamente a compreensão do mundo social. (Chartier, 2011, p. 20)

Assim, a pergunta foi se desdobrando nas seguintes formulações:

Que interesses existem por trás dessas representações? Que estratégias e táticas são utilizadas para representar no contexto do pré-Guerra contra o Paraguai e durante este processo? De que forma essas representações foram apropriadas para garantir o atendimento dos interesses brasileiros no pós-Guerra contra o Paraguai? Que instituições foram mobilizadas para fundamentar e reproduzir esses interesses? Como surgiram esses interesses? Que códigos são aceitáveis para justificar esses interesses nos jogos de representação? Por que Taunay foi escolhido como relator (e representante) do Corpo Expedicionário do Mato Grosso? Como Taunay aprendeu a codificar essas representações? Quais os interesses por trás da representação de povos indígenas durante a Guerra contra o Paraguai?

Talvez a fotografia feita da Comissão de Engenheiros do Corpo Expedicionário do Mato Grosso (fotografia 1) dê algumas pistas que podem ajudar a responder algumas destas questões. Aqui, não cabe tanto, neste momento, analisar a autenticidade da foto, mas o que ela representa - tanto no seu contexto quanto no projeto de nação vindouro. Assim, as fotografias deste trabalho serão analisadas a partir da sua iconografia. Ou seja, analisam-se os ícones na fotografia e as suas respectivas disposições na imagem à luz do contexto histórico em que se insere (Meneses, 2002)⁴.

Qual é o espírito que os ícones encarnam? Que projetos de nação eles representam? Algumas características nos dão pistas de uma possível interpretação do projeto de nação a que se alçava o Brasil. Elementos como a coluna clássica, encarnando a ocidentalidade como esse recurso a um passado idealizado e racional em que permeariam a sabedoria e a ordem - da aristocracia, é claro (Santana; Souza, 2019); as medalhas, como insígnias da legitimidade jurídica de que estão dotados os oficiais para tomar decisões na guerra; o mapa no centro da mesa (e dos olhares), representando a cientificidade como pretexto para tomada de decisões racionais na guerra (e no governo); as nobres roupas e o móvel, representando a liderança encarnada na elite; e a cor do oficialato, majoritariamente branca, como os líderes por direito e por representação de uma nação que se pretende civilizada⁵. Todos elementos que encarnam a identidade nacional brasileira no século XIX (ou, pelo menos, de uma identidade ideal a ser alcançada) enquanto ocidental, branca, burguesa, científica. Uma imagem que, em suma, representa um Império que se pretendia moderno e civilizado⁶ (Starling; Schwarcz, 2015).

⁴ À diferença do estudo feito por Ulpiano Bezerra Meneses da fotografia instantânea de “O soldado caído”, de Robert Capa, as análises feitas neste trabalho são de retratos. Conforme Meneses, os retratos representam um número infinito de significados, por outro lado, sempre em convergência na imagem (Meneses, 2002, p. 138). Assim, os retratos podem “ser a somatória das diversas historicidades que caracterizam as transformações de um indivíduo, capturando-as numa forma estável.” (Meneses, 2002, p. 138).

⁵ “Mas o “moderno” mundo urbano deveria espelhar uma sociabilidade branca e ademais europeia. Quem sabe por isso, de um dia para outro, nos locais de maior acesso foram sendo edificadas palácios, jardins públicos e amplas avenidas. A corte obteve, ainda, outras melhorias: arborização (a partir de 1820), calçamento com paralelepípedo (1853), iluminação a gás (1854), bondes puxados a burro (1868), rede de esgoto (1862) e abastecimento domiciliar de água (1874)” (Starling, Schwarcz, 2015, p. 277);

⁶ “Fazer pouco para evitar o pior era lema dessa elite de perfil conservador. Mas o tema entraria na agenda para não mais sair. A política de dissimulação chegaria também ao próprio monarca, que encenava rituais enquanto pouco tocava nas questões cruciais da política imperial. Renunciou na década de 1870 ao título de soberano (porque a soberania era do povo); depois de sua primeira viagem à Europa, em 1871, abriu mão do costume português do beija-mão, assim como evitou títulos ou monumentos. Os trajes reais seriam utilizados apenas nas datas solenes — Aberturas do Congresso e Falas do Trono —, enquanto nas demais ocasiões D. Pedro preferia apresentar-se como um “monarca moderno”, cercado de símbolos de erudição, entre muitos livros, globos, pilares e penas de escrever. No entanto, apesar da nova imagem, o imperador resistia ao debate político: o certo é que, embora se armasse contrário à escravidão, jamais usou de seu poder no sentido de apressar a abolição” (Starling, Schwarcz, 2015, pp. 300-301).

Fotografia 1 - Comissão de Engenheiros do Corpo Expedicionário do Mato Grosso.
De pé, no meio, o relator da expedição, o Segundo-Tenente de Artilharia, Alfredo
D'Escragnolle Taunay, Visconde de Taunay.



Fonte: Doratioto (2022, p. 135).

Antes de prosseguir, é preciso prevenir a leitora. Este trabalho pode, por vezes, soar relativista. Entretanto, não figura como relativista no sentido de considerar todas as opiniões iguais. Antes, é um relativismo compreensivo, antropológico, que busca entender as ideias profundamente. Conforme Steven Shapin, em entrevista com Bernardo Oliveira, o relativismo se configura como esse mecanismo de se relacionar com as ideias “sem julgá-las de antemão como verdadeiras ou falsas, não é inócuo nem maléfico, ele é essencial” (Oliveira, 2004, p. 159). Em seguida, na mesma entrevista, Shapin exemplifica bem essa postura:

O fato de eu não acreditar em bruxaria, por exemplo, não significa que eu, como historiador, possa deixar de considerá-la como algo pouco sério e usar uma abordagem diferente do que aquela que usamos para analisar uma comunidade que não acredita em bruxaria. É um equívoco achar que as pessoas que acreditavam em bruxas não tinham as mesmas capacidades que nós temos ou julgar que a razão pela qual as pessoas não acreditam mais em bruxas é, simplesmente, porque não existem. Por causa desses equívocos tendemos a pensar que aquelas pessoas que acreditavam em bruxas eram supersticiosas, dogmáticas ou viviam sob coação. O relativismo metodológico implica em que todos os diferentes conhecimentos e teorias científicas devem merecer do pesquisador a mesma consideração. Só assim podemos perceber melhor as dinâmicas envolvidas na legitimação de um conhecimento. (Oliveira, 2004, p. 159).

Assim, a postura que se assume neste trabalho é fundamentalmente antropológica. Esta postura só é possível graças àquilo que Carlo Ginzburg define como uma disposição dialógica, este confronto das diferenças culturais que não-excludente⁷ (Ginzburg, 1991). É justamente a abrangência metodológica da antropologia que permite aprofundar as disposições dialógicas. Conforme François Laplatine, “nossa abordagem consiste em não parcelar o homem mas, ao contrário, em tentar relacionar campos de investigação frequentemente separados” (Laplatine, 2013, p. 16). Esse trabalho, então, como um trabalho de inspiração na história cultural, compreende sua alçada à totalidade naquela utopia de que fala Fernando Birri a Eduardo Galeano: “*Ella está en el horizonte — dice Fernando Birri — me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar*”⁸ (Galeano, 2001, p. 230). A totalidade jamais será alcançada, mas deve ser um horizonte, uma utopia. É nesse sentido que deve ser compreendido o trabalho do historiador que estuda a cultura, na incompletude da sua busca pelo saber pleno.

⁷ “À essência daquilo a que chamamos atitude antropológica, isto é: o confronto permanente entre culturas diferentes, repousa sobre uma disposição dialógica.” (Ginzburg, 1991, p. 14)

⁸ “Ela está lá no horizonte - disse Fernando Birri - aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos mais para lá. Por mais que eu caminhe, nunca a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar” (tradução nossa).

Até porque encerrar o ser humano em esquemas fixos é limitar a polissemia e a diversidade humana a uma racionalidade específica, à uma Ciência⁹ que mutila ao invés de olhar e de fundamentar ciências que agreguem, que abarquem conhecimentos de outras áreas, de outros povos.

Neste sentido, valendo-se de mapas, fotografias, periódicos e relatos de viagem produzidos por agentes do Império português e posteriormente brasileiro entre os séculos XVIII e XIX, dentre os quais o Visconde de Taunay, mas não só. Para a análise das representações feitas por Alfredo D'Escragnolle Taunay sobre os povos indígenas da fronteira, foram analisadas três fontes principais: o livro *Scenas de viagem*, publicado durante a Guerra contra o Paraguai, em 1868; o artigo *Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província do Matto Grosso*, publicado após o término da Guerra, em 1874, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil; e *Entre os nossos índios*, publicado postumamente pelo filho de Taunay, Affonso de Taunay, em 1931. Para compreender os interesses implicados nas representações de Alfredo Taunay foi feita uma breve análise das representações de indígenas pelos editores do periódico oficial da República do Paraguai e pelos deputados brasileiros no periódico *Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles* no contexto das disputas territoriais entre Brasil e Paraguai antes da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Assim, buscamos compreender as relações de alteridade que existem entre sociedades pretéritas e a nossa sociedade, baseado nas características que diferem o Eu, do presente, com o Eles, do passado, nessas relações de apropriação e remodelação típicas do processo antropológico. Uma diferença só perceptível nos estranhamentos típicos de um diálogo (Ginzburg, 1991).

É dessa diferença que Robert Darnton (1986) fala quando disserta sobre a opacidade dos documentos. É na opacidade, na incompreensão que temos ao ler o documento, que descobrimos um mundo de significados estranhos, diferentes (Darnton, 1986). Assim, a diferença pode ser estudada através do saber-fazer historiográfico calcada na leitura compreensiva - antes descritiva do que prescritiva¹⁰ - destes fragmentos, a que nós

⁹ Utiliza-se a maiúscula aqui quando se refere à Ciência enquanto instituição Ocidental, enquanto Razão, enquanto essa instituição ilustrada. Assim, opondo-se às diversas tradições de raciocínio presentes em outras sociedades humanas, em outras ciências. Conforme Sanjay Seth, chamamos “de Razão a esse complexo conjunto de atitudes, ou, mais precisamente, ao comprometimento com uma ideia ou com uma Razão que seja singular e universal(...) É um importante argumento (ainda que, na atualidade, já seja um lugar-comum) que a própria ideia de Razão se constituiu, em parte, por meio de uma série de exclusões – da loucura, das mulheres, e assim por diante.” (Seth, 2013, p. 174).

¹⁰ Nesse sentido, corroboramos com a perspectiva de Susan Sontag acerca das relações de descrição e prescrição. Em *Contra a Interpretação*, ela considera essas relações fundamentais na crítica da arte, que aqui estendemos à crítica documental. Observamos essas relações na seguinte afirmação: “O que é necessário, primeiro, é mais atenção à forma na arte. Se a ênfase excessiva no conteúdo provoca a arrogância da

historiadores chamamos documentos, produzidos pelos “Eles”, do passado. Afinal, olhar para uma expedição que atravessa o país documentando e para um relator/escritor - aristocrata, branco, cientista - que encarna tantos dos ideais modernizantes do Império brasileiro, não poderia exigir senão uma abordagem holística.

Entendemos como documento, no seu sentido lato, estas produções pretéritas imbuídas das crenças, dos interesses e dos desejos dos sujeitos e das sociedades que as produziram. Sejam essas produções intencionalmente guardadas e ruminadas, por exemplo, nas instituições de memória; ou sejam os fragmentos dessas produções que são esquecidos, mas que, através do trabalho historiográfico (e arqueológico), são reinseridos nos debates históricos (Petersen, Lovato, 2013).

O trabalho historiográfico não pode ocorrer sem a crítica documental e a compreensão contextual da produção do documento, esse processo que o historiador faz através do questionamento do documento, sempre com recurso a outras áreas do conhecimento humano (e, por vezes, até exato). Assim, o historiador transforma o documento em uma fonte para o seu trabalho, em fonte histórica. (Petersen, Lovato, 2013). Para além disso, deve-se considerar ainda a dimensão da memória. Essa guarda dos documentos em instituições que os preservam com intencionalidades, sejam elas conscientes ou inconscientes, de um sujeito ou de grupos a quem interessa ou interessava manter aquela memória viva, já que o poder temporal também é, para Petersen e Lovato (2013), uma forma de dominação (Petersen; Lovato, 2013).

Neste sentido, os questionamentos do historiador devem, segundo Alberti (2019), sempre considerar as condições de produção e de preservação daquele material estudado. Quem o produziu? Em que local? Em que condições? Com quais interesses? Essas perguntas feitas através do trabalho do historiador põem em xeque o caráter de monumento do documento (Alberti, 2019). Ou seja, é através das questões que o profissional da História tira a memória monumentalizada - guardada as vistas de todos - do seu silêncio letárgico que grita aos ouvidos de quem sabe ouvir (e ler). O monumento é o cimento, o mantenedor, de uma memória que se quer encerrada, estática. É um dado para o governo. Cabe ao historiador criticar o monumento, transformar o monumento em obra de arte, em fonte, em problema, em ferramenta de tensionamento e resistência às formas de controle e de exercício de poder¹¹.

interpretação, descrições mais extensas e mais rigorosas a silenciaram. O que é necessário é um vocabulário — um descritivo, mais do que um vocabulário prescritivo — para formas. A melhor crítica, e isso é incomum, é de um tipo que dissolve considerações do conteúdo dentro das formas.” (Sontag, 2020, p. 27).

¹¹ Se bem neste trabalho não será explorado em profundidade os meios de preservação dos documentos aqui analisados, vale notar o fato de que todas as fontes históricas aqui utilizadas estão digitalizadas e disponíveis *online*. Com a pandemia de Covid-19 e as restrições de acesso às instituições de memória impostas pelo isolamento, houve um aumento na demanda da digitalização de acervos arquivísticos e museais que expandiu os

Assim, pode-se compreender como o trabalho do historiador não é só relatar uma realidade monolítica do passado. Ele procura estabelecer um *corpus* documental que sustente sua narrativa e uma narrativa que sustente o *corpus* escolhido. Este processo sempre deve estar envolvido por uma postura crítica com as fontes escolhidas para pesquisa. Possibilita-se, assim, a elucidação das questões estabelecidas ao longo da operação historiográfica. Dúvidas essas só possíveis graças à atmosfera política, social e cultural em que tanto o historiador está inserido, confrontado-se com o estranho contexto em que as fontes que ele investiga foram produzidas.

Neste trabalho, portanto, corroboramos com a práxis metodológica proposta por Robert Darnton (1986), em que o trabalho historiográfico faz um movimento que lê o estranhamento no documento buscando sua significação indo do texto, ao contexto e de volta ao texto, num processo compreensivo das condições sociais do pensamento de cada época. Essa práxis é possível graças aos processos de assujeitamento que atravessam os agentes inseridos nesse “idioma geral” que ensina os sujeitos a classificar e a entender (e representar) o mundo (Darnton, 1986).

Assim, olhar as representações que os sujeitos fazem do mundo é um meio de aprofundar essa compreensão do “idioma geral” e compreender como se dá sua transformação em identidade cultural, política, social. Representações entendidas não como abstrações apartadas do real, mas como constituição e constituinte de realidade. Nesse sentido, quando um sujeito produz um documento, inscreve no tempo seus códigos sociais, faz com intencionalidades e interesses próprios das suas demandas, desejos e anseios. Ele representa (Chartier, 2011). Assim,

“qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação.” (Chartier, 2011, p. 16)

processos de digitalização documental no Brasil (Chiamulera; Vianna; Pomatti, 2021). Entre os anos de 2020 e 2022, o autor do presente trabalho participou como bolsista PROBIC/FAPERGS do projeto “Preservação e divulgação de acervos históricos da Saúde – A concepção de catálogos digitais para o Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul”. Tratava-se de um projeto que foi coordenado por Marcelo Vianna, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS) – campus Osório, e por Angela Beatriz Pomatti, do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM). Ao longo dele, foram digitalizados mais de 600 documentos e, a partir disso, produzidos quatro catálogos explorando os tipos de documentos digitalizados: o “Acervo Beneficência Portuguesa de Porto Alegre”, o “Acervo de Obras Raras”, o “Acervo de Teses Médicas” e, por fim, o “Acervo Tridimensional” (Chiamulera; Vianna; Pomatti, 2021). Assim, durante esse processo de pesquisa, o autor teve a oportunidade de aprender a se apropriar de materiais digitais para produção científica.

Com efeito, os esquemas representacionais não só evocam uma forma de distinguir o eu do outro, como esse não-eu. Antes, mobilizam todo um aparato descritivo institucionalizado nas suas dimensões classificatórias, hierarquizantes e categóricas (Chartier, 2011). Essas práticas de representação atravessam todas as instituições da sociedade que representa: está na família, nas escolas, na igreja, na caserna, nos hospitais, nas prisões, nos aldeamentos *etc.* Entretanto, para fundamentar as distinções que constituem a representação, é preciso instituições que postulam e que transmitam modelos e códigos de categorização, classificação e hierarquização, em todas suas complexidades, produzidas no seio das distinções, das disputas sociais, políticas e culturais; em suma, nas lutas de representação (Chartier, 2011).

Em outras palavras, uma sociedade, uma identidade social em todo caso, demanda práticas de representação que atravessem o social e, nesse atravessamento, cria instituições que ensinam a codificar e, em última instância, a representar. Desta forma, é justamente no seio dessas relações de produção e reprodução dos esquemas de representação que uma sociedade pode fazer a manutenção da sua identidade, reafirmar seus interesses e fundamentar suas instituições (Chartier, 2011). A representação está no social. Está na fala, no gesto e na escrita. Está na fábrica, nas práticas medicinais e na escola. Mas talvez só estas últimas instituições tenham legitimidade para normatizar os códigos dos jogos de representação. Em outras palavras, fundamentam modelos e códigos aceitáveis nos jogos de saber-poder - pelo menos, no Ocidente.

Um burocrata como Taunay, por exemplo, vai para as escolas e as academias do Império não para se tornar um cidadão crítico e pleno, ou um pesquisador. Antes, está lá para ser inserido nos jogos de representação aceitáveis pelo Estado e pela Ciência. Está lá para que as formas que ele aprendeu a representar na (e foi representado pela) família se institucionalizem e legitimem pelo Estado e, dessa forma, possa-se instrumentalizar suas representações para os fins do governo. O que não quer dizer que Taunay não vai se apropriar¹² dos códigos de representação reinventando as categorias que lhe foram ensinadas. Antes, sua autoria é expressão particular de representação da realidade e produz formas particulares de olhar o mundo (Chartier, 2011). Assim, Taunay se torna agente das disputas de representação, é o olho do Império categorizando e hierarquizando (Pratt, 1999), segundo o argumento e a racionalidade do governo brasileiro, não para exterminar os povos indígenas

¹² “A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.” (Chartier, 1991, p. 180)

violentemente - violência é para o exército paraguaio -, mas para “civilizar” eles. Assim, Taunay toma partido no quadro geral das discussões sobre o futuro dos indígenas no Império que pode ser resumido às oposições entre extermínio pelas armas ou assimilação pela catequese. À primeira vista, esta posição pode soar benéfica, mas tem o mesmo fim da primeira: legar os povos indígenas ao desaparecimento, torná-los aqueles “fósseis” idealizados da literatura indianista brasileira (Celestino de Almeida, 2010).

Neste sentido, entendemos a teoria da mesma forma que entendemos nossa posição epistemológica como história cultural: na sua provisoriedade. A teoria é provisória ao passo

“que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que esclarecem os dados - organizando-os, explicitando suas inter-relações, desenvolvendo suas implicações - mas, em seguida, são revistos, reformulados substituídos com base em novo material trabalhado.” (Machado, 2016, p. 13).

Assim, a teoria é uma perspectiva de que se parte para se aproximar do objeto (ou sujeito). É pesquisa produzida a partir de certa instabilidade, antes do que uma afirmativa encerrada: é lance enunciativo nos jogos de ciência histórica, é afirmação na sua mesma materialidade configurada no escrito, no produzido (Lyotard, 2009). Assim, o recurso a (e o percurso por) perspectivas teóricas tão diversas quanto a marxista e a foucaultiana, não se inscreve em dogmatismos que busquem compreender os objetos de forma universalizante, encerrando as particularidades em leis universais ou em postulados. Antes, procura compreender de que forma estas perspectivas podem contribuir na apreensão do objeto particular, deste acontecimento que é o encontro entre os povos indígenas do sul da província do Mato Grosso com membros da elite política (e cultural) brasileira, como Taunay, no contexto da Guerra contra o Paraguai.

É a partir desta perspectiva teórica, que o presente trabalho busca compreender o lugar do intelectual na Guerra contra o Paraguai. O intelectual compreendido como este “dispositivo de verdade”, que carrega e encarna valores “universais”, por onde passa - fundamentando-se nas formas de olhar e descrever. Desta forma, o intelectual é fundamental à produção das representações como “regime de Verdade”¹³ (Foucault, 2016). As representações, como característica inerente da identidade social, (Chartier, 1991) são fundamento estratégico para o bom governo. Pelo menos, para uma certa forma de governo, o governo político (Foucault, 2016). Um governo é justamente este regime que produz e

¹³ Ou seja, não se trata tanto de uma disputa em prol da verdade. Antes, é uma disputa em torno do estatuto da verdade e da sua respectiva função na economia política das sociedades ocidentais como produtora de saber, indutora de comportamentos *etc.* (Foucault, 2016, p. 53).

controla as condições de produção da verdade¹⁴ (Stival, 2018, p. 108) - e, pode se dizer também, da representação - , que na prática procuram regulamentar e normatizar¹⁵ a conduta dos outros transformados em dados, em compreensões estritas e reduzidas do que são (Veiga-Neto, Lopes, 2022, p. 6) justificando as condutas do governo através da razão¹⁶ (Foucault, 2016). Essas técnicas legitimam a aplicação de procedimentos políticos, jurídicos e econômicos sobre a população para garantir seu controle; em uma palavra, torna a população governável (Foucault, 2016). No Ocidente, são estes mecanismos de controle da população - entre eles, a representação - que procuram garantir a manutenção dos interesses e das identidades de diversos grupos sociais - como as elites que governam - através do tempo nas suas mais diversas formas de praticar o poder¹⁷ (pastoral, soberano, disciplinar, biopolítico *etc.*).

Nesse sentido, no primeiro capítulo, veremos como o regime moderno de produção da Verdade, ser preciso ao representar algo ou alguém é estratégico para garantir o bom governo, para reivindicar posse, para se apropriar - inclusive economicamente. Mas não uma precisão que mire as particularidades do outro enquanto Outro, enquanto alteridade. Antes, é uma precisão que reduz o outro a um não-eu, a esquemas universais, a modelos, que garantem a quantificação do outro. Assim, um intelectual como Taunay, civilizado, burguês (na acepção epistemológica do termo); entende a importância de compreender as particularidades dos indígenas para que, no processo de catequese, se possa diluir suas identidades na Identidade

¹⁴ A “Verdade” como essas técnicas que distinguem o verdadeiro do falso, garantindo à Verdade efeitos particulares de poder (Foucault, 2016, p. 53). Assim, a Verdade é compreendida como o “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” de verdade.” (Foucault, 2016, p. 54). Neste sentido, a “Verdade”, como este mecanismo e forma de poder, distingue-se do fato, ou verdade objetiva.

¹⁵ Norma, ou normatização, entendida como esta tecnologia que, transformando o corpo, o mundo, em objeto de saber, estabelece um padrão de ser fundamentado na prática clínica de vigilância que mede, categoriza, nomeia, hierarquiza, codifica e compara os corpos. Portanto, possibilita-se o estabelecimento de uma norma, de formas ideais. Esta operação não está apenas na clínica, mas atravessa o mundo social moderno: está nas casernas, prisões e escolas (Veiga-Neto, Lopes, 2022). Uma discussão mais aprofundada será feita no capítulo 1.1.

¹⁶ “Esquemáticamente, se poderia dizer que a arte de governar encontra, no final do século XVI e início do século XVII, uma primeira forma de cristalização, ao se organizar em torno do tema de uma razão de Estado. Razão de Estado entendida não no sentido pejorativo e negativo que hoje lhe é dado (ligado à infração dos princípios do direito, da equidade ou da humanidade por interesse exclusivo do Estado), mas no sentido positivo e pleno: o Estado se governa segundo as regras racionais que lhe são próprias, que não se deduzem nem das leis naturais ou divinas, nem dos preceitos da sabedoria ou da prudência; o Estado, como a natureza, tem sua racionalidade própria, ainda que de outro tipo. Por sua vez, a arte de governo, em vez de fundar-se em regras transcendentais, em um modelo cosmológico ou em um ideal filosófico-moral, deverá encontrar os princípios de sua racionalidade naquilo que constitui a realidade específica do Estado.” (Foucault, 2016, p. 420)

¹⁷ Entenda-se o poder não como um dado, uma força que diz não, um conceito abstrato indissociado das temporalidades e geografias, dos desejos e anseios dos sujeitos; mas como estas práticas, esta força que “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (Foucault, 2016, pp. 44-45).

Nacional, torná-los súditos civilizados como ele, súditos governáveis (mesmo que não entenda nesses termos).

É notável a forma como esse discurso se insere na trama da Guerra contra o Paraguai. Ora, tão mais avançada estava a civilização indígena na fronteira - esta atitude tão humana e ilustrada da política imperial - tão mais grave é o crime de Solano Lopez ao atacar aquele território legitimamente ocupado e cuidado pelo Brasil através de seus (quase) súditos. É uma forma de deslegitimar o discurso de Guerra do inimigo, mostrar ao mundo que a obra de civilização do Império naquela região estava em curso. Assim, a Guerra contra o Paraguai, não é apenas guerra física, mas representacional: não à toa se disputava o próprio estatuto de país civilizado dos dois lados da fronteira, representando o inimigo como bárbaro, selvagem (Starling; Schwarcz, 2015). Nesse sentido, Taunay figurava como verdadeiro estadista no *front* de batalha!

Alfredo D'Escragnolle Taunay nasceu em 22 de fevereiro de 1843, no Rio de Janeiro, um dos três filhos de Félix-Émile Taunay, 2º Barão de Taunay. De origem francesa, a vinda da família de Taunay ao Brasil remonta ao período da vinda da Corte portuguesa ao Brasil. O avô de Taunay, Nicolas-Antoine Taunay, 1º Barão de Taunay, veio junto com a Missão Artística Francesa, em 1816, por intervenção do ministro do Príncipe Regente D. João, Antonio Araújo de Azevedo. Tendo este ministro morrido logo após a chegada da Missão, os artistas tiveram que ressignificar e competir por trabalho na Corte do Rio de Janeiro com os artistas luso-portugueses, pintando um Rio de Janeiro segundo o modelo neoclássico, escola de que a maioria destes artistas, Nicolas-Antoine Taunay incluso, faziam parte. Assim, após a independência, os trabalhos destes artistas e de seus herdeiros, como Félix-Émile Taunay serviram ao processo de construção simbólica da nação. Este último serviu, também, como preceptor de D. Pedro II (Starling; Schwarcz, 2015). Assim, os laços da família Taunay com o Império estavam fundamentalmente ligados à fundação do Estado-Nação brasileiro. É nesta família de elite que Alfredo Taunay cresceu. Sendo um dos melhores alunos da classe tanto no Imperial Colégio de Pedro II, onde se formou bacharel em letras em 1857, quanto na Escola Central, onde se formou em Ciências Físicas e Matemáticas, em 1863. Como lugar de formação das elites e da burocracia imperial por excelência (Sousa; Santana, 2022), o fato de ser Taunay ser um aluno exemplar no Colégio Pedro II, significava que ele era, em algum nível, expressão do projeto imperial em sua busca por estabelecer súditos-modelo.

Vemos também, ao longo do primeiro capítulo, como os aldeamentos imperiais eram fundamentais e estratégicos para fundamentar o direito ao território pelo uso (*uti possidetis*), estratégia jurídico-política utilizada para sustentar as reivindicações fronteiriças do Brasil aos

seus vizinhos latino-americanos, retomando uma tradição jurídica que se iniciou no período colonial (Amoroso, 2014). Os aldeamentos também eram fundamentais como essas reservas de terras que poderiam eventualmente ser exploradas pelas elites políticas (Carneiro da Cunha, 1992). Mas uma prática jurídica, por si só, não é prestigiosa, ela precisa ser demonstrada, precisa ser exposta. É isto que faz Taunay no *front*, ele demonstra, a partir de critérios científicos da época. Assim, ele *representa* a partir dos jogos de codificação não só aceitáveis, mas prescritos pelo *lugar* de onde partiu sua produção. Eram códigos, afinal, que aprendeu no Colégio Pedro II e nas Academias Militares da Corte. Estes códigos estavam muito fundamentados nos dispositivos e aparatos descritivos que vinham se desenvolvendo e se firmando desde o século XVIII (Pratt, 1999). Para um governo poder reivindicar soberania sobre um território, é preciso fazer, através dos procedimentos jurídicos, e saber, através dos procedimentos científicos.

No segundo capítulo, veremos como a estrutura administrativa colonial em Portugal sabia da importância dessa tática quando definiu os limites coloniais com a Espanha no Tratado de Madri (1750). Afinal, como um dos primeiros Estados a formalizar a individualização territorial (Moreira, 2015), Portugal já havia utilizado essas estratégias anteriormente - se bem, menos sofisticadas do que as dos séculos XVIII e XIX¹⁸ - para estabelecer os limites com a Espanha, a Raia, no fim da Idade Média e no princípio da modernidade (Moreira, 2018).

A fundação da Colônia de Sacramento na boca do rio da Prata, em 1680 (Reichel, Gutfreind, 1995); a descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas, em 1697, e a necessidade de expansão para o sul e para o oeste que a exploração das zonas auríferas vinha delineando desde fins do século XVII (Starling, Schwarcz, 2015); as disputas luso-espanholas pelas Filipinas na Ásia e pelo trono espanhol, eram todas tensões que vinham se somando no quadro geral da política ibérica nos primeiros anos do século XVIII. Com o término da Guerra de Sucessão na Espanha (1701-1713), a dinastia borbônica assumiu a Coroa espanhola sob o reinado de Felipe V, neto de Luís XIV. Na assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713, Portugal tem vitórias significativas ao ganhar territórios coloniais na América: ao norte, a fronteira entre os domínios territoriais portugueses e franceses passa a ser o Oiapoque; e ao sul, recebe de volta a Colônia de Sacramento (Goes Filho, 2020). Mas as

¹⁸ Segundo Moreira, ao longo dos séculos XV e XVI, ao passo que o reino português foi sofrendo o processo de centralização, foi surgindo a necessidade de demarcar com maior precisão os limites com seu vizinho castelhano nos seus domínios aquém e além-mar. Assim, em 1509, o rei D. Manuel I mandou para a fronteira um “debuxador” que percorreu a Raia - fronteira estabelecida em 1297, pelo Tratado de Alcañices assinado por Portugal e Castela - registrando graficamente os castelos que guardavam as fronteiras entre os rios Guadiana e Minho (Moreira, 2018).

contendas sobre os territórios no sul das colônias americanas não cessarão com o Tratado de Utrecht.

Haverá uma persistência da questão de Sacramento, principalmente devido às divergentes interpretações entre os dois impérios sobre os limites do domínio da colônia:

Os espanhóis haviam assinado o acordo que devolvia Colônia, sim, mas interpretavam as palavras "território e Colônia" do seu texto como se toda possessão portuguesa fosse contida no pequeno círculo de um tiro de canhão dado do centro da fortaleza. Ao contrário de Portugal, que interpretava "território e Colônia" como abrangendo toda a área do Uruguai dos nossos dias. (Goes Filho, 2020, pp. 61-62)

Com o cerco à cidade que se iniciou em 1735 e a fundação, em 1737, do Forte Jesus, Maria e José de Rio Grande para apoiar os súditos de Sacramento, a Coroa portuguesa começou a delinear novos interesses na região (Kuhn, 2002). É nesse contexto, em que a produção aurífera está em seu auge e há uma alta demanda por muares para o transporte de ouro e por charque para os escravizados, que o diplomata português Alexandre de Gusmão identificou no território conhecido como Sete Povos das Missões um meio para resolução dos problemas territoriais entre Espanha e Portugal no sul da América do Sul (Goes Filho, 2020). A resposta espanhola, no entanto, não tardaria.

A partir das reformas borbônicas as missões de reconhecimento dos interiores americanos pela Coroa espanhola vão se intensificar e ainda mais com o xeque português do Tratado de Madri. Buscando alternativas e, com a mudança de dinastia no trono espanhol, novas expedições são enviadas às colônias hispano-americanas. Um dos viajantes, Félix de Azara, foi responsável pela produção de um mapa que posteriormente seria muito utilizado nas reivindicações territoriais de Gaspar Francia e dos Lopez (Martín, 1998).

Assim, nosso trabalho abarca uma temporalidade ampla que começa quase duzentos anos antes da Guerra contra o Paraguai: vai dos esforços de disciplinamento¹⁹ das fronteiras de Alexandre de Gusmão para a resolução das disputas pelos limites coloniais entre Espanha e Portugal; e se estende até pouco depois da Guerra contra o Paraguai, em 1872, quando as fronteiras contemporâneas vão começar a se estabilizar na região, e novas formas e técnicas de controle vão começar a surgir no Brasil.

Como se verá, representar os indígenas figura como essas estratégias e táticas de disciplinamento das fronteiras: produzir conhecimento sobre eles, transformando-os em dados para os procedimentos do governo, para a demarcação territorial, para a reserva de

¹⁹ Disciplinamento entendido, conforme Foucault. Discutido no subcapítulo 1.1.

propriedade - nesta chave de leitura, se o indígena é brasileiro, também é possível (e preciso) dispor do seu território e da sua força de trabalho.

Ao representar o indígena, abrem-se os caminhos para que se possa agregar sentido às suas funções sociais no quadro geral da nação brasileira, conforme os interesses da sociedade de que Taunay era representante. Em suma, para que se possa apropriar dos indígenas, de seus territórios, de sua força de trabalho²⁰; é preciso entender os indígenas, ter informações sobre eles, reduzir os indígenas a dados quantificáveis, para que se possa proceder na sua catequese, para que se possa civilizar, normatizar. Uma vez civilizados, os indígenas podem ser desapropriados e liberados para exploração como força de trabalho, tornando possível o uso das suas terras e da sua mão de obra pelas elites agrárias (Carneiro da Cunha, 1992).

Além disso, representar instituições imperiais como os aldeamentos, expressão dos encontros entre o poder pastoral²¹, o poder soberano e o poder disciplinar, é estratégico em um período que as instituições disciplinares vão ganhando corpo e conformando um conhecimento comparativo, pavimentando o caminho para uma ciência da população e conformando uma nova forma de controle, uma forma de poder mais secular: a biopolítica. Não um controle social baseado na figura do soberano, que pratica o poder sobre os outros centrado no seu direito divino sobre os súditos; nem na figura do pastor, que cuida dos sujeitos, no sentido da vigilância das suas condutas; ou do poder disciplinar, em que se tem controle sobre os corpos e as almas dos sujeitos; mas um poder biopolítico, fundamentado num controle da população, dos seus movimentos, da sua natalidade, sua mortalidade, da sua saúde²² (Foucault, 2016). Infelizmente não foi possível aprofundar as relações entre o

²⁰ Sobre a questão indígena no século XIX, Manuela Carneiro da Cunha diz: “Mas para caracterizar o século como um todo, pode-se dizer que *a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras*. Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou nas rotas fluviais a serem estabelecidas, faz-se largo uso, quando se o consegue, do trabalho indígena, mas são sem dúvida a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo. A mão-de-obra indígena só é ainda fundamental como uma alternativa local e transitória diante de novas oportunidades.” (Carneiro da Cunha, 1992, grifo nosso)

²¹ “(...) pode-se dizer que toda a organização da Igreja, de Cristo aos abades e aos bispos, é uma organização que se apresenta como pastoral. E os poderes que a Igreja detém são dados, quero dizer, ao mesmo tempo organizados e justificados como poder do pastor em relação ao rebanho. O que é o poder sacramental, o poder do batismo? É chamar as ovelhas para o rebanho. O da comunhão? É dar o alimento espiritual. É poder, pela penitência, reintegrar as ovelhas que se desgarraram do rebanho. O poder de jurisdição também é um poder de pastor. É, de fato, o poder de jurisdição que permite que o bispo, por exemplo, como pastor, expulse do rebanho a ovelha que, por sua doença ou por seu escândalo, seja capaz de contaminar todo o rebanho. O poder religioso é portanto o poder pastoral.” (Foucault, 2008, p. 203)

²² Conforme Foucault (2016), a biopolítica vai se configurar em uma nova forma de poder em que não se situa “somente nos aparelhos do Estado o pólo de iniciativa, de organização e de controle desta nosopolítica. Existiram, de fato, múltiplas políticas de saúde e diversos meios de se encarregar dos problemas médicos: grupos religiosos (importância considerável, por exemplo, dos Quakers e dos diversos movimentos *Dissent*, na Inglaterra); associações de socorro e beneficência (desde as repartições de paróquia até as sociedades filantrópicas que também funcionam como órgãos da vigilância que uma classe social privilegiada exerce sobre as outras, mais desprotegidas e, por isso mesmo, portadoras de perigo coletivo); sociedades científicas, as Academias do século XVIII ou as sociedades de estatística do início do século XIX, tentam organizar um saber

surgimento do poder biopolítico no Brasil e os movimentos abolicionista e republicano neste trabalho, mas poderia ser um investimento para futuras pesquisas.

Assim, no último capítulo, vemos como as representações de indígenas pelo Estado imperial são fundamentais para garantir a legitimidade dos discursos defendidos nos jogos de poder político internacional. Representar precisamente os povos indígenas, conhecendo suas línguas e suas práticas culturais, permite pavimentar um caminho para civilizar e, portanto, incorporar o indígena à sociedade imperial, garantindo o direito a reivindicar soberania sobre eles. Isso é fundamental porque suas representações, conforme veremos, estão em disputa com o Paraguai. Por isso, este trabalho também observa as formas como os paraguaios disputam as representações territoriais em jornais e mapas utilizando na sua retórica as ações dos povos indígenas da fronteira aquém e além-rio.

Desta feita, entendemos que os indígenas também se apropriam das práticas ocidentais. Não simplesmente num movimento de cima para baixo, mas a partir da sua própria autoria, das suas formas de perceber, conceber e agir estrategicamente sobre o mundo, através de suas práticas de representação frente aos problemas que se impõem no contexto em que estão inseridos. Compreendemos, nesse sentido, os indígenas não como simples vítimas do processo, nem “resistentes” - até porque estas noções legam aos povos indígenas o *status* conveniente de “extinto”. Antes, entendemos os povos indígenas como agentes históricos que apropriam e representam a partir de estratégias, interesses e propósitos próprios (Santos; Felipe, 2016).

Nesse sentido, este trabalho tem inspiração numa História do Contato entre os povos indígenas e o Ocidente. Configura-se na tentativa de tirar da opacidade as fontes produzidas por Taunay e fazer uma leitura das representações e das apropriações dos povos indígenas da fronteira das práticas ocidentais. Observar o que estava em jogo para eles, porque eles se aliaram aos agentes do Império do Brasil, de que forma agregaram caracteres da cultura ocidental brasileira às suas práticas religiosas e de plantio. Buscamos, portanto, essa erudição de si, destas práticas ocidentais de representação, que o processo antropológico exige: para conhecer o outro enquanto Outro, eu preciso, antes, conhecer de que formas eu aprendi a codificar o outro enquanto diferença negativa - enquanto espelho (Hartog, 1999). Por isso,

global e quantificável dos fenômenos de morbidade. A saúde, a doença como fato de grupo e de população, é problematizada no século XVIII a partir de instâncias múltiplas em relação às quais o Estado desempenha papéis diversos. Intervém diretamente: as distribuições gratuitas de medicamentos são efetuadas na França, com uma amplitude variável, de Luis XIV a Luís XVI. Cria órgãos de consulta e de informação (o Collegium sanitário da Prússia data de 1685; a Sociedade Real de Medicina fundou-se na França em 1776). Fracassa em seus projetos de organização médica autoritária (o Código de Saúde elaborado por Mai e aceito pelo Eleitor Palatino em 1800 nunca foi aplicado). O Estado é também objeto de solicitações às quais ele resiste.” (Foucault, 2016, p. 297-298)

este trabalho se encerra com uma breve análise das práticas de representação dos povos indígenas feitas por Taunay, observando de que forma ele categoriza, dentro dos esquemas e códigos de representação racial do século XIX, os indígenas da fronteira com o Paraguai.

CAPÍTULO 1 - A VERDADE DOS BUROCRATAS: OS JOGOS DE CODIFICAÇÃO DA CIÊNCIA MODERNA, DO GLOBAL AO NACIONAL

Com o desenvolvimento do capitalismo ao longo da modernidade, novas técnicas e formas de poder começaram a ser mobilizadas para garantir a manutenção dos interesses das elites europeias (Wood, 2000). Vai ser um período de transformação nas formas de governar, demandando formas mais eficientes de controle: desde o poder soberano, que estabelecerá, através da força da lei, os limites e a legitimidade do rei sobre o território e a vida e a morte dos seus súditos (Foucault, 2016), abrindo precedente para estabelecer um novo estatuto da propriedade; até o poder disciplinar que irá produzir dados e terá controle sobre os corpos e almas dos súditos de forma muito mais eficiente e menos evidente do que o decadente poder pastoral - sem, entretanto, deixar de se valer de técnicas desenvolvidas neste último (Foucault, 2008). Essas formas de poder constituíram e foram constituídas por formas de representação codificadas nas mais diversas instituições surgidas no período: do tribunal à escola, do hospital ao cárcere (Foucault, 2016). Nestas instituições, produziram-se códigos que normatizaram as formas de ser no mundo, representadas através de agentes e práticas que fundamentaram uma identidade burguesa, científica e ilustrada conforme os critérios legítimos da época.

A modernidade, como esta época que foi configurando novas formas de controle totalizantes, demandou um sem-número de burocratas que pudessem garantir o funcionamento dos mecanismos de poder em função do governo. Citando a definição de Max Weber, Peter Burke delimita bem o lugar do burocrata na modernidade:

Weber definia a burocracia como “o exercício do controle com base no conhecimento”. Ele ligava esse “poder da função” ao governo impessoal na base de regulamentos formais e comunicações escritas apresentadas através dos canais apropriados. Nos primórdios da Europa moderna, um dos principais desenvolvimentos na história do Estado foi uma tendência à burocracia no sentido weberiano, ao lado de uma tendência à burocracia no sentido coloquial pejorativo e do que ficou conhecido no século XVI como “poder dos secretários”. Um indicador da ascensão da burocracia nos dois sentidos foi o crescimento no número de funcionários. Outro, ainda mais visível, foi o surgimento de prédios construídos especificamente para funcionarem como repartições, como no caso dos Uffizi, em Florença (complexo de escritórios, como o nome indica, antes de se transformar em galeria de arte) e no de Versalhes, onde parte do novo palácio foi construída para uso dos funcionários civis. (Burke, 2003, p. 94)

Assim, para compreender uma monarquia que se pretendia moderna como a brasileira (Starling, Schwarcz, 2015) e um súdito (e burocrata) exemplar (e normatizado) como Taunay, é preciso olhar para este mundo social que ensina a codificar as representações e que representa as formas de ser ideais e esperadas em função dos interesses de um dado Estado-Nação que se

pretende moderno: Racional²³, branco e burguês (Pratt, 1999). Assim, neste capítulo, fazemos um giro pelas novas formas de direito que se desenvolvem com o problema da soberania e do governo - pelo menos, numa de suas formas, no governo do Estado, o governo político - e suas respectivas implicações no desenvolvimento de um mecanismo de poder fundamentando o disciplinamento da terra através da mudança do seu estatuto enquanto propriedade privada burguesa no mundo e no Brasil. Este movimento se constituiu em função da compreensão das formas com que a burguesia internacional, e as elites brasileiras especificamente, foi fundamentando tanto seus interesses quanto suas técnicas de controle social, deslocando o poder dos soberanos literais para o Estado soberano. Em seguida, fazemos uma leitura sobre as codificações implicadas nos jogos de Ciência modernos que surgiram com - e estão implicados na - razão de Estado, no bom governo dos outros, e de que forma esses jogos incidem na forma que Taunay é ensinado a codificar em favor destes interesses, representando e sendo representado pelas instituições que o atravessam: da família à escola e, enfim, à caserna.

1.1 - A arte de governar

É justamente no período de formação do capitalismo, entre os séculos XVI e XIX, que começam a se fundamentar os processos de organização e disciplinarização dos corpos e das terras em função da otimização dos mecanismos de controle social. Este processo foi importante para garantir o desempenho do Estado burguês de direito e, sua finalidade última, a articulação dos interesses da burguesia (Federici, 2017). Para garantir essa eficiência, todavia, é preciso reduzir complexidades sociais a dados mensuráveis e pragmáticos (Lyotard, 2009), permitindo a operação de um governo burguês, ilustrado, em suma, Racional (Foucault, 2016).

Para Michel Foucault, essas instituições estão fundamentalmente ligadas ao problema do governo. Para ele, o objetivo do soberano e da soberania se configura em função de e em torno da produção de mais soberania. A soberania, assim, se caracterizaria como essa forma de governo que rege o território com a força da lei, deliberando sobre o direito de vida ou de morte dos súditos. É a partir de então que os súditos, as populações, vão se tornando em um problema de governo, em objeto de conhecimento (Foucault, 2016). Para Foucault, o direito no Ocidente é uma instituição medieval encomendada pela e fundamentada para a monarquia. Segundo ele,

²³ Racional com inicial maiuscula no sentido de Ciência ilustrada, enquanto instituição ocidental (Seth, 2013). Vide nota 9, na página 23 deste trabalho.

No Ocidente, o direito é encomendado pelo rei. Todos conhecem o papel famoso, célebre e sempre lembrado dos juristas na organização do poder real. É preciso não esquecer que a reativação do Direito Romano no século XII foi o grande fenômeno em torno e a partir de que foi reconstituído o edifício jurídico que se desagregou depois da queda do Império Romano. Esta ressurreição do Direito Romano foi efetivamente um dos instrumentos técnicos e constitutivos do poder monárquico autoritário, administrativo e finalmente absolutista. Quando, nos séculos subsequentes, esse edifício jurídico escapar ao controle real, mais precisamente quando se abater sobre ele, o que se questionará serão os limites deste poder e seus privilégios. Em outras palavras, o personagem central de todo o edifício jurídico ocidental é o rei. É essencialmente do rei, dos seus direitos, do seu poder e de seus limites eventuais, que se trata na organização geral do sistema jurídico ocidental. Que os juristas tenham sido servidores do rei ou seus adversários, é sempre do poder real que se fala nesses grandes edifícios do pensamento e do saber jurídico. Fala-se desse poder de duas maneiras. Ou para mostrar sob que couraça jurídica se exercia o poder real, como o monarca encarnava de fato o corpo vivo da soberania, como seu poder, por mais absoluto que fosse, era exatamente adequado ao seu direito fundamental. Ou, ao contrário, para mostrar como era necessário limitar o poder do soberano, a que regras de direito ele deveria submeter-se e os limites dentro dos quais ele deveria exercer o poder para que este conservasse sua legitimidade. (Foucault, 2016, pp. 280-281)

Segundo Foucault (2016), enquanto problema filosófico, a questão do governo surge por volta do século XVI e tem em *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, uma das obras mais expressivas dos manuais sobre a arte de governar, tanto pelas aderências quanto pelas repulsões que causou desde sua publicação até o século XVIII. Com esta publicação, encetou-se toda uma literatura que trabalhava justamente este governo do Estado, ou governo político. Este texto seria particularmente cultuado no século XIX, quando problemas como os limites do poder soberano sobre o Estado é posto em xeque pelas Revoluções burguesas; ou quando Clausewitz propõe as relações entre estratégia e política como princípio racional das relações internacionais (Foucault, 2016). Anteriormente, entretanto, a História do pensamento sobre o governo é marcada por uma postura essencialmente anti-Maquiavel.

Esta literatura faz uma interpretação de *O príncipe* que considerava que o príncipe está em relação de exterioridade e transcendência ao governo de seu principado, ligado a ele por herança, conquista ou tradição e legitimado por outros príncipes através de alianças e tratados, ou seja, por acordos e não por natureza. Portanto, seu poder era frágil e passível de ser questionado externamente pelos inimigos do príncipe e internamente pelos seus súditos, porque não existiria uma razão imediata para os súditos aceitarem o governo do príncipe. A soberania de um principado (ou de um Estado-Nação, por exemplo), nesta leitura, sempre seria passível de ser contestada pelos demais atores soberanos (Foucault, 2016). Desta forma, o príncipe (ou soberano), tendo por objetivo exercer o poder, teria que constituir ferramentas para a manutenção, proteção e reforço da sua posse, dos seus súditos e do seu território, sejam estes elementos herdados ou conquistados.

Nesta literatura, configura-se o governante e o governar num sentido amplo: é o rei e o magistrado, o príncipe e o juiz, enfim, toda esta máquina administrativa, burocrática que governa a casa, as almas, a província, a ordem religiosa, o Estado. Assim, quem governa, além do soberano, é o pai da família, o pedagogo de uma escola, o superior do convento (Foucault, 2016). São muitas formas de governar que conformam o Estado e, nesse sentido, o soberano é apenas uma das modalidades do governo.

Segundo Foucault, “enquanto a doutrina do príncipe ou a teoria jurídica do soberano procura incessantemente marcar uma descontinuidade entre o poder do príncipe e as outras formas de poder, as teorias da arte de governar procuram estabelecer uma continuidade, ascendente e descendente” (Foucault, 2016, p. 412). Assim, os manuais que formaram este *corpus* literário anti-maquiavélico ao longo da modernidade buscaram resolver este problema fundamental dos limites do poder soberano explorado por Maquiavel.

Para Foucault, o problema do governo tem três principais corolários que ganharam relevância à época de Maquiavel: o governo de si - fundamentado no retorno do estoicismo no século XVI e, na política, ligado às questões de representação; o governo das almas e das condutas - ligado ao pastorado religioso; o governo das crianças - problema pedagógico fundamental à época; e o problema do governo dos Estados. Está em xeque os “comos” do governo: como governar, como ser governado, como ser um bom governante. São problemas que surgem a partir dos movimentos contraditórios desta época: a centralização dos Estados e a dissidência religiosa com o movimento protestante (Foucault, 2016). Ou seja, “o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc. Problemática geral do governo em geral” (Foucault, 2016, p. 408).

Assim, quando se fala em continuidade ascendente, os manuais da arte de governar dos séculos posteriores falavam sobre a conduta do soberano enquanto representante deste corpo social. Para poder governar, o soberano deve saber governar a família, o patrimônio, os bens; isso se dava para que as outras formas de governantes - os pais de família, os pedagogos com seus alunos, os policiais com os presos, dos administradores sobre os aldeados - pudessem ter um espelho, um exemplar de governante. Da mesma forma, estes agentes vão refletir sobre as condutas dos seus tutelados (Foucault, 2016). Vão governar seus gestos, suas formas de expressão, suas condutas.

A burguesia não precisou da exclusão dos loucos ou da vigilância e proibição da masturbação infantil, e nem foi por isto que o sistema demonstrou interesse (o sistema burguês pode perfeitamente suportar o contrário) mas pela técnica e pelo próprio procedimento de exclusão. São os mecanismos de exclusão, os aparelhos de vigilância, a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, é toda esta micro-mecânica do poder que representou um interesse para a burguesia a partir de

determinado momento. Melhor ainda: na medida em que esta noção de burguesia e de interesse da burguesia não tem aparentemente conteúdo real, ao menos para os problemas que ora nos colocamos, poderíamos dizer que não foi a burguesia que achou que a loucura devia ser excluída ou a sexualidade infantil reprimida. Ocorreu que os mecanismos de exclusão da loucura e de vigilância da sexualidade infantil evidenciaram, a partir de determinado momento e por motivos que é preciso estudar um lucro econômico e uma utilidade política, tornando-se, de repente, naturalmente colonizados e sustentados por mecanismos globais do sistema do Estado. (Foucault, 2016, pp. 287-288)

Desta forma, vai surgindo uma nova forma de poder no interior da soberania: o poder disciplinar. Esta forma de controle social se fundamenta na norma, ou na normatização dos corpos. Norma entendida como esta tecnologia que, transformado o corpo, o mundo, em objeto de saber, estabelece um padrão de ser, fundamentado na prática clínica de vigilância que mede, categoriza, nomeia, hierarquiza, codifica e compara os corpos. Portanto, possibilita-se o estabelecimento de uma norma, de formas ideais. Esta operação não está apenas na clínica, mas atravessa o mundo social moderno: está em casas e casernas, prisões e escolas, hospitais e aldeamentos (Veiga-Neto, Lopes, 2022). Assim, conforme Foucault (2016):

Esquemáticamente, se poderia dizer que *a arte de governar encontra, no final do século XVI e início do século XVII, uma primeira forma de cristalização, ao se organizar em torno do tema de uma razão de Estado*. Razão de Estado entendida não no sentido pejorativo e negativo que hoje lhe é dado (ligado à infração dos princípios do direito, da equidade ou da humanidade por interesse exclusivo do Estado), mas no sentido positivo e pleno: *o Estado se governa segundo as regras racionais que lhe são próprias*, que não se deduzem nem das leis naturais ou divinas, nem dos preceitos da sabedoria ou da prudência; *o Estado, como a natureza, tem sua racionalidade própria, ainda que de outro tipo*. Por sua vez, a arte de governo, em vez de fundar-se em regras transcendentais, em um modelo cosmológico ou em um ideal filosófico-moral, *deverá encontrar os princípios de sua racionalidade naquilo que constitui a realidade específica do Estado*. (2016, p. 420, grifo nosso)

Neste sentido, a norma é uma técnica do poder disciplinar, esta forma de poder que se fundamenta no controle social através de artifícios científicos, racionais (Foucault, 2016). Segundo Foucault, as populações não são por si só um dado. Antes, estão submetidas a uma série de variáveis que vão do clima à cultura, das leis às condições de subsistência. Condições de subsistência que serão os limites da variabilidade populacional. Desta forma, a opacidade das variáveis limita as ações do soberano sobre as populações. É deste problema que vão surgir as instituições de controle disciplinar (Foucault, 2008),

uma técnica totalmente diferente que se esboça, como vocês veem: não se trata de obter a obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas de atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população. É essa naturalidade penetrável da

população que, a meu ver, faz que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder. (Foucault, 2008, p. 94).

Assim, esta forma de poder se configura como um controle sobre os corpos e as almas dos sujeitos de uma população, normatizando esses sujeitos (Foucault, 2016). No Brasil, tanto no período anterior quanto depois da Guerra contra o Paraguai, começaram a surgir uma série de instituições de controle disciplinar modernas: o Colégio Pedro II, em 1837 (Camezzi, 2015); a Casa de Correção do Rio de Janeiro, 1850; o Hospício Pedro II, em 1852 (Gonçalves; Edler, 2009); o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação para Surdos), em 1854; o Hospital da Beneficência Portuguesa de Porto Alegre, em 1854 - esta inclusive, uma instituição leiga e que vai lançar o modelo para uma série de Hospitais Beneficentes no Rio Grande do Sul (Quevedo, 2016) -, para citar apenas algumas delas. Depois da Guerra surgiram instituições como: a Diretoria-Geral de Estatística, em 1872 (Starling, Schwarcz, 2015) - dos primeiros esforços biopolíticos do Estado brasileiro -, e uma série de hospícios, somando a construção de quatro no período que vai de 1873 a 1886. Entre eles, o próprio Hospício São Pedro, no Rio Grande do Sul, em 1884 (Gonçalves; Edler, 2009). Todas estas instituições puderam exercer um controle direto sobre os corpos e as almas dos súditos do Império e produzir conhecimento sobre o povo brasileiro, construindo um edifício de dados que poderiam servir de instrumento ao governo.

Assim, torna-se possível constituir uma ciência da população que, se bem não se institucionaliza profundamente no Império, vai dar os primeiros passos terminada a Guerra com o recenseamento de 1872, por exemplo. Conforme Benedict Anderson, “a ideia fictícia do censo é que todos estão presentes nele, e que todos ocupam um - e apenas um - lugar extremamente claro. Sem frações.” (Anderson, 2008, p. 230). O censo é esta ferramenta de controle que segmentariza, que ajuda no processo de divisão do trabalho. No Império, portanto, num contexto em que o trabalho escravizado está em franca decadência, o censo serve para fazer este balanço de quem seriam, onde estão, como podem servir as forças produtivas brasileiras ao capitalismo crescente. Neste sentido, para que possa haver censo, é preciso categorias, representações, verdades, conceitos absolutos e universalizantes sobre o que é o outro (Anderson, 2008); em suma, é preciso disciplinar o outro enquanto não-eu, enquanto dado objetivo configurado nos jogos de representação da sociedade de que provém o representante.

O surgimento da propriedade privada é um desses processos de racionalização - ou de disciplinamento - da produção que reduz o território ao dado - neste caso, ao lucro. A economia política, portanto, surge como uma dessas tecnologias de racionalização do controle populacional, que como diz Foucault (2008),

varia também e principalmente com, é claro, o estado dos meios de subsistência, e é aí que encontramos o célebre aforismo de Mirabeau, que diz que a população nunca irá variar além, e não pode, em caso algum, ir além dos limites que lhe são estabelecidos pela quantidade dos meios de subsistência. (Foucault, 2008, p. 93)

Assim, compreender as formas como a propriedade privada se configurou como mecanismo de controle social e teve parte nos demais processo de organização de instituições de disciplinamento ao longo da modernidade é fundamental para compreender o processo como os territórios serão reconhecidos legitimamente por outros Estados soberanos no século XIX.

1.2 - “A maior ou menor perfeição nessa disciplina determina o maior ou menor grau de prosperidade dos estabelecimentos”: propriedade privada da Europa burguesa ao Brasil do latifúndio cafeeiro

O período compreendido entre os séculos XVI e XIX é fundamental no processo formativo da sociedade burguesa. Foi nesse contexto que a Inglaterra encontrou sua maneira particular de acumular capital, numa Europa em que o capitalismo mercantil ainda era dominante entre suas elites econômicas. Segundo Ellen Wood (2000), o capitalismo inglês só foi possível em função da retórica de uso da propriedade fundiária em função dos “*improvements*” (melhoramentos). Essa prática buscava desenvolver técnicas agrícolas de forma a tornar a terra mais produtiva com menos força de trabalho; técnicas essas que iam do arado com roda à cultura rotativa, passando pelo uso de máquinas à vapor no campo e o próprio estatuto da propriedade (Wood, 2000). A *Royal Society*²⁴ foi um dos lugares fundamentais para o desenvolvimento das tecnologias e debates sobre a noção de propriedade, tendo em John Locke um dos seus maiores expoentes.

Para Wood, Locke defende o direito à propriedade não pela simples produção de subsistência da terra, mas pelo trabalho produtivo e lucrativo dela, ou seja, pelo seu “melhoramento”. Dessa forma, todo o terreno que não era produtivo e lucrativo era passível de ser privatizado e “melhorado” segundo os interesses de alguém que poderia dar melhores fins àquelas terras. As terras comunais, os “campos abertos”, os bosques, em suma, extensões de terras inteiras que faziam historicamente parte dos costumes do povo e que garantiam, à comunidade aldeã, uma fonte de subsistência em tempos de carestia foram submetidas aos processos de “melhoramento”, e simplesmente foram entregues aos latifundiários que tivessem meios para pagar por elas (Wood, 2000). É nesse contexto que surgem, por exemplo, os

²⁴ Sociedade científica britânica que surgiu devido às divergências de intelectuais ingleses com Oxford (Burke, 2003).

“*Enclosure Acts*” (as leis de cercamento), uma série de legislações que garantiram o cercamento e a privatização dessas terras comunais na Inglaterra criando direito de propriedade sobre terras consideradas de uso comum até então. Perdendo suas fontes de subsistência, os camponeses despossuídos tiveram que se lançar ao mercado oferecendo sua única fonte de renda naquele contexto: a força de trabalho (Wood, 2000).

Assim, o modelo de propriedade privada capitalista surge na senda dos procedimentos jurídicos modernos fundamentados no controle sobre o território e a vida e a morte dos súditos, edificado no poder soberano - este limitado e legitimado pelo aparato jurídico da época (Foucault, 2016). Desta forma, o poder soberano se seculariza e o corpo do rei passa a ser o corpo social em si. Conforme Foucault,

A teoria da soberania persistiu como ideologia e como princípio organizador dos grandes códigos jurídicos por dois motivos. Por um lado, ela foi, no século XVIII e ainda no século XIX, um instrumento permanente de crítica contra a monarquia e todos os obstáculos capazes de se opor ao desenvolvimento da sociedade disciplinar. Por outro lado, a teoria da soberania e a organização de um código jurídico nela centrado permitiram sobrepor aos mecanismos da disciplina um sistema de direito que ocultava seus procedimentos e técnicas de dominação, e garantia o exercício dos direitos soberanos de cada um através da soberania do Estado. Os sistemas jurídicos – teorias ou códigos – permitiram uma democratização da soberania, através da constituição de um direito público articulado com a soberania coletiva, no exato momento em que esta democratização fixava-se profundamente, através dos mecanismos de coerção disciplinar. (Foucault, 2016, p. 292)

Conforme Ellen Wood, a particularidade dos ingleses residia no fato de que, no início da modernidade, seu território já estava bem consolidado e a soberania assegurada (Wood, 2000). Assim, ao passo que a elite agrária se expandia e se capilarizava no aparato de Estado, tornava-se possível moldar o poder soberano em favor dos interesses privados.

Com a eficiência das novas técnicas no campo, a necessidade de mão de obra era bem menor, o que fez com que milhões de camponeses ingleses migrassem, ao longo da modernidade, dos campos às cidades inglesas. Assim, os “melhoramentos” garantiram ao capitalismo inglês, a um só tempo, as necessidades básicas para sustentar uma sociedade industrial. Essas são: produção agrícola suficiente para sustentar as cidades em constante expansão, um exército reserva de trabalho para a indústria e o próprio excedente para o investimento em outros negócios, ou seja, capital que produz mais capital (Wood, 2000).

Os grandes senhores de terras se beneficiaram muito dos cercamentos, especialmente aqueles ligados à produção de lã (no século XVI, os primeiros cercamentos haviam sido feitos em função dos interesses do latifúndio lanífero) (Wood, 2000). É importante destacar esse processo uma vez que, conforme Hobsbawm, os interesses do comércio lanífero foram cruciais

nas políticas protecionistas²⁵ no mercado interno inglês, o que garantiu a expansão da indústria algodoeira (Hobsbawm, 2004).

Neste processo, o comércio de escravizados tal como iniciado na modernidade pelos europeus foi fundamental à indústria algodoeira inglesa. Em geral, escravizados eram comprados com tecidos indianos nos mercados africanos, mas quando se interrompiam as produções na Índia em função de guerras ou revoltas, era a região de Lancashire que supria essa necessidade de tecidos. As plantações de algodão das Américas alimentavam a indústria de Lancashire que, por sua vez, vendia o tecido de algodão de volta ao fazendeiro. Foi esse comércio que, inclusive, garantiu o aumento dos lucros das plantações de algodão das elites escravistas do sul dos Estados Unidos, no final do século XVIII. Observamos esse processo na própria circulação do tecido inglês que ia predominantemente às Américas e à África. Esse foi um comércio lucrativo, com retorno rápido e em constante expansão, motivo suficiente para o empresariado adotar técnicas revolucionárias a fim de maximizar o lucro (Hobsbawm, 2004). Esse mercado era pequeno para os padrões industriais e competido pelas potências europeias, mas, como Eric Hobsbawm explica,

Supondo que qualquer uma das economias adiantadas conseguisse, por um período suficientemente longo, monopolizar todos ou quase todos os seus setores, então suas perspectivas seriam realmente ilimitadas. Foi precisamente o que conseguiu a indústria algodoeira britânica, ajudada pelo agressivo apoio do governo nacional. (Hobsbawm, 2004, p. 43)

Assim, de uma economia doméstica, a indústria algodoeira se alçou à economia de exportação, principalmente após o período inicial da revolução industrial, nos domínios coloniais e semicoloniais. Durante as guerras napoleônicas, por exemplo, a América Latina ficou especialmente dependente dos produtos ingleses e, depois das independências de Espanha e de Portugal, essa dependência se acentuou. Por outro lado, através de um processo de desindustrialização financiada e articulada pelos políticos e burocratas britânicos com as elites locais indianas, a Índia passou de economia exportadora para mercado consumidor dos produtos têxteis ingleses. Hobsbawm destaca a importância desses mercados em números: em 1820, a América Latina já representava mais de um quarto do destino dos tecidos de algodão ingleses, enquanto que a Índia importava 11 milhões de jardas; já 20 anos depois, em 1840, os números na

²⁵ Ao passo que o algodão indiano era predominante nos mercados europeus, graças à qualidade e beleza das peças produzidas pelos artesãos indianos; os produtores ingleses vendiam tecidos grosseiros e menos elaborados. Isso diminuía os lucros da concorrência inglesa. Com a proibição da circulação dos tecidos indianos na Inglaterra, assegurada pelos interesses do comércio lanífero, um substancial mercado interno garantiu fonte de lucro estável à indústria algodoeira inglesa - o algodão que era um tecido mais barato que os demais disponíveis. (Hobsbawm, 2004).

América Latina haviam quase dobrado e, na Índia, as importações chegavam às 145 milhões de jardas (Hobsbawm, 2004).

No restante da Europa, a revolução industrial chegaria tardiamente e acompanhada da ascensão social e política da burguesia que a Revolução Francesa e a sua expansão pelas guerras napoleônicas proporcionaram. Mesmo depois da retomada do princípio monárquico, a partir do Congresso de Viena, de 1815, os Estados modernos não voltam ao modelo absolutista. Apesar da Restauração ter um horizonte de reestruturação das instituições do Antigo Regime, as monarquias veem no quadro geral das novas configurações territoriais e administrativas - agora uniformizadas, racionalizadas e hierarquizadas - vantagens importantes à manutenção do seu poder (Rémond, 2003). Assim, diversas leis se mantiveram e uma série de Cartas Constitucionais foram assinadas nos países por onde o bonapartismo passou aplicando os ideais da Revolução Francesa.

Neste processo, garantiu-se às burguesias nacionais muitos dos direitos adquiridos ao longo dos anos da ocupação napoleônica nos territórios da Europa continental. Isso permitiu às elites burguesas europeias liberdade de comércio, de compras de terra - e, portanto, de acumulação de capital - , entre outros direitos que foram importantes ao desenvolvimento econômico capitalista no continente (Rémond, 2003). Além disso, a indústria precisava conquistar investidores influentes na Europa, o que significou que “no Continente, a Revolução Francesa favoreceu incontestavelmente o aparecimento de um espírito moderno, eliminando o arbitrário e colocando o talento e o mérito pessoal acima do berço” (Berstein, Milza, 1997, p. 38).

As nações, desta forma, ao longo deste período, foram sendo obrigadas a se inserir nos jogos de poder encetados pela revolução industrial inglesa. Elas foram se inserindo no discurso jurídico que fundamentou o surgimento da propriedade privada burguesa justamente porque a exploração lucrativa da terra - assim como o soberano absoluto que fundamentava por si só a soberania sobre o seu território e os seus súditos - é um destes mecanismos de poder que fundamenta a soberania de um Estado-Nação sobre seu território, no século XIX. Guardadas as particularidades do caso brasileiro, a Lei de Terras de 1850 será um destes artificios que organizarão a terra em função dos interesses da elite latifundiária e dos discursos científicos vigentes à época. No Brasil, até este período, a forma como a terra estava distribuída e organizada era ineficiente segundo os critérios da época de como se dava a sua exploração eficiente . Com o desenvolvimento da lavoura do café, o latifúndio cafeeiro foi demandando cada vez mais a articulação da terra em função do rendimento, como havia se estabelecido inicialmente nas zonas rurais da Inglaterra (Gadelha, 1989). Conforme Gadelha (1989),

Hoje, conhecemos bem as origens do latifúndio no período colonial, quando o estabelecimento de sesmarias se deu através das doações realengas, expansão de bandeiras e currais de gado. Concentrada nos séculos XVII e XVIII, no início do século XIX as terras ocupadas, em muitas áreas, achavam-se já em processo de fracionamento, em parte, por herança; em parte, devido ao próprio esgotamento do solo, a exemplo do Nordeste açucareiro. No Sudeste, entretanto, com o café voltava-se a reforçar a concentração da propriedade. O processo de "posse" mais tardio, característico desta região, seria definitivamente sustado com a decretação da Lei de Terras de 1850 que, ao mesmo tempo, assegurou a manutenção de um contingente de trabalhadores livres disponíveis para a grande propriedade, então, dirigida para a produção do café. (Gadelha, 1989, p. 157)

Assim, à semelhança dos processos europeus de privatização da terra, algumas das práticas adotadas além-mar foram sendo introduzidas na legislação brasileira ao longo do século XIX, fundamentando estes “melhoramentos” *sui generis*. Essas práticas se refletiram na Lei de Terras, de 1850, e no Regulamento de Terras, de 1856, em que o governo imperial articulou em função da liberação para compra de terras consideradas devolutas (tidas como “vazias” pelo governo) conformando a terra em propriedade privada moderna (Gadelha, 1989). Este é o caso dos aldeamentos em que os indígenas que recebiam o rótulo de civilizados tinham suas terras expropriadas pelo Estado e vendidas àqueles que se dispusessem a explorá-las de forma lucrativa (Carneiro da Cunha, 1992).

Com um ritmo de produção em franca ascensão, a elite cafeeira foi ganhando cada vez mais relevo nas instâncias decisórias do Império (Gadelha, 1989). Entretanto, a ascensão cafeeira se dava ao passo em que declinava, ainda que de forma lenta, a exploração da mão de obra escravizada, que vinha sendo minada através de leis e sanções gradualmente aplicadas pelo governo - principalmente em função de pressões britânicas (Starling; Schwarcz, 2015). Assim, as contradições e as tensões internas no Brasil passavam por um processo que demandava o uso de mão de obra livre assalariada em detrimento da mão de obra escrava. Isso significava que de uma relação de produção baseada na exploração pela coerção, em que quem detinha o monopólio da violência eram os escravocratas, passou-se para o uso exploração pela dependência das relações de trabalho, garantido pela concentração de terras por grandes proprietários e pela igual expropriação da terra do trabalhador livre e dos indígenas, sobrando a estes sujeitos a única opção de vender sua força de trabalho (Gadelha, 1989).

Não só isso, outros mecanismos jurídicos para a manutenção do controle sobre a terra e a população foram mobilizados nestes processos brasileiros de acumulação de capital, do século XIX. O “*Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos índios*” (Decreto 426, de 24 de julho de 1845), é exemplo disso. Através desta regulamentação, as políticas do período pombalino foram retomadas, recriando os cargos de Diretores de Índios, no Brasil, e

restabelecendo a administração leiga dos aldeamentos indígenas agregada, entretanto, à educação religiosa, agora realizada nestas instituições pela Ordem de Missionários Capuchinhos, ao invés de jesuítas (Amoroso, 2014). Se bem os capuchinhos formavam o quadro de ordens eclesiásticas no Brasil desde o princípio da colonização, sua atuação vai ganhar protagonismo no Império.

A escolha pelos capuchinhos é estratégica, ao passo que esta Ordem tinha uma ligação importante com os processos de imigração de europeus para as Américas. Apropriando-se dos problemas e dos paradigmas científicos da época, a Missão do Padroado capuchinho se lançava ao desafio de sustentar o projeto de colonizar o território brasileiro com trabalhadores livres e brancos, transformando os aldeamentos em verdadeiros laboratórios da “mestiçagem” à serviço dos interesses das elites latifundiárias que buscava justamente o suprimento da demanda por mão de obra (Amoroso, 2014).

Portanto, por mais que a Missão Capuchinha mirasse na construção do pobre²⁶ através do Programa de Catequese e Civilização dos indígenas, os missionários eram, essencialmente, funcionários públicos do governo Imperial. Os frades capuchinhos eram submetidos a uma demanda frequente de envio de relatórios aos governos locais e à Corte, além da Custódia dos Frades Capuchinhos no Rio de Janeiro. Assim, as produções dos frades capuchinhos eram muito mais de ordem administrativa do que de ordem pastoral, constituindo um importante *corpus* de conhecimento sobre os aldeamentos no período. Os aldeamentos, no entanto, não serviam apenas como reservas de propriedade privada e espaços de disciplinamento dos povos indígenas. Nas zonas de fronteira dos Estados-Nação, eles foram utilizados, como no período pombalino, para fazer a manutenção das fronteiras (Amoroso, 2014). Marta Amoroso exemplifica bem essas relações no seguinte trecho:

Na década de 1840, os relatos sobre os Guarani-Kaiowá do sul do Mato Grosso giravam em torno dos deslocamentos de lideranças e “suas comitivas”, que eram conduzidas por emissários do barão de Antonina em direção aos aldeamentos do Paraná. *A estratégia de garantir as fronteiras do sertão por meio de tratados de amizade com lideranças indígenas aliadas nos remete à era pombalina, mas os deslocamentos monitoradores de índios e a montagem de colônias de povoamento agora ganhavam novo sentido* [grifo nosso]. Operava-se em campo sob o patrocínio de um nome eminente da política provincial, convocado pelo governo do Império para estabelecer a comunicação da região sob sua influência com a Corte, tema de que tratam as notícias sobre os deslocamentos consentidos dos Guarani-Kaiowá do Mato Grosso e oeste do atual estado do Paraná rumo aos aldeamentos indígenas do Império, no rio Tabagi. Pouco antes da Lei de Terras (de 1850), a região descrita nas *Jornadas Meridionais* [grifo da

²⁶ “O projeto cristão de “construção da felicidade”, em Itambacuri passava assim pela transformação dos Botocudo em pobres, em “laboriosos mestiços nacionais”. O tema da pobreza, tão caro à Ordem Franciscana em geral e aos frades da Ordem Menor em particular, apresentava à cristandade uma nova imagem do pobre como Cristo sofredor, alicerçando com tal imaginário as atividades dos frades capuchinhos desde a Idade Média.” (Amoroso, 2014, p. 59)

autora] passou a compor o patrimônio territorial do barão de Antonina, que incluía três fazendas de gado, sendo um em Faxina (São Paulo) e duas no Paraná: Castro e São Jerônimo, ambas no Tibagi e futuros locais de aldeamentos indígenas, além de seis sesmarias no Baixo Paraguai, patrimônio calculado em uma extensão de aproximadamente 90 mil quilômetros quadrados, correspondendo à quase totalidade da área dos municípios de Miranda, Nioac, Aquidauana, Ponta Porã, Porto Murtinho e Bela Vista, localizados no atual estado do Mato Grosso do Sul (Amoroso, 2014, pp. 70-71)

Assim, se no período colonial os aldeamentos de fronteira serviam de artifício jurídico, pela força que a lei expressava àquela época, para legitimar o Princípio de *uti possidetis* em função da expansão e manutenção do poder dos soberanos portugueses sobre suas posses, seus súditos e seus territórios; no Império os aldeamentos de fronteira são usados para garantir a disciplina sobre a terra, a manutenção da propriedade privada, enquanto atinente de legitimidade da soberania nacional sobre os territórios reivindicados como seus. Portanto, os aldeamentos se tornaram propriedade privada em potencial, soberania a ser reivindicada, terra a ser disciplinada.

Esses “melhoramentos à brasileira” parecem inclusive se intensificar no período pós-Guerra contra o Paraguai, refletindo-se nas novas tecnologias que serão introduzidas nos campos²⁷ e nas cidades para garantir a maximização dos lucros das elites cafeeiras: do desenvolvimento de maquinário específico para o plantio e colheita do café, até a introdução da locomotiva para o escoamento (Martins, 1990). Poderia-se incluir, nessas tecnologias, as instituições de controle social²⁸ que foram disciplinando os corpos ao trabalho para a lavoura cafeeira em uma sociedade em que o uso da força de trabalho escravizada ia perdendo força através das diversas leis que foram desarticulando a escravatura - da Lei Eusébio de Queirós, que aboliu o tráfico de escravizados, no mesmo ano da Lei de Terras; até a Lei Áurea, de 1888,

²⁷ Herbert Huntington Smith, em 1878, fez uma descrição dos regimes de exploração e disciplina do trabalho em uma lavoura cafeeira moderna e mecanizada: “Uma grande fazenda, como a do Sr. S., é um pequeno mundo. Há forjas e oficinas; máquinas para o preparo de mandioca; uma serraria; um moinho de milho, uma moenda de cana e um alambique onde se faz a aguardente. Existe, também, um forno de tijolo e uma olaria onde foi feita a maior parte dos vasos existentes no viveiro. A maquinária é propulsionada por uma turbina é por uma caldeira que a movimenta, instalações essas que o Sr. S. nos mostra com orgulho perdoável. Da casa das máquinas, ele nos leva ao curral que, sendo embora uma dependência auxiliar, não é absolutamente insignificante; veem-se ali oitenta bonitos bois, umas trinta mulas, cem porcos, cinquenta carneiros, além de Perus, galinhas, galinhas-d’angola e pombos. Para coroar tudo isto há, também, um boi zebu, da Índia, comprado pelo Sr. S., em Paris, para experiência. Grupos pitorescos de lavadeiras reúnem-se em torno da grande tina de pedra em que trabalham. Todas as manhãs ouve-se o barulho de uma máquina que corta as pontas da cana destinada ao gado. Na cozinha são preparadas as rações dos escravos em grandes fornos e caldeirões. Vemos um ferreiro trabalhando na forja; além, está um carpinteiro martelando ou serrando. Não vemos, porém, um só negro ocioso, pois mesmo os octogenários se ocupam na fabricação de cestas ou em outros trabalhos leves, e todas as crianças trabalham na fazenda, exceto os bebês, com o restante do pessoal. Somente aos domingos alguns dos trabalhadores mais fracos deixam de trabalhar, entregando-se a uma espécie de recreio.” (Smith apud Martins, 1990, pp. 51-52)

²⁸ Se bem um pouco posterior ao período imperial, Martins exemplifica bem essas instituições, por exemplo, ao destacar a análise de Boris Kossov de uma fotografia que mostra uma lavoura de café em que imigrantes trabalham serenamente, como se o trabalho na lavoura do café fosse um trabalho próspero. Esta foto utilizada pelos agentes de imigração na Europa era uma forma de redução da complexidade disciplinar que. Conforme Martins, “se trata de uma “perfeita” composição, onde se propaga uma imagem serena e pitoresca da colheita do café. Na verdade, esta “montagem” escondia a dura realidade dos trabalhadores imigrantes, submetidos a rendimentos baixos e dura disciplina de trabalho.” (Martins, 1990, p. 71)

em que a escravidão fora abolida - e a demanda por trabalho livre, neste sentido, aumentava. A questão das terras era algo que estava proposto para a discussão desde a Constituição de 1824, mas é só na década de 1830 que a Regência vai começar a investir em políticas públicas no sentido de privatizá-las (Gadelha, 1989). Carlos Augusto Taunay, tio do Visconde de Taunay, inclusive, fez propostas neste sentido no mesmo período (Ferraro, 2015) em que a Regência se propunha às reformas em favor da privatização das terras para a maximização dos lucros nas lavouras brasileiras (Gadelha, 1989). É o que evidencia o seguinte trecho:

Ei-nos pois obrigatoriamente com uma rigorosa disciplina nos campos? E mormente nas grandes fábricas, onde uma perpétua vigilância e regra intransgressível devem presidir aos trabalhos, ao descanso, às comidas, e a qualquer movimento dos escravos, com o castigo sempre à vista. *A maior ou menor perfeição nessa disciplina determina o maior ou menor grau de prosperidade dos estabelecimentos.* (Taunay apud Ferraro, 2015, p. 128, grifo nosso).

Assim como outros países do mundo, o trabalho na lavoura cafeeira ia se configurando em função da sua lucratividade. Em outras palavras, o controle sobre a terra no Brasil do século XIX estava condicionado à sua lucratividade. Era este o critério de soberania dos Estados-Nação sobre os territórios no oitocentos: o da propriedade privada, o do uso lucrativo do território. Neste sentido, as lavouras de café figuravam como verdadeiros espaços de disciplina do trabalho que funcionavam quase como verdadeiros panópticos (Martins, 1990). É o que se evidencia na seguinte descrição:

Os modelos de fazenda de café variaram ligeiramente em função da época em que foram instaladas, das Características topográficas da região e das técnicas utilizadas no beneficiamento do produto. No geral, tratava-se de um conjunto complexo, de grandes proporções, praticamente auto-suficientes.

Alguns elementos são comuns a todas elas e acabam por definir a fazenda cafeeira. Inicialmente sua localização, próxima a um *curso d'água* para facilitar a lavagem do produto, movimentando a roda d'água que acionava os pilões; a *casa-grande*, moradia do proprietário, construção na maioria das vezes imponente, que permitia ao fazendeiro ostentar seu poderio e controlar o trabalho quase a perder de vista; a *senzala*, uma sequência de cubículos onde a escravaria se alojava; o *terreiro*, destinado à secagem do produto; a *tulha*, depósito onde o café era guardado; a *casa das máquinas*, quando se atingiu a mecanização do trabalho.

Fundamental, porém, para tocar essa unidade de produção, era a mão-de-obra, imensa escravaria que se concentrava na zona rural e se fazia presente, nesse processo, da semente à xícara. (Martins, 1990, pp. 9-10, grifos da autora).

Assim, essas instituições foram produzindo formas mais eficientes e racionais de controle social com o objetivo de maximizar o lucro através da diminuição do tempo de colheita, por exemplo. Nesse sentido, seria interessante, em pesquisas futuras, observar como o processo de abolição foi modulando e modelando instituições e tecnologias biopolíticas.

O processo de acumulação de terras já saltava aos olhos do jovem Karl Marx desde suas primeiras análises. Ele retratou a forma como o poder se expressava na força da lei como elemento da propriedade privada. Em 1842, Marx publicou uma série de escritos sobre essa questão, na *Gazeta Renana*, conhecidos como *Debates sobre a lei referente ao furto da madeira*, em que ele discute justamente a arbitrariedade do processo de cerceamento dos direitos costumeiros dos camponeses renanos, em meados do século XIX. Segundo ele,

Não podendo forçar alguém a acreditar que há crime onde não há crime, os senhores vão transformar o próprio crime em ato legal. Os senhores borraram os limites entre uma coisa e outra, mas estão enganados se acreditam que eles foram borrados somente no seu interesse. A população vê a pena, mas não vê o crime, e justamente por ver a pena onde não há crime não verá crime onde houver a pena. Ao aplicar a categoria de furto onde ela não pode ser aplicada, os senhores a abrandam onde ela tem de ser aplicada. (Marx, 2017, p. 78, grifo nosso).

Como se pode ver, essas práticas de poder já eram percebidas naquela época. Assim, como já afirmamos, o critério de soberania na modernidade vai passando do poder do soberano, do monarca, para o imperativo da propriedade privada moderna, burguesa. Mas o que Marx não entendia ainda (se algum dia entendeu nestes termos) é que era preciso ensinar o povo a obedecer às leis. As instituições burguesas de disciplinamento acompanharam este processo, docilizando os corpos para atender às demandas do novo regime de trabalho que surgiram com a propriedade privada burguesa e a revolução industrial (Federici, 2017).

Nessa senda, as instituições tiveram que sofrer uma profunda mudança. Não só isso, tiveram que surgir novas instituições para legitimar esse processo e disciplinar corpos e almas a aderirem a essas formações e conformações sociais inovadoras, normatizando as formas de ser no mundo e representando o diferente como antagônico e passível de ser disciplinado, civilizado. Assim, foram excluídos da modernidade as mulheres, os loucos, os povos indígenas, as crianças e os trabalhadores entre tantos outros grupos com suas especificidades que afrontam o modo burguês (Seth, 2013). Transformou-se estas formas de ser no mundo, antes, em contraexemplos ou em autômatos passíveis da exploração e do controle pelas elites.

Dessa forma, os mecanismos de poder na modernidade não se limitaram às medidas e às transformações nos campos econômico, político e jurídico. Antes, refletiram-se em outras instituições que vinham surgindo concomitantemente a esses desenvolvimentos nos três séculos da Idade Moderna. Os mecanismos de poder pastoral - sua estrutura administrativa, seus meios de cuidado (como vigilância), a produção de dados, centrados na paróquia das sociedades medievais²⁹ -, vão se diluir ao longo da modernidade numa rede de práticas de poder,

²⁹ “Uma religião que aspire assim ao governo cotidiano dos homens em sua vida real a pretexto da sua salvação e na escala da humanidade - é isso a Igreja, e não temos disso nenhum outro exemplo na história das sociedades.

fundamentando técnicas de produção de saber sobre o outro, difundidas entre as novas instituições articuladas para perpetuar o controle social na forma de tribunais, escolas, prisões, hospitais, casernas, instituições psiquiátricas, entre tantas outras instituições de controle (Machado, 2016)³⁰ - no caso brasileiro, pode-se argumentar, ainda, em aldeamentos indígenas do Império³¹, como não podemos deixar de argumentar. Desenvolvia-se, assim, uma nova forma de governar as sociedades, surgia a ciência da população: a economia política.

Ellen Wood discute também o papel dos agentes deste processo, burocratas e profissionais especializados no “melhoramento” de terras, fundamentais na transformação e na conformação efetiva da terra em propriedade burguesa (Wood, 2000). Segundo Wood (2000),

Vale a pena se debruçar um momento sobre esse conceito de “melhoramento”, porque ele revela muito sobre a agricultura inglesa e o capitalismo. A palavra *improve* (melhorar) no seu sentido original não significava somente “tornar melhor” num sentido amplo, mas literalmente “fazer algo visando lucro monetário”, e especialmente cultivar terra visando lucro. No século XVII, o sentido da palavra *improver* (o agente da melhoria) fixou-se definitivamente na linguagem para designar o indivíduo que tornava a terra produtiva e lucrativa, especialmente por meio do cercamento ou da supressão do desperdício. Os melhoramentos agrícolas eram naquele momento uma prática já bem estabelecida, e no século XVIII, na época de ouro do capitalismo agrário, *improvement* (melhoramento), no idioma e na realidade, designava um e mesmo fenômeno. (Wood, 2000, p. 19).

Assim, na Inglaterra, instituições como a *Royal Society*, ideólogos como John Locke e agentes como os *improvers*, eram fundamentais para a manutenção dos regimes de Verdade e

Creio que se forma, assim, com essa institucionalização de uma religião como Igreja, forma-se assim, e devo dizer que muito rapidamente, pelo menos em suas linhas mestras, um dispositivo de poder que não cessou de se desenvolver e de se aperfeiçoar durante quinze séculos, digamos desde os séculos II, III depois de Jesus Cristo, até o século XVIII da nossa era. Esse poder pastoral, totalmente ligado à organização de uma religião como Igreja, a religião cristã como Igreja cristã, esse poder pastoral por certo transformou-se consideravelmente no curso desses quinze séculos de história. *Ele por certo foi deslocado, desmembrado, transformado, integrado a formas diversas, mas no fundo nunca foi verdadeiramente abolido. E, quando eu me coloco no século XVIII como sendo o fim da era pastoral, é provável que ainda me engane, porque de fato o poder pastoral em sua tipologia, em sua organização, em seu modo de funcionamento, o poder pastoral que se exerceu como poder é sem dúvida algo de que ainda não nos libertamos.*” (Foucault, 2008, p. 197, grifo nosso).

³⁰ Essas instituições refletem e se apropriam das técnicas e dos códigos de controle desenvolvidos pela Igreja (católica e protestante) através dos séculos (II a XVIII) em que prevaleceu o poder pastoral (Foucault, 2008) e os artifícios jurídicos em função da conformação do poder soberano ao longo dos séculos XV a XVIII e que se desenvolveram em torno das discussões da arte de governar (Foucault, 2016). No entanto, o poder disciplinar tem efeitos mais específicos e incide de forma mais efetiva sobre o sujeito. Conforme Machado (2016), “Quando Foucault começou a formular explicitamente a questão do poder foi para dar prosseguimento à pesquisa que realizava sobre a história da penalidade. Colocou-se então o problema de uma relação específica de poder sobre os indivíduos enclausurados que incidia sobre seus corpos e utilizava uma tecnologia própria de controle. E essa tecnologia não era exclusiva da prisão, encontrando-se também em outras instituições como o hospital, o exército, a escola, a fábrica, como inclusive indicava o texto mais expressivo sobre o assunto, o *Panopticon*, de Jeremy Bentham.” (Machado, 2016, p. 21).

³¹ Barbosa, P. A. “A violência como prática civilizatória. Relações entre indígenas, missionários, militares e fazendeiros nos aldeamentos capuchinhos do século XIX no sul da província de Mato Grosso”, *Corpus* [online], v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/corpusarchivos/409>. Acesso em: 27 nov. 2024.

representação. Veremos a seguir as condições do surgimento destas formas de codificar as representações do mundo em prol dos interesses de determinadas instâncias de poder, implicadas na produção de conhecimento, e o papel dos intelectuais (e burocratas) neste processo. Entender a forma como a Ciência moderna passou a se relacionar com o conhecimento a partir do advento do método cartesiano é fundamental na compreensão da manutenção dos interesses burgueses no Estado capitalista de direito. Esta forma se reflete em como cultuamos nossos textos.

1.3 - “Ela cria um mundo à sua imagem e semelhança”: a Ciência Moderna e o Homem

Conforme François Hartog (1999), em *O Espelho de Heródoto*: “Uma cultura (a nossa em todo caso) é feita de tal modo que não cessa de retornar aos “textos” que a constituíram, de ruminá-los, como se sua leitura fosse sempre uma releitura” (Hartog, 1999, p. 15). Esta releitura de que fala Hartog é parte intrínseca das relações de persistência e atualização das instituições em diversas sociedades (Schwarcz, 1994). Entretanto, a forma como o Ocidente passou a ruminar seus textos, principalmente a partir do advento da Ciência moderna, fundamentou uma certa forma de lidar com o texto, em particular, e com as práticas discursivas, no geral, que tomou um caráter de culto (Kuhn, 2013). Conforme demonstrado por Thomas Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, os cientistas modernos, através dos séculos e inspirados no modelo cartesiano de ciência e à luz dos novos problemas e objetos que foram se impondo através do tempo, devotaram-se aos modelos de ciência que responderam às crises de conhecimento científico de cada época (Kuhn, 2013). Os cientistas não fazem isso, sem, entretanto, estarem inseridos numa certa tradição, nos períodos de Ciência Normal.

Os períodos de Ciência Normal, para Kuhn (2013), são aqueles em que há a vigência de um determinado paradigma, ou modelo de ciência dominante. Nesses períodos existe um certo número de enunciados, métodos e procedimentos que são aceitáveis como “de ciência.” A permanência e a prevalência desses paradigmas só são possíveis ao passo que respondam problemas (e aos interesses) de um determinado contexto de forma aceitável. Quando os aparatos técnicos, teórico-metodológicos e processuais da Ciência Normal deixam de ser suficientes para responder dados observáveis, as incoerências se tornam perceptíveis pelos cientistas. Assim, fundamentam-se crises paradigmáticas que encetam o processo crítico definido por Kuhn como Revolução Científica. Essas revoluções se refletem na formação de novos paradigmas para explicar as novas realidades observáveis, inexplicáveis no paradigma

anterior (Kuhn, 2013)³². Segundo Kuhn (2013), em tempos de Ciência Normal, a Educação científica se fundamenta antes na formação de especialistas - de profissionais, de burocratas - que reproduzam o paradigma conforme as demandas e os interesses da época (e, adiciono, do governo), do que na formação de pesquisadores críticos (Kuhn, 2013). Desta forma, o cientista

[...] que adota um novo paradigma nos estágios iniciais de seu desenvolvimento frequentemente adota-o desprezando a evidência fornecida pela resolução de problemas. Dito de outra forma, precisa ter fé na capacidade do novo paradigma para resolver os grandes problemas com que se defronta, sabendo apenas que o paradigma anterior fracassou em alguns deles. Uma decisão desse tipo só pode ser feita com base na fé. (Kuhn, 2013, p. 171)

Isto porque, segundo o autor, não eram tanto os argumentos que influíam numa nova postura em relação aos problemas, mas as escolhas estéticas dos cientistas progressos nos seus procedimentos científicos. Ao passo que essas escolhas inspiram novos adeptos, a fé nessas escolhas vai agregando uma comunidade que dialoga dentro de um jogo enunciativo determinado. Em outras palavras, os cientistas de um mesmo paradigma falam a mesma língua, usam as mesmas ferramentas para comprovar suas crenças e rechaçar crenças de paradigmas antigos. Quando essa comunidade está suficientemente madura e já há um grande número de adeptos, surgem os novos paradigmas e se estabelecem os períodos de Ciência Normal (Kuhn, 2013).

Conforme aponta Jean-François Lyotard em *A Condição Pós-Moderna*, o discurso científico moderno é profundamente permeado por esses jogos de linguagem. Para isso, é preciso uma comunidade de pares que tenham uma mesma base referencial, qual seja, de um certo modo de ser-fazer científico. Assim, os enunciados lançados por um cientista (remetente) em uma determinada discussão científica deve ser inteligível a seu par (destinatário) que, pressupõe-se, tem a mesma base de saber (referente) do primeiro cientista (remetente) (Lyotard, 2009). Assim, as relações entre Ciência e Ensino, no paradigma moderno, são fundamentais para garantir a manutenção dos regimes de saber de cada época

³² Lyotard (2009) faz uma leitura interessante dos jogos de ciência propostos por Kuhn “A argumentação exigível para a aceitação de um enunciado científico está assim subordinada a uma “primeira” aceitação (na realidade, constantemente renovada em virtude do princípio de recursividade) das regras que fixam os meios da argumentação. Daí, duas propriedades notáveis deste saber: a flexibilidade dos seus meios, isto é, a multiplicidade de suas linguagens; seu caráter de jogo pragmático, a aceitabilidade dos “lances” que lhe são feitos (a introdução de novas proposições) dependendo de um contrato realizado entre os participantes. Daí também a diferença entre dois tipos de “progresso” no saber: um, correspondendo a um novo lance (nova argumentação) no quadro das regras estabelecidas, o segundo à invenção de novas regras e, assim, a uma mudança de jogo.” (Lyotard, 2009, p. 79).

(Lyotard, 2009). Sobre o tipo de enunciação intrínseca aos jogos de ciência sob o paradigma moderno, Lyotard diz o seguinte:

Que a proposição seja verdadeira ou falsa, ela comporta um conjunto de tensões e cada uma influencia sobre cada um dos postos pragmáticos que ela coloca em jogo - remetente, destinatário, referente. Estas “tensões” são tipos de prescrições que regulam a aceitabilidade do enunciado enquanto “de ciência. (Lyotard, 2009, p. 44)

Recuperando os apontamentos de Kuhn, as tensões ou escolhas que o cientista faz para provar determinado ponto é permeado por posturas estéticas próprias do campo, por mais objetivo que se pretenda o discurso científico (Kuhn, 2013). Portanto, à revelia da prova de que a Ciência moderna tanto reivindica como fundamento para legitimar seu discurso (Lyotard, 2009), a escolha por se tornar adepto de um certo procedimento científico exige, nas palavras de Kuhn, fé (Kuhn, 2013)³³. Este processo só é possível ao passo que se configura enquanto regime de Verdade. Ora, as escolhas estéticas não são isentas. Antes, estão permeadas pelos anseios, projeções e interesses de cada época.

Neste sentido, a adoção do modelo cartesiano, foi antes uma medida estratégica das elites europeias que viram na divisão do conhecimento proposta por René Descartes um caminho para mecanizar o ser humano, criando um modo ideal de “ser humano” (Federici, 2017), uma representação que fundamenta a forma de se relacionar consigo e com os outros.

³³ “Dissemos que a questão da prova constitui um problema, no sentido de que seria preciso provar a prova. Pode-se pelo menos publicar os meios da prova, de maneira que os outros cientistas possam assegurar-se do resultado repetindo o processo que conduziu a ela. Acontece que administrar uma prova é fazer constatar um fato. Mas o que é uma constatação? O registro do fato pela vista, pelo ouvido, por um órgão dos sentidos? Os sentidos enganam, e são limitados em extensão, em poder discriminador.” (Lyotard, 2009, p. 79)

Para Descartes, Deus é a forma de pensamento em si³⁴. Quando Descartes considera Deus como esta figura quase platônica de perfeição contrasta com a imperfeição do mundo, tornando possível conhecer o mundo neste *chiaroscuro* que opõe, ou antagoniza, as formas perfeição-imperfeição. Em outras palavras, Descartes transforma Deus, enquanto metáfora da racionalidade, no próprio ser humano³⁵ (Descartes, 2007). Segundo Denis Rosenfield (2009),

Quando dizemos algo como imperfeito, estamos na verdade aplicando a idéia da perfeição sob a forma de falta de alguma coisa, de uma propriedade, que, em sua completude, nos daria a idéia de um ser perfeito em seu domínio próprio. Ao demonstrar que a idéia de perfeição não se origina nos sentidos, mas na razão, não sendo o resultado de uma construção imaginária, Descartes abre o caminho para uma prova racional da existência de Deus (Rosenfield, 2009, pp. 27-28)

Assim, na modernidade, mesmo Deus é submetido à disciplina da racionalidade. Para chegar a esta conclusão, Descartes fez um estudo sistemático que foi do estudo empírico das plantas à (vil) vivisseção e dissecação de animais, até mesmo a dissecação de corpos humanos. Utilizando-se como método a classificação, a categorização e a hierarquização; e como teoria a perfeição de Deus, Descartes, fundamenta seu método filosófico. É o que se pode observar no seguinte trecho:

Da descrição dos corpos inanimados e das plantas, passei à dos animais e particularmente à dos homens. Mas, como eu não tinha ainda suficiente conhecimento para falar disso no mesmo estilo que do resto, isto é, demonstrando

³⁴ “Refletindo sobre o que eu duvidava, e que portanto meu ser não era todo perfeito, pois eu via claramente que havia maior perfeição em conhecer do que em duvidar, ocorreu-me investigar de onde eu aprendera a pensar em algo mais perfeito do que eu era; e compreendi com evidência que devia ser de uma natureza que fosse, de fato, mais perfeita. Quanto aos pensamentos que eu tinha de várias coisas fora de mim, como o céu, a terra, a luz, o calor e muitas outras, não era tão difícil saber de onde vinham, porque, não observando nada neles que me parecesse torná-los superiores a mim, eu podia crer que, se fossem verdadeiros, eram dependências de minha natureza, na medida em que possuía alguma perfeição; e, se não o fossem, é que eu os tinha do nada, isto é, estavam em mim porque eu era imperfeito. Mas o mesmo não podia ser com a idéia de um ser mais perfeito que o meu, pois tirá-la do nada era coisa manifestamente impossível; e, como não é menos repugnante admitir que o mais perfeito seja uma consequência e uma dependência do menos perfeito do que admitir que do nada proceda alguma coisa, eu também não podia tirar essa idéia de mim mesmo. Assim restava apenas que ela tivesse sido posta em mim por uma natureza que fosse verdadeiramente mais perfeita que a minha, e mesmo que tivesse em si todas as perfeições que eu podia conceber, isto é, para explicar-me numa palavra, que fosse Deus. A isso acrescentei, sabendo de algumas perfeições que eu não tinha, que eu não era o único ser que existia (usarei aqui livremente, se vos aprouver, as palavras da Escola), mas que era preciso necessariamente haver algum outro mais perfeito do qual eu dependia e do qual tivesse adquirido tudo o que possuía. Pois, se eu fosse único e independente de qualquer outro, de modo que tivesse de mim mesmo o pouco que me fazia participar do ser perfeito, eu poderia ter de mim, pela mesma razão, todo o resto que sabia faltar-me, e assim ser eu próprio infinito, eterno, imutável, onisciente, onipotente, enfim, ter todas as perfeições que podia observar existirem em Deus. Pois, segundo os raciocínios que acabo de fazer, para conhecer a natureza de Deus, na medida em que eu era capaz disso, bastava-me considerar, de todas as coisas cuja idéia havia em mim, se era perfeição ou não possuí-las, e eu tinha certeza de que nenhuma das que marcavam alguma imperfeição estava nele, mas que todas as outras estavam. Assim vi que a dúvida, a inconstância, a tristeza e coisas semelhantes não podiam estar nele, pois eu mesmo teria muita vontade de estar isento delas.” (Descartes, 2009, pp. 71-73, grifo nosso)

³⁵ Entendido no sentido estrito da época: homem, europeu, branco, racional, heterossexual, adulto etc. (Federici, 2017).

os efeitos pelas causas, e mostrando de quais sementes, e de que modo, a natureza os deve produzir, *contentei-me em supor que Deus formasse o corpo de um homem inteiramente semelhante a um dos nossos*, tanto na figura exterior de seus membros quanto na conformação interior de seus órgãos, *sem o compor com outra matéria senão a que descrevi*, e sem colocar nele, no começo, nenhuma alma racional ou outra coisa para servir-lhe de alma vegetativa ou sensitiva, a não ser que excitava em seu coração um daqueles fogos sem luz que já expliquei, não concebendo eu outra natureza senão a que aquece o feno quando guardado antes de secar, ou a que faz ferver os vinhos novos quando deixados a fermentar sobre o bagaço. Pois, examinando as funções que podiam, em consequência disso, estar nesse corpo, encontrei exatamente todas aquelas que podem estar em nós sem que o pensemos, e portanto sem que nossa alma, isto é, essa parte distinta do corpo cuja natureza, como foi dito acima, é apenas pensar, contribua para tanto, e que são todas as mesmas; *nisto se pode dizer que os animais sem razão se assemelham a nós, sem que eu encontre neles nenhuma daquelas funções que, sendo dependentes do pensamento, são as únicas que pertencem a nós enquanto homens; no entanto eu as encontrava todas, em seguida, ao supor que Deus criou uma alma racional e a juntou a esse corpo, de certo modo, tal como descrevi*. (Descartes, 2009, pp. 84-85, grifos nossos)

Como se pode ver, o estudo de plantas e animais acabou sendo um ponto de partida para conhecer o ser humano. É o que fizeram Carl Linnaeus e seus discípulos: partiram da classificação das plantas, para categorizar os animais e hierarquizar os seres humanos (todos processos intrinsecamente ligados) (Pratt, 1999). Para que isso pudesse acontecer, era preciso que alguém como René Descartes lançasse as bases do que era a forma perfeita: a forma perfeita é Deus; é o pensamento humano; é o homem burguês, racional e ocidental.

Assim, desde a proposta cartesiana de divisão do conhecimento, foram feitas atrocidades em nome da “fé nos paradigmas” de cada época. Esta obstinação moderna com o caráter universalizante da ciência, foi reduzindo o mundo a um mecanismo que podia ser dominado e explorado pelas classes dominantes (Federici, 2017). A ideia de Descartes permitiu às elites cumprirem o destino traçado por Deus a Adão:

Javé Deus disse: “Não é bom que o homem esteja sozinho. Vou fazer para ele uma *auxiliar* que lhe seja *semelhante*”. Então Javé Deus formou do solo todas as feras e todas as aves do céu. E as apresentou ao homem para ver com que nome ele as chamaria: cada ser vivo levaria o nome que o homem lhe desse. O homem deu então nome a todos os animais, às aves do céu e a todas as feras. Mas o homem não encontrou uma auxiliar que lhe fosse semelhante. Então Javé Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou então uma costela do homem e no lugar fez crescer carne. Depois, da costela que tinha tirado do homem, Javé Deus modelou uma mulher, e apresentou-a para o homem. Então o homem exclamou: “Esta sim é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque foi tirada do homem!” (Bíblia, 2017, Gen. 2, 18-23, p. 27)

Segundo esta perspectiva, o homem não é igual às criaturas dos céus e da terra, muito menos à mulher. Estes são, antes, “semelhantes” ao homem, mas não seus iguais - algo produzido para ele e a partir dele. Neste sentido, o homem é perfeito porque está mais próximo de Deus, é sua imagem e semelhança. É por causa dele que as coisas existem e, por

isso, o homem tem o direito de nomear os seus semelhantes e auxiliares, tem direito de posse sobre aquilo que nomeia. É o homem que é a medida de todas as coisas, não a mulher, os animais ou a natureza. É desta concepção antropocêntrica e androcêntrica que vem o pensamento burguês de domínio e posse sobre o restante do mundo: do arará ao freixo, da rena à zebra, dos kinikinau aos *benandanti*; absolutamente *tudo* vai sendo submetido aos modos de produção e representação do Ocidente burguês. Karl Marx e Friedrich Engels já sabiam disso e expressaram esta ideia num trecho muito sagaz do *Manifesto do Partido Comunista*:

Com a rápida melhora dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, se tornarem burguesas. Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança. (Marx; Engels, 2008, p. 17, grifo nosso)

Isso produziu uma Ciência à serviço dos interesses burgueses, não em favor da liberdade³⁶. É o que podemos ver no estudo *O Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici (2017), em que a autora aponta que a forma como se deu a caça às bruxas durante o período moderno foi um processo de sistemática dominação e disciplinarização dos corpos em função do desenvolvimento dos interesses do capitalismo nascente. Os legisladores que formavam a rede de repressores à bruxaria se basearam em textos que fundamentaram postulados tais quais os de uma ciência para sistematicamente identificar, categorizar, classificar e representar a bruxaria. Tanto quanto os inquisidores, lideranças seculares, munidas dos textos, justificaram o rapto, a tortura e a morte sistemática de centenas de milhares de mulheres que eram classificadas bruxas por esse sistema vil de disciplinarização dos corpos femininos (Federici, 2017).

Conforme demonstrado por Silvia Federici, a bruxaria não era uma questão de respaldo popular, uma demanda social ou expressão cultural espontânea das classes baixas que não podia ser controlada pelas elites. Antes, era uma imposição de “cima para baixo”.

(...) a caça às bruxas requeria uma vasta organização e administração oficial. Antes que os vizinhos se acusassem entre si ou que comunidades inteiras fossem presas do “pânico”, teve lugar um firme doutrinamento, no qual as autoridades expressaram publicamente sua preocupação com a propagação das bruxas e viajaram de aldeia

³⁶ “O saber não encontra aí sua validade em si mesmo, num sujeito que se desenvolve atualizando suas possibilidades de conhecimento, mas num sujeito prático que é a humanidade. O princípio do movimento que anima o povo não é o saber em sua autolegitimação, mas a liberdade em sua autofundação ou, se se prefere, em sua autogestão” (Lyotard, 2009, pp. 63-64)

em aldeia para ensinar as pessoas a reconhecê-las, em alguns levando consigo listas de mulheres suspeitas de serem bruxas e ameaçando castigar aqueles que as dessem asilo ou lhes oferecessem ajuda. (Federici, 2017, p. 298).

Assim, pode-se compreender como a Ciência ilustrada, esta ferramenta ocidental, foi utilizada antes como ferramenta de controle social do que como uma forma de libertação da humanidade. O processo de nomeação, de classificação, de categorização, de hierarquização; em suma, de produção das representações e das Verdades, é uma forma de dominação dos saberes e das pessoas.

1.4 - “Procuraria cumprir o preceito camoneano do uso simultâneo da espada e da penna”: Taunay, entre as codificações da família e do Estado

O século XVIII vai ser um período importante no disciplinamento dos saberes. Em 1735, haverá dois importantes acontecimentos na História do conhecimento: a Expedição de La Condamine e a publicação do *Systema Naturae*, por Carl Linnaeus. A relevância da Expedição de La Condamine se consubstanciou ao passo que foi destes primeiros esforços transnacionais europeus de constituir expedições científicas de exploração dos interiores continentais além-Europa. Em um esforço conjunto entre Coroas europeias, a missão de La Condamine se dedicou à exploração da América do Sul. À época, enquanto os oceanos e as costas continentais já haviam sido perscrutados pela Europa em busca de novas rotas de comércio, os interiores continentais seguiam uma incógnita aos olhos dos Impérios (Pratt, 1999). Mesmo regiões dominadas pelos Impérios europeus estavam profundamente fechadas à Ciência.

A Coroa espanhola mantinha suas colônias especialmente fechadas aos agentes estrangeiros devido ao temor de espionagem das suas riquezas, até a ascensão da dinastia borbônica. A partir de então, vai se delineando um cenário favorável para a exploração dos interiores alimentada pela curiosidade e pela busca de riquezas (na exploração da natureza e na busca de mercados consumidores). Segundo Mary-Louise Pratt (1999), em *O olho do Império*, com a

expedição La Condamine, a coroa espanhola pôs de lado o seu famoso protecionismo. Ávido por alicerçar o seu prestígio e mitigar a “lenda negra” a respeito da crueldade espanhola, Felipe V aproveitou a oportunidade para agir como um ilustrado monarca continental. Condições estabelecendo os limites da expedição foram acordadas e dois capitães espanhóis, Antonio de Ulloa e Jorge Juan, agregados para assegurar que a pesquisa científica não desse lugar à espionagem — o que prontamente aconteceu. (Pratt, 1999, p. 44)

Assim, com a atitude ilustrada de permitir agentes estrangeiros investigarem dentro de suas fronteiras coloniais através da Expedição de La Condamine, a Espanha borbônica pavimentou um meio de garantir prestígio internacional, legitimidade perante a comunidade científica da época para fazer a manutenção dos seus domínios americanos numa época em que a disciplina está em franca ascensão enquanto forma de poder.

Articulada pela Coroa francesa, a expedição buscava responder empiricamente se a Terra tinha formato esférico, conforme a geografia cartesiana; ou esferóide, como acreditava Newton - opondo, assim, as concepções das Coroas inglesa e francesa numa disputa científica que era reflexo das divergências políticas entre os dois países. Uma expedição foi para o Norte, na Lapônia, buscando determinar o grau longitudinal do meridiano; e uma foi para a América do Sul, no Equador, com o mesmo objetivo. Liderada por Louis Godin, a expedição ficaria conhecida por um dos poucos sobreviventes, o geógrafo Charles de La Condamine. Por mais que tenha fracassado no seu objetivo original, a Expedição lança as bases para um artifício científico que seria fundamental na Ciência moderna: o relato de viagem (Pratt, 1999). Esta expedição expressava

o jogo ambíguo de aspirações nacionais e continentais que havia sido uma constante ao longo da expansão européia e que haveria de permanecer assim durante a era da ciência: de um lado, as ideologias dominantes traçavam uma clara distinção entre a (interessada) busca de riqueza e a (desinteressada) procura de conhecimento; por outro lado, a competição entre as nações continuou a ser o motor da expansão européia no exterior. (Pratt, 1999, pp. 46-47)

Enquanto a Expedição de La Condamine partia às Américas, Linnaeus lançou um livro que aprimoraria a História Natural em um modelo de Ciência moderna alinhada aos preceitos cartesianos: o *Systema Naturae* funda a taxonomia. Na primeira metade do século XVIII um cientista sueco, chamado Carl Linnaeus, propôs-se à tarefa um tanto ambiciosa de classificar e categorizar *todas* as espécies vegetais da Terra conhecidas e desconhecidas (aos europeus). Separando inicialmente em cerca de 26 categorias, as plantas eram categorizadas em nomenclaturas binomiais, que davam nome e sobrenome às plantas. O método de Linnaeus revolucionou a Ciência europeia não necessariamente por sua novidade - propostas parecidas com essa já vinham sendo desenvolvidas na França -, mas porque seu lugar de origem, a Suécia, não estava no centro das disputas políticas e econômicas da época (Pratt, 1999).

A forma clássica da nomenclatura proposta por Linnaeus - inclusive no ordenamento tipicamente romano: sobrenome depois nome - utilizando o latim que não configurava como língua nacional de nenhum país e era motivo de admiração dos iluministas, tornou mais fácil a aderência ao seu Sistema da Natureza por diversos cientistas pela Europa. O projeto

classificatório e totalizante de Linnaeus inspiraria expedições por todo o globo que, através do seu novo método, foi classificando, colecionando não apenas as plantas e os animais - também foi feita uma classificação do mesmo tipo para minerais -, mas os próprios povos humanos. Assim, por mais que se pretendesse como uma ciência objetiva, o projeto lineano estava, antes, submetido aos anseios da época: de exploração da natureza - epistêmica e econômica. (Pratt, 1999) A forma comparativa com que eram tratados os povos do mundo, submetidos a nomeações estritas e universalizantes, é evidente na seguinte categorização:

- a) Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo.
- b) Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes.
- c) Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis.
- d) Asiático. Escuro, melancólico, rígido; cabelos negros; olhos escuros; severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.
- e) Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios tômidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho. (Linnaeus apud Pratt, 1999, p. 68)

Essas nomenclaturas não são ingênuas. Antes, produziram conhecimento comercialmente utilizável. Por isso, expedições comerciais aceitavam que os “embaixadores” do projeto lineano acompanhassem gratuitamente as viagens³⁷. Assim, o nomear, classificar e representar característico dos métodos da História Natural extraía da natureza as coisas particulares que, a partir de certo ideal cartesiano de perfeição, a tornaria caótica e as reordenaria no mundo separando justamente daquilo que a faz caótica: sua diversidade (Pratt, 1999). Alinhado a proposta cartesiana, foi se formando o que Mary-Louise Pratt caracterizou como “consciência planetária”, estes “discursos que legitimam a autoridade burguesa e desautorizam o modo de vida camponês e de subsistência, por exemplo, podem desempenhar a mesma tarefa ideológica na Europa como no sul da África ou Argentina” (Pratt, 1999, p. 37). Eram discursos convenientes que garantiam a manutenção de mecanismos de controle social, como a propriedade privada.

Sobre este tema, Pratt continua:

[...] no nível da ideologia, a ciência — “a descrição exata de tudo”, como a caracterizou Buffon — criou um imaginário global que transcendia o comércio. Ela funcionou como um espelho rico e multifacetado no qual toda a Europa pôde projetar a si mesma como constituindo um “processo planetário” em expansão, enquanto abstraía desta imagem a competição, exploração e violência acarretadas pela expansão comercial e política e pelo domínio colonial. (Pratt, 1999, p. 71)

³⁷ “Por um lado, o comércio era visto em desvantagem em relação ao caráter abnegado da ciência. Por outro, acreditava-se que ambos refletiam e legitimavam aspirações mútuas.” (Pratt, 1999, p. 71).

Assim, o conhecimento produzido pelos discípulos de Linnaeus circulava em livros e os espécimes, que vinham de diversas partes do globo, entravam nas coleções de História Natural, caso chegassem mortos. Caso vivos, entravam para os jardins botânicos que vinham sendo construídos em cidades e propriedades de toda Europa (Pratt, 1999). Os jardins botânicos não se limitavam aos espaços fechados de uma academia ou da propriedade privada de algum aristocrata, onde se buscava adaptar e domesticar espécies de plantas exóticas. Antes, os configurava toda uma rede de cientistas que organizava expedições às florestas tropicais e as respectivas coleções que surgiam a partir das coletas de campo nestas expedições. Por fim, mas não menos importante, articulavam o contato com os povos das regiões exploradas (Amoroso, 2014). Esta tendência não tardaria a chegar nos trópicos.



A produção de conhecimento sobre História Natural só começa a acontecer no Brasil de forma sistematizada a partir do século XIX com a vinda da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro. Até este momento, os segredos do território português na América eram, como na Espanha do século XVIII, limitados às explorações de agentes administrativos portugueses (bandeirantes, comerciantes, engenheiros *etc.*). É só a partir da transposição das instituições portuguesas para a colônia americana que a produção de saber científico nos termos modernos em território brasileiro vai se tornar possível. É em diálogo com os esforços que vinham se delineando desde o século XIX, que D. João VI, em 1819, fundou o Real Jardim Botânico no Rio de Janeiro na senda de domesticar árvores exóticas (Amoroso, 2014).

Quando o Barão de Langsdorff, cônsul russo no Brasil, propõe-se a explorar os sertões brasileiros, faz justamente na senda da sua formação em medicina na Universidade de Gottingen. Ao estudar com figuras como Johann Friedrich Blumenbach, dos primeiros expoentes da antropologia física que estudava justamente as classificações humanas, Carl Heinrich von Langsdorff fundamentou seu interesse pelos tipos humanos. Vivendo em Lisboa, em 1800, ele publicou uma série de estudos em medicina, ictiologia e botânica, trocando cartas com um grande número de cientistas, como Auguste de Saint-Hilaire, possibilitando articular em torno do seu nome uma importante rede de cientistas. A partir de 1803, após ter se juntado no ano anterior à Academia de Ciências da Rússia, seguem-se uma série de viagens de estudos pelo mundo todo, da Sibéria aos Estados Unidos - o que possibilitou contato com uma diversidade de povos humanos e foi delineando o olhar

universalizante de Langsdorff. Entre 1808 e 1812, ele ficou na Rússia como ajudante de botânico na Academia de Ciências de São Petersburgo. Mas o seu renome só virá com a publicação de seus estudos sobre a flora de Kamchatka. É todo este histórico que constitui o Barão de Langsdorff como uma figura ideal para ser nomeado cônsul russo na Corte do Rio de Janeiro, para onde vai em 1813 (Amoroso, 2014). Ora, quem melhor para manter a Academia de Ciências de São Petersburgo atualizada dos misteriosos territórios portugueses nas Américas do que um cientista de tanto prestígio como o Barão de Langsdorff, que já fazia parte do quadro de burocratas do Império russo?

Ao chegar no Brasil adquire a Fazenda da Mandioca onde estabeleceu um jardim botânico particular. Mas, para além dos experimentos com aclimação de flora, Langsdorff projetou a aclimação de pessoas: em 1822, ao retornar da Rússia depois de angariar fundos suficientes para sua expedição pelo Brasil, traz consigo oitenta colonos suíços e alemães. Assim, a Fazenda da Mandioca se tornou parada obrigatória, lugar frequentado por cientistas de toda Europa que se propunham a fazer expedições científicas pelo Brasil - do Príncipe Maximilian Wied-Neuwied até Carl Friedrich von Martius (Amoroso, 2014).

Em 1822, o Barão de Langsdorff reuniria um séquito de botânicos, zoólogos, ictiologistas, geógrafos e desenhistas para entrar Brasil adentro perscrutando o território. A expedição que duraria até 1829 foi um fracasso, ao passo que o seu líder, foi perdendo a sanidade ao longo do trajeto e entrando em conflito cada vez mais frequente com os demais integrantes da Expedição. Especialmente marcante foi a morte do tio de Alfredo d'Escagnolle Taunay, Aimé-Adrien Taunay, desenhista que substituiu seu homólogo original cotado para a missão, Johann Moritz Rugendas. Este último deixando a expedição após desavenças com o líder da expedição na primeira fase da exploração em Minas Gerais, entre 1822 a 1825, abrindo caminho justamente para o tio de Taunay (Costa, 2007).

Aimé-Adrien Taunay era muito reverenciado e admirado pela família, pelo menos, era assim considerado pelo nosso Alfredo d'Escagnolle Taunay. É o que ele deixa transparecer nas introdução que fez ao *Esboço da Viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde Setembro de 1825 até Março de 1829*, de Hercules Florence, publicado na Revista do IHGB, em 1875:

Cinco filhos o acompanharam [Nicolas-Antoine Taunay], entre esses Adriano Taunay que então tinha doze annos de idade; cinco filhos todos artistas de coração e de eminentes qualidades intellectuaes e moraes. Entretanto tal era a vocação do mais moço para as bellas-artes, tal sua aptidão e genio que bastaram tres annos da elevada disciplina de seu pai e mestre, para que começasse a ser admirado, não só pela família, mas por quantos assistiam ao desabrochar do seu talento excepcional (Taunay, 1875, p. 341).

Este esboço, diz Taunay (1875), ele teria encontrado enquanto organizava “uns papéis velhos por ocasião de uma mudança de casa” (Taunay, 1875, p. 338). Neste sentido, é interessante notar que, se por um lado, o nosso Taunay não tinha conhecimento deste manuscrito especificamente antes da Guerra contra o Paraguai; por outro, não é inconcebível propor que ele já havia ouvido a história de seu excepcionalmente talentoso tio Adrien, o que pode ter inspirado Taunay nas suas descrições. No fim, Aimé-Adrien Taunay se desentendeu com o líder da expedição e se separou dos demais integrantes junto com o botânico Louis Ried o que levaria ao seu trágico fim: em 1828, ao tentar atravessar o rio Guaporé, Aimé-Adrien, morreu carregado pelas fortes correntezas (Taunay, 1875).

Os estudos de autores e pesquisadores como Charles de La Condamine, Carl Linnaeus e Carl Heinrich von Langsdorff, vão servir de modelos para relatos de viagem que, no Brasil, vão se institucionalizar na forma de “estudos corográficos”, tendo no engenheiro militar Cunha Matos um dos primeiros e maiores expoentes da área. Os estudos corográficos caracterizavam-se como representações do território brasileiro nas suas dimensões geográficas, climáticas e populacionais (Kodama, 2009). Mas, como qualquer representação, as corografias não estavam isentas moralmente. Antes, conforme Kodama,

As diversas ‘corografias’ – escritos que faziam a descrição das regiões, incluindo a apresentação de sua natureza física: suas serras, montanhas, rios, vales –, a inscrição dos elementos naturais e humanos presentes nesse espaço, as topografias e os dicionários geográficos eram primordiais para a configuração mental e discursiva dos letrados brasileiros sobre a unidade territorial do Império (Kodama, 2009, p. 36).

Ao passo que as propostas revolucionárias de Linnaeus foram se institucionalizando na forma de estudos corográficos, se formos pegar o exemplo brasileiro, vai se estabelecendo também por aqui, nestes períodos de Ciência Normal, o padrão aceitável dentro dos jogos de ciência de que vimos falar Thomas Kuhn (Kuhn, 2013). Neste sentido, as corografias de Cunha Matos foram fundamentais na conformação de um padrão³⁸ de representação corográfica (Kodama, 2009) que repercutiria na educação imperial, conforme veremos mais para frente.

³⁸ “Os escritos de Raimundo José da Cunha Matos podem servir como um exemplo interessante dos conflitos que então emergiam entre a necessidade de se criar um modelo historiográfico próprio ao Brasil, no qual cabia a discussão sobre o lugar do elemento indígena, e as formas de concepção histórica que se encontravam em vigor. Ainda que Cunha Matos tenha morrido pouco após a fundação do instituto, as questões sobre as quais ponderou em alguns textos, publicados anos mais tarde, marcam um momento desta outra história – a da escrita da história do Brasil.” (Kodama, 2009, p.76).

Além disso, a família de Taunay também teve papel fundamental na produção de representações do Brasil. Quando o príncipe regente D. João veio com sua família para o Brasil, fugindo aos exércitos napoleônicos, ele teve que realizar uma tarefa difícil: transportar da Europa para a América toda a estrutura de um Estado - de juízes à ministros, de padres à arcebispos, de livros à tesouros nacionais. Mas uma monarquia não é feita apenas de seus funcionários e seu erário, mas de todos os simbolismos que construíram a imagem do rei ao longo da Modernidade: seus palácios e monumentos, símbolos do seu poder (Starling; Schwarcz, 2015). Nas artes não foi diferente.

A capital da colônia, Rio de Janeiro, que tinha esse título havia menos de 50 anos, pouco tinha jeito de uma capital Imperial. Era ainda muito rural e servia como um ponto administrativo por onde o ouro que vinha das minas de ouro (também chamadas gerais) escoava (Starling; Schwarcz, 2015). Em uma pintura do Rio de Janeiro de fins do século XVIII, Leandro Joaquim³⁹ mostra bem esta capital colonial do “Estado do Brasil” essencialmente rural com uma dezena de bois para lá e para cá na imagem. No horizonte se vê grande quantidade de negros trabalhando, provavelmente escravizados - à exceção de não mais que cinco pessoas que parecem se divertir na água. O que se destaca de “civilizado” - segundo os moldes europeus - , nesta pintura, talvez, sejam as obras monumentais dos Arcos da Lapa, a Antiga Sé, Igreja Nossa Senhora do Carmo e o Paço dos Vice-Reis, que eventualmente passou a ser o Paço Imperial (pintura 1)⁴⁰ (Starling; Schwarcz, 2015).

Logo começaram a ser tomadas as devidas providências para mudar essa situação. Junto com a fundação de teatros e bibliotecas, o Príncipe Regente D. João, investiu também em outras obras que simbolizassem o poder monárquico na nova capital do Império (Linhares Borges, 2006). Foi nesse contexto que a Missão Artística Francesa foi trazida ao Brasil e, junto, a família de Alfredo d’Escragnolle Taunay.

³⁹ “Cenógrafo, pintor e arquiteto, era mulato, e viveu entre 1739 e 1798, sempre no Rio. Pintou obras de temática religiosa, retratos, e criou cenários para teatros” (Starling; Schwarcz, 2015, s. p.)

⁴⁰ “No começo do século XIX, o Rio não passava de cidade bisonha, estando seu núcleo principal limitado por quatro morros: do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. O ponto central cava nas proximidades do morro do Castelo, que servira de praça de defesa durante a formação da cidade, e fora a partir de lá que o núcleo urbano inicial se espalhou lentamente pelas quatro freguesias: Sé, Candelária, São José e Santa Rita. O Rio tinha não mais que ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos.¹¹ As ruas eram de terra batida, desniveladas, esburacadas, cheias de poças, detritos, brejos e mangues, uma vez que boa parte do movimento de expansão se dera no sentido de domar as águas que insistiam em invadir o espaço urbano.” (Starling; Schwarcz, 2015, p. 176)

Pintura 1 - Boqueirão e Arcos da Lapa, óleo sobre tela de Leandro Joaquim, c. 1790.



Fonte: Starling; Schwarcz (2015, s. p.)

Até 1810, os esforços estavam concentrados em estabelecer o aparato estatal do Império na nova Metrópole; mas a partir de 1811, começou-se a investir na imagem da Metrópole em si, buscando dar ares de civilização à capital. Assim, fundou-se além do Real Jardim Botânico, o Real Teatro de São João e a vasta Biblioteca Real que chegaria em três levadas, até 1814 (Starling; Schwarcz, 2015).

Com a primeira queda de Napoleão em 1814, as relações entre França e Brasil voltavam a se estreitar, o que possibilitou a entrada de profissionais de origem francesa na Corte tropical: estabeleceram-se no Brasil livreiros com volumes sobre diversos assuntos e costureiros que encantaram as damas da jovem nobreza luso-brasileira. Em 1816, influenciado pelo ministro Antonio Araújo de Azevedo, partidário dos franceses no contexto das Guerras Napoleônicas, D. João convidou uma comitiva de cientistas e artistas franceses para construir a imagem de uma capital europeia e ilustrada nos trópicos. Na comitiva de artistas vieram arquitetos, pintores e escultores fugidos da Restauração para construir uma imagem de nação civilizada no Brasil. Entretanto, o ministro logo faleceu e os artistas ficaram um tanto escanteados na Corte, ainda mais diante dos pintores portugueses que se sentiam intimidados pela presença de artistas de uma nação estrangeira entre o quadro de pintores do Rio de Janeiro. Assim, os pintores franceses tiveram que valorar suas obras através de representações que criassem uma imagem mais civilizada do país (Starling; Schwarcz, 2015)

Pintar um Brasil grandioso e civilizado, onde havia uma escravidão tão violenta era profundamente contraditório. De todo modo, a inspiração neoclássica enfim serviu aos interesses de representar uma capital moderna, católica e imponente (Linhares Borges, 2006). Expressão disto são as pinturas de Nicolas-Antoine Taunay, 1º Barão de Taunay e avô do nosso Visconde de Taunay.

A pintura *Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do Convento de Santo Antônio* (pintura 2), de Nicolas-Antoine Taunay representa isso num Rio de Janeiro que contrasta com aquele de Leandro Joaquim. Agora o Rio de Janeiro era representado como urbanizado, dotado de palácios e palacetes, casarões e mansões, além de um intenso fluxo de navios que podiam ser vistos no horizonte. Ainda vemos negros trabalhando numa lavoura, mas é uma representação mais discreta do que a de Joaquim. Em verdade, o que se destaca, no primeiro plano, são os franciscanos⁴¹ numa espécie de terraço. Eles parecem discutir sobre

⁴¹ “Os primeiros Franciscanos chegaram à cidade do Rio de Janeiro em 1592 e instalaram-se no atual morro de Santo Antônio. A construção do convento foi iniciada em 1608, sendo terminadas as primitivas instalações do convento em 1615, sendo a igreja conventual concluída cerca de seis anos depois. No século XVIII, como o número de frades estivesse muito elevado, resolveu-se construir um novo edifício conventual, mantendo a igreja existente. Esta nova estrutura foi iniciada entre 1748 e 1751 e concluída 30 anos depois.” (Pereira, 2013, p. 947)

algo com fervor. No Império português, muitas vezes eram os padres que faziam frente na produção de conhecimento (Goes Filho, 2020). Podemos ver isso ao olharmos para a pintura de Nicolas-Antoine: um dos franciscanos (mais a esquerda), cruza os braços, não muito convencido do argumento fervoroso que os braços abertos do seu colega (no meio) parecem expressar. O outro (da direita), parecendo um pouco consternado, tenta apaziguar o colega. Por fim, o último (mais à direita) silenciosamente mira através do seu telescópio o horizonte, como quem mede a paisagem. Neste sentido, a icônica paisagem também parece encerrar o discurso civilizatório da Coroa: o Pão de Açúcar, imponente ao fundo, parece expressar justamente um porvir portentoso à Corte portuguesa nos trópicos.

Estas são características que mostram a nova capital imperial como uma capital ilustrada, em vias de se civilizar. Talvez por isso Nicolas-Antoine Taunay tenha se destacado: suas obras falavam mais da “civilização” do Brasil do que de contradições como a escravidão negra e indígena - temas mais explorados por seu colega, Jean Baptiste Debret⁴². Assim, foi se delineando uma Nação nos trópicos através das representações pictóricas.

⁴² “O tráfico de africanos converteu-se num dos pilares da economia local. O mercado de escravos da rua do Valongo, no Rio de Janeiro, era uma verdadeira feira ao ar livre, e escandalizou os viajantes que vieram ao país, entre os quais Debret, que pintou escravos esqueléticos, quase nus, e crianças com barriga-d’água; tudo em contraste com o traficante, sentado, com suas formas roliças e ar de desdém, e com o senhor, retratado com seus símbolos de poder inscritos na postura arrogante e nas roupas: botas, bengala e chapéu.” (Starling; Schwarcz, 2015, s. p.)

Pintura 2 - Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do Convento de Santo Antônio, óleo sobre tela de Nicolas-Antoine Taunay, 1816



Fonte: Google Arts and Culture (s. D., s. p.). Disponível em:

<https://artsandculture.google.com/asset/entrance-to-the-bay-and-the-city-of-rio-from-st-anthony%C2%B4s-convent-terrace-in-1816-nicolas-antoine-taunay/zgEFISsnlpRltg?hl=pt-br>

Acesso em: 4 dez. 2024.

A família de Taunay seguiria tendo relevância através de diversas figuras. Como vimos na seção 1.2 deste trabalho, o tio do Visconde de Taunay, Charles Auguste Taunay, foi responsável por promover as discussões sobre a otimização e a disciplinarização nas lavouras brasileiras; enquanto seu outro tio Aimé-Adrien Taunay, fez parte de importantes expedições científicas servindo como desenhista para o naturalista Barão de Langsdorff. Além disso, Alfredo d'Escragolle Taunay era primo de Henrique Beaurepaire-Rohan, engenheiro militar e Ministro da Guerra do Império durante o começo da Guerra contra o Paraguai. Baurepaire-Rohan, na juventude, fez um dos primeiros estudos corográficos da Província do Mato Grosso na sua expedição oficial que foi do Rio de Janeiro ao Paraguai para trazer notícias ao Império do Brasil sobre o Baixo Rio Paraguai em um período em que os dois países tentavam resolver de forma mais amistosa as questões das fronteiras (Sousa, 2024). Segundo Sousa,

Henrique Beaurepaire Rohan era major graduado do exército quando partiu em 1844 para o Mato Grosso com a missão de levantar a planta do Baixo Rio Paraguai e dar notícias sobre a fronteira entre os dois países. No período em que permaneceu nas terras mato-grossenses, ele trabalhou junto à administração da província na reunião de dados e informações sobre a região a fim de mapear a demografia, a produção econômica local, e registrar características físicas e históricas. Rohan pesquisou nos arquivos de Cuiabá documentos do século XVIII que o ajudaram a recuperar a trajetória de fatos históricos da colonização à Oeste do território português na América. São atribuídos a ele a primeira corografia do Mato Grosso, bem como a primeira estatística daquela província (Sousa, 2024, p. 272)

Difícilmente Taunay não teria tido acesso à obra de Rohan antes de ir à Guerra contra o Paraguai. Provavelmente ele teve contato através das histórias que devia ouvir no povoado de Engenho Novo⁴³, o que pode ter servido de inspiração para suas produções futuras.

O pai de Alfredo d'Escragolle Taunay, Félix-Émile Taunay, 2º Barão de Taunay, também foi importante na produção de representações no Império. Sua pintura da aclamação de Pedro I é atinente a uma série de símbolos e signos que constituem a identidade nacional pretendida pelo Império enquanto nação independente. Conforme análise de Starling e Schwarcz,

O pintor acadêmico Félix-Émile Taunay (1795-1881) busca, nesta aquarela [vide pintura 3], exaltar os festejos da aclamação de d. Pedro I, ocorrida no dia 12 de outubro de 1822. Uma monarquia independente bem no meio das Américas gerava desconfiança, e representações como esta tiveram o papel de consolidar, ao menos no imaginário, a solidez dos símbolos pátrios. Por isso, o imperador surge bem ao

⁴³ A fazenda de seu tio-avô Teodoro de Beaurepaire, era muito frequentada pela família de Alfredo Taunay. Lá ele frequentemente pegava livros emprestados dos Beaurepaire. Foi onde ele teve os primeiros contatos com autores românticos como Walter Scott, que deve ter animado a escrita do nosso jovem Taunay (Taunay, 2004).

centro, segurando uma bandeira verde e amarela. Félix capricha, ainda, na guração da multidão, toda vestida à europeia. (Starling; Schwarcz, 2015, s. p.)

Além disso, estudou anatomia (Stumpf, 2019), foi preceptor de D. Pedro II e também diretor da Academia Imperial de Belas Artes - cargo que era destinado originalmente ao pai de Félix-Émile, mas que acabou passando para o filho ao retornar para Europa (Starling; Schwarcz, 2015). Ele teria três filhos, entre eles, Alfredo d'Escragnolle Taunay, nascido em 22 de fevereiro de 1843.⁴⁴

⁴⁴ “Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay nasceu em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, no dia 22 de fevereiro de 1843. Filho de Félix Émile Taunay e de Gabriela Hermínia d’Escragnolle Taunay, é parte da primeira geração dessas famílias a nascer no Brasil. Estudou no Colégio Pedro II, onde em 1858 concluiu o curso de Humanidades. Em 1861 ingressou no Exército Imperial, no 4º batalhão de Artilharia. Em 1863 formou-se em Ciências Físicas e Matemática na Escola Militar e ingressou no curso de Engenharia Militar. Em 1865, Taunay foi incorporado à Comissão de Engenheiros, anexa ao Corpo Expedicionário que seguiu para a província de Mato Grosso, onde permaneceu até julho de 1867. Em 1869 foi convidado pelo Conde d’Eu, comandante das forças brasileiras em operação no Paraguai, para voltar ao front, dessa vez como responsável por redigir o “Diário do Exército”, que em 1870 foi reproduzido em livro do mesmo nome. Terminada a guerra, Taunay foi promovido a Capitão e retornou ao curso de Engenharia Militar. Em 1872, ingressou na vida política. Neste mesmo ano publica "Inocência", que é considerado seu principal romance. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Música. Foi oficial da Ordem da Rosa, Cavaleiro da Ordem de São Bento, da Ordem de Aviz e da Ordem de Cristo. No dia 6 de setembro de 1889, recebeu de D. Pedro II o título de Visconde, com honras de grandeza. Neste mesmo ano, após o golpe republicano, afastou-se do Senado. Durante a República, sua atividade pública se deu sobretudo como membro da Sociedade de Imigração. Visconde de Taunay faleceu no Rio de Janeiro, no dia 25 de janeiro de 1899.” (Stumpf, 2019, p. 160)

Pintura 3 - Acclamação de S. M. o Snr d. Pedro I Imperador Cal. do Brasil, de Félix-Émile Taunay, aquarela, século XIX



Fonte: Starling; Schwarcz (2015, s. p.)

Foi justamente na intersecção entre arte e ciência que podemos entender como o Alfredo d'Escragno Taunay aprendeu a codificar as representações do seu mundo em palavra, apropriando-se das representações de forma a atender os interesses do Estado (e dos seus próprios). As ferramentas e técnicas de poder que foram utilizadas para ensinar Taunay a codificar as representações, e que simultaneamente o representaram, configuraram uma expectativa sobre o seu assujeitamento. Então, podemos conjecturar que, ao representar, Taunay acreditava estar fazendo o bem. Ou melhor, acreditava estar atendendo aos interesses do Império que tinha como finalidade em suas concepções a busca pelo bem comum, pelo bom governo. Em suma, Taunay se torna aquele “herói do saber”⁴⁵ de que fala Lyotard, carregando os valores humanos universais⁴⁶, este metarrelato que a filosofia moderna passou a legitimar (Lyotard, 2009). Assim, o intelectual - neste caso, o engenheiro - é, no quadro geral do Estado - e seu governo - , este “dispositivo de Verdade” que carrega e encarna

⁴⁵ “Originalmente, a ciência entra em conflito com os relatos. Do ponto de vista de seus próprios critérios, a maior parte destes últimos revelam-se como fábulas. Mas, na medida em que não se limite a enunciar regularidades úteis e que busque o verdadeiro, deve legitimar suas regras de jogo. Assim, exerce sobre seu próprio estatuto um discurso de legitimação, chamado filosofia. Quando este metadiscorso recorre explicitamente a algum grande relato, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, decide-se chamar “moderna” a ciência que a isto se refere para se legitimar. É assim, por exemplo, que a regra do consenso entre o remetente e destinatário de um enunciado com valor de verdade será tida como aceitável, se ela se inscreve na perspectiva de uma unanimidade possível de mentalidades racionais: foi este o relato das Luzes, onde o *herói do saber* trabalha por um bom fim ético-político, a paz universais. Vê-se neste caso que, legitimando o saber por um metarrelato, que implica uma filosofia da história, somos conduzidos a questionar a validade das instituições que regem o vínculo social: elas também devem ser legitimadas. A justiça relaciona-se assim com o grande relato, no mesmo grau que a verdade.” (Lyotard, 2009, pp. XV-XVI)

⁴⁶ “É aí, no dispositivo de desenvolvimento de uma Vida que é ao mesmo tempo Sujeito, que se nota o retorno do saber narrativo. Existe uma “história” universal do espírito, o espírito é “vida”, e esta “vida” é a apresentação e a formulação do que ela mesmo é; ela tem como meio o conhecimento ordenado de todas as suas formas nas ciências empíricas. A enciclopédia do idealismo alemão é a narração da “história” deste sujeito-vida. Mas o que ela produz é um metarrelato, pois o que conta este relato não deve ser um povo estrangulado na positividade particular de seus saberes tradicionais, e tão pouco o conjunto dos cientistas que são limitados pelos profissionalismos correspondentes às suas especialidades. Este não pode ser senão um metassujeito em vias de formular tanto a legitimidade dos discursos das ciências empíricas, como a das instituições imediatas das culturas populares. Este metassujeito, revelando seu fundamento comum, realiza seu fim implícito. O lugar em que habita é a universidade especulativa. A ciência positiva e o povo não são outra coisa senão suas formas brutas. O próprio Estado-nação não pode exprimir validamente o povo a não ser pela mediação do saber especulativo. Era necessário resgatar a filosofia que ao mesmo tempo legitima a fundação da universidade berlinense e devia ser o motor do seu desenvolvimento e do saber contemporâneo. Como já foi dito, esta organização universitária serviu de modelo para a constituição ou a reforma dos cursos superiores nos séculos XIX e XX em muitos países, a começar pelos Estados Unidos.” Mas sobretudo, esta filosofia, que está longe de ter desaparecido, principalmente no meio universitário, propõe uma representação particularmente viva de uma solução dada ao problema da legitimidade do saber. Não se justifica a pesquisa e a difusão do conhecimento por um princípio em uso. Não se pensa de modo algum que a ciência deva servir aos interesses do Estado e/ou da sociedade civil. Negligencia-se o princípio humanista segundo o qual a humanidade eleva-se em dignidade e em liberdade por meio do saber. O idealismo alemão recorre a um metaprincípio que simultaneamente fundamenta o desenvolvimento ao mesmo tempo do conhecimento, da sociedade e do Estado na realização da “vida” de um Sujeito que Fichte chama “Vida divina” e Hegel “Vida do espírito”. Nesta perspectiva, o saber encontra de início sua legitimidade em si mesmo, e é ele que pode dizer o que é o Estado e o que é a sociedade.” (Lyotard, 2009, pp. 61-62)

valores “universais”, por onde passa - fundamentando-se nas formas de olhar, descrever, representar (Foucault, 2016).

Assim, quando Taunay representa, ele acredita estar fazendo o correto e o justo, não porque de fato é, mas porque o Império determinou assim, porque as instituições que o ensinaram a codificar e a performar as representações (e que o representaram simultaneamente) o constituíram desta forma. Quando Taunay fala da civilização dos kinikinau, maravilhado com a catequese do missionário capuchinho Marianno de Bagnaia (Taunay, 1931), ele se filia a uma vertente do pensamento indigenista do Império que é favorável a assimilação dos indígenas através de sua catequese e miscigenação entre a população branca (Celestino de Almeida, 2010), que inclusive parecia ser a opinião da família de Taunay⁴⁷.

É no Colégio de Pedro II, em que estudou entre os anos de 1851 e 1858⁴⁸, que Alfredo D’Escragnolle Taunay vai aprender a codificar legitimamente as representações do - e para o - Império, o que já havia, de alguma forma, aprendido com sua família e o respectivo círculo social de que fazia parte até então. Se, por um lado, como vimos, sua família foi fundamental na produção das representações do território brasileiro a serviço da Coroa portuguesa e, posteriormente, à Coroa brasileira; estes códigos tinham que ter um meio de ser transmitidos e legitimados pelo Estado para que se pudessem fundamentar identidade e legitimar a soberania perante o mundo.

Falamos nestes termos, mas compreendemos que não eram todas estas representações feitas conscientemente. Antes, estavam implicados neste processo desejos e anseios, desavenças e rugas intelectuais, políticas, econômicas e sociais (Chartier, 2011). É o afeto em sua expressão mais profunda: na devoção. Não numa devoção contemplativa, mas numa mais perigosa, fundamentalista, com aquele caráter de culto que discutimos anteriormente.

Assim, o Colégio de Pedro II era desses lugares que fundamentavam e legitimavam as codificações de representações aceitáveis para que o Império do Brasil pudesse garantir a manutenção dos seus interesses. É preciso formar burocratas, representantes, para que um Estado possa funcionar, e o Colégio de Pedro II era este lugar de formação.

⁴⁷ “*Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina* foi o primeiro texto com conteúdo geográfico, moral e histórico que Henrique Beaurepaire-Rohan escreveu, cujo caráter, além de uma corografia, expressava também uma etnografia, especialmente por apresentar informações sobre as populações indígenas do Brasil meridional e do Paraguai. O diário de viagem de 1847 deu suporte para que o engenheiro militar escrevesse, pouco tempo depois, *Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens do Brasil*, de 1853, publicado na Revista Guanabara e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Trabalho este que compreende um projeto de civilização e assimilação dos indígenas baseado no sistema de diretorias indígenas ligado ao Estado Imperial, semelhante aos destacamentos militares de fronteira.” (Sousa, 2024, pp. 285-286, grifo da autora)

⁴⁸ Taunay, A. D. E. Memórias. São Paulo: Iluminuras, 2004, p. 86.

Desde a Assembleia Constituinte de 1823, D. Pedro I já indicava preocupação na formação da mocidade brasileira, mas é só em 1837 que o Regente Pedro Araújo Lima fundou, pouco antes da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, o Imperial Colégio de Pedro II (Cameski, 2015). Surgido a partir do Seminário de São Joaquim, uma instituição franciscana⁴⁹, os professores e reitores do colégio eram frequentemente religiosos (Mendonça *et al.*, 2013, p. 994; Cameski, 2015). Apesar de originalmente ser um colégio destinado aos desvalidos, o Colégio de Pedro II tinha poucos “não-contribuintes”, sendo a maioria membros da elite. A instituição tornou-se referência nacional a ponto de garantir a quem se formasse na instituição o título de Bacharel em Letras, isentando o formado de exames ao entrar nas Academias do Império (Cameski, 2015). A formação incluía uma forte presença de estudos geográficos como parte importante do currículo - à exceção do 2º ano, todos os anos têm a disciplina de geografia entre as aulas semanais - (vide tabela 1) (Rocha, 2014), até porque era estratégico fazer a manutenção de uma formação de quadros que se identificassem com um Império enquanto um Estado coeso de grande extensão territorial, como pretendia o projeto imperial⁵⁰ (Starling; Schwarcz, 2015) Além disso, como se pode ver, a partir do 5º ano começam a aparecer cadeiras de botânica e zoologia, além da matemática que é bem presente no currículo (Rocha, 2014), ferramentas importantes dos estudos corográficos.

Nesse sentido, formar uma burocracia militar que garantisse as delimitações conforme convenções científicas do século XIX foi cada vez mais se transformando em uma política de Estado. Mas, além disso, o ensino religioso era bastante presente na formação, já que o catolicismo era a religião oficial do Estado (e os professores e administradores também religiosos), figurando como forma potente de moralização que buscava disciplinar as elites (Cameski, 2015). Segundo Cameski,

A organização do Colégio também se fazia com funcionários diversos. Além do reitor, havia o vice-reitor, inspetores, vigias e professores. Estes eram inicialmente nomeados pelo Governo, havendo também professores substitutos que, quando não ocupavam a cadeira, exerciam a função de inspetores. Era dever dos professores não apenas “ensinar seus alunos as letras e as ciências, na parte que lhes competir. (...) deveria lembrar-lhes seus deveres para com Deus, para com seus pais, pátria e governo” (Cameski, 2015, p. 20).

⁴⁹ Fundado originalmente pelo franciscano D. Fr. Antonio de Guadalupe, com o nome de Colégio de Órfãos de São Pedro (Souza, 2015).

⁵⁰ “‘Império’ significava também a expansão de uma causa, com identidade marcadamente política. Em terras brasileiras a noção de império vinculou-se à ideia de uma larga extensão dentro do mesmo território.” (Starling; Schwarcz, 2015, p. 224)

Neste sentido, o Imperial Colégio de Pedro II era um destes lugares de educação das elites imperiais que fazia uma formação moral baseada nos Estudos Clássicos. Estes estavam justamente alinhados às projeções do século XIX sobre o passado greco-romano, buscando naquele pretérito idealizado exemplos para uma cidadania esperada, exemplos para representantes do Império, normatizando suas condutas (Souza; Santana, 2019). Conforme Souza e Santana,

O Estado empregou sua estrutura no esforço de estabelecer uma narrativa histórica e um acervo cultural normatizado e universalizado e, desta forma, desempenhou uma de suas funções principais. Com efeito, o Estado não se limita à busca pelo monopólio da violência física legítima, como argumentava Max Weber, mas permanece constantemente em disputa pelo monopólio da violência simbólica legítima. O raciocínio consiste no fato de essa violência simbólica perpetrada pelo Estado ser um esforço de naturalização de determinadas categorias capazes de alicerçar mesmo o ambiente semântico de uma sociedade, constituindo hierarquizações e costumes. Naturalização essa que não tem, de maneira alguma, sentido inclusivo, mas de profunda exclusão; o Estado categoriza e classifica, cria hierarquias e os extratos do corpo social passam a se reconhecer a partir dessa caracterização criada externamente. É constituída, portanto, uma violência que se dá não no campo do constrangimento físico, mas simbólico. (Souza; Santana, 2019, p. 192)

Como um exemplar aluno - e, portanto, um sujeito cortesão normatizado segundo os interesses do Império - (Taunay, 2004, p. 102), uma vez formado bacharel em Letras pelo Colégio de Pedro II, em 1858, Taunay desejava se matricular na Escola de Medicina - se bem era verdade que desejava estudar direito em São Paulo. Mas seus pais não permitiram Taunay seguir na carreira médica. Diziam ser uma carreira “dependente”, em que o profissional ficava “à mercê” dos pacientes. Melhor seria ser militar como seus antepassados. Assim, Taunay foi estudar na Escola Central, instituição militar que formava justamente uma burocracia de matemáticos e cientistas da natureza (Taunay, 2004, p. 99).

Nesse sentido, nem só de representantes vive um Império. É preciso que eles façam algo, que eles atendam aos interesses do Império segundo as normas, a disciplina da época. No Brasil, como vimos, o estudo corográfico era uma forma que os agentes do Império se apropriavam do território, do clima e dos povos que viviam dentro dos limites brasileiros. A eficiência destes estudos se refletiu na sua reprodução não apenas no IHGB, mas na própria fundamentação de um currículo nas academias militares que basicamente ensinava a corografar e, portanto, a se apropriar do território nacional. Era isso que Taunay ia fazer nas Academias Militares do Império: ia aprender os estudos corográficos, a montar maquinaria militar e fazer projetos de construção (vide tabela 2).

Este era o mundo conhecido pelo nosso Alfredo d'Escagnolle Taunay: cristão, masculino, ocidental e monárquico. É com esse universo simbólico que ele vai à Guerra contra o Paraguai.

Uma foto do jovem oficial é atinente a estas características de como Taunay é representado. Antes de ir à Escola Militar da Praia Vermelha para se formar engenheiro civil e militar - coisa que nunca aconteceu devido ao início da Guerra e a mobilização dos oficiais - , ele foi fotografado em um retrato emblemático da sua posição no Império: um burocrata que carregava as insígnias de um militar importante em formação, a roupa de oficial e, ao seu lado, um vaso romano, representando os valores ocidentais que aprendeu na família, no Colégio de Pedro II e na Escola Central. É com estas insígnias que Alfredo d'Escagnolle Taunay vai à Guerra. É com este universo simbólico que ele escreve, relata, representa e age no *front*.

Tabela 1 - Currículo do Colégio de Pedro II, de 1841-1855

Currículo do Colégio Pedro II - Regulamento nº 62 de 1º de Fevereiro de 1841
1º ano
Gramática Geral e Gramática Nacional (5 lições semanais); Latim (5 lições semanais); Francês (3 lições semanais); Inglês (5 lições semanais); Geografia descritiva (3 lições semanais) ; Desenho caligráfico (2 lições semanais); Desenho Figurado (3 lições semanais); Música Vocal (4 lições semanais)
2º ano
Latim (5 lições semanais); Francês (5 lições semanais); Desenho Caligráfico (3 lições semanais); Desenho linear (3 lições semanais); Música Vocal (4 lições semanais)
3º ano
Latim (6 lições semanais); Francês (2 lições semanais); Inglês (2 lições semanais); Alemão (3 lições semanais); Grego (5 lições semanais); Geografia descritiva (1 lição semanal) ; História (4 lições semanais) ; Desenho figurado (1 lição semanal); Música vocal (1 lição semanal)
4ª ano
Latim (6 lições semanais); Francês (2 lições semanais); Inglês (2 lições semanais); Alemão (3 lições semanais); Grego (5 lições semanais); Geografia descritiva (1 lição semanal) ; História (4 lições semanais); Desenho figurado (1 lição semanal); Musica vocal (1 lição semanal); Total: 25 lições semanais.
5º ano
Grego (4 lições semanais); Latim (3 lições semanais); Alemão (2 lições semanais); Inglês (1 lição semanal); Francês (1 lição semanal); Geografia descritiva (1 lição semanal) ; História (3 lições semanais) ; Aritmética e Álgebra (5 lições semanais); Zoologia e Botânica (3 lições semanais) ; Desenho figurado (1 lição semanal); Música vocal (1 lição semanal); Total: 25 lições semanais
6º ano
Grego (3 lições semanais); Latim (3 lições semanais); Alemão (1 lição semanal); Inglês (1 lição semanal); Francês (1 lição semanal); Geografia descritiva (1 lição semanal) ; História (2 lições semanais) ; Retórica e Poética (5 lições semanais); Filosofia (5 lições semanais); Geometria, Trigonometria Retilínea (3 lições semanais); Física e Química (3 lições semanais); Desenho figurado (1 lição semanal); Música vocal (1 lição semanal); Total: 25 lições semanais
7º ano

Grego (3 lições semanais); Latim (3 lições semanais); Alemão (1 lição semanal); Inglês (1 lição semanal); Francês (1 lição semanal); **Geografia descritiva (1 lição semanal)**; **História (2 lições semanais)**; Retórica e Poética (5 lições semanais); Filosofia (5 lições semanais); **Geografia, Matemática e Cronologia (2 lições semanais)**; **Mineralogia e Geologia (2 lições semanais)**; **Zoologia Filosófica (1 lição semanal)**; Desenho figurado (1 lição semanal); Música vocal (1 lição semanal);
Total: 29 lições semanais

Fonte: Rocha (2014, p. 19, grifos do autor)

Tabela 2 - Currículo da Escola Central, em 1858

Currículo da Escola Central, 1858	
Aulas Preparatórias	
Primeira: Francês e Latim; Segunda: Geografia e História	
Terceira: Aritmética, Metrologia, Álgebra, Geometria	
Primeiro Ano	
Primeira Cadeira: Álgebra, inclusive superior, Trigonometria Plana, Geometria Analítica	
Segunda Cadeira: Física Experimental e Meteorologia; Aula de Desenho Linear, Topográfico e de Paisagem	
Segundo Ano	
Primeira Cadeira: Geometria Descritiva, Cálculo Diferencial, Integral, das Probabilidades, das Variações e Diferenças Finitas	
Segunda Cadeira: Química; Aula de Desenho Descritivo e Topográfico	
Terceiro Ano	
Primeira Cadeira: Mecânica Racional e Aplicada às Máquinas em Geral	
Segunda Cadeira: Mineralogia e Geologia ; Aula de Desenho de Máquinas	
Quarto Ano	
Primeira Cadeira: Trigonometria Esférica, Óptica, Astronomia, Geodésia	
Segunda Cadeira: Botânica e Zoologia ; Aula de Desenho Geográfico	
Quinto Ano	
Primeira Cadeira: Mecânica Aplicada, Arquitetura Civil, Construção de Obras de Pedra, Madeira e Ferro, Estudo dos Materiais Correspondentes e suas Aplicações, Estradas, Vias Férreas, Aterros, Dissecação de Pântanos	
Segunda Cadeira: Montanhística e Metalurgia; Aula de Desenho de Arquitetura e Execução de Projetos	
Sexto Ano	
Primeira Cadeira: Canais Navegáveis, Portos, Rios e Barras, Derivação e Encanamento D'água, Aquedutos, Fontes e Poços Artesianos; Aula de Desenho de Construções e de Máquinas Hidráulicas	

Fonte: Mormello (2010, p. 129)

Fotografia 2 - Alfredo D'Escragnolle Taunay, em 1863



Fonte: Academia Brasileira de Letras (s. d., s. p.). Disponível em:
[https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=VT_Ico&hf=www.google.com&pagfi
s=1](https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=VT_Ico&hf=www.google.com&pagfi
s=1). Acesso em: 22 nov. 2024

Este era, portanto, o mundo referencial e representacional de Taunay. Não importava onde ele colocasse os pés, ele faria como os padres e os navegantes espanhóis nas Filipinas coloniais que reduziram os grupos sociais nativos aos esquemas referenciais do medievo tardio. Conforme Benedict Anderson,

O poder da estrutura de referência é tão grande que essas indicações ficam marginalizadas na imaginação de Scott, e, portanto, ele tem dificuldade em ver que a "estrutura de classes" do período pré-colonial é uma criação "censitária" de imagens, formada a partir dos tombadilhos dos galeões espanhóis. Aonde quer que eles fossem, apareciam *hidalgos* e *esclavos*, que só podiam ser agregados enquanto tais, ou seja, "estruturalmente", por um Estado colonial incipiente. (Anderson, 2008, p. 231, grifo do autor).

Assim, representa-se (e se é representado) não apartado do mundo, mas no mundo em si. Os sujeitos, tornados objetos de conhecimento, reduzem-se aos esquemas referenciais da sociedade que representa, às codificações de representações que podem servir ao governo para um melhor controle dos átomos sociais. Anderson demonstra isso bem nas expectativas dos espanhóis sobre os nativos filipinos “e, com base nesse inventivo censo, ela começou a exigir que os coloniais classificados como chinezes se vestissem, morassem, casassem, fossem enterrados e transmitissem heranças de acordo com aquele censo” (Anderson, 2008, p. 232). Em suma, as representações tornam as populações, as culturas, em objetos de conhecimento previsíveis e controláveis. O autor ainda completa: “a verdadeira inovação dos recenseadores dos anos 1870, portanto, não consistiu na construção de classificações etnoraciais, e sim na sua quantificação sistemática” (Anderson, 2008, p. 233). Essas inovações só foram possíveis graças a agentes burocráticos como Taunay.

Neste sentido, representar é uma forma de distinção social. É através delas que grupos fundamentam sua identidade. A representação se fundamenta na atitude de um grupo de categorizar, classificar, hierarquizar, o outro, não em relação às suas relações de alteridade, mas antes naquilo que o outro não é - o não ser o grupo, o não ser o eu. A representação, assim, fundamenta-se nas disputas, nas lutas de representação entre grupos sociais. É uma forma de identificar, tanto o eu quanto o outro. De reduzir o outro a esquemas que possibilitem uma certa forma de proceder com esse outro, historicamente fundamentada em instituições que reproduzem os códigos aceitáveis de representação (Chartier, 2011)

Assim, para compreender as formas de representação é preciso, antes, compreender as condições de produção dessas representações, as instituições que fundam essas representações, os agentes envolvidos na sua produção e os sujeitos dessas representações (Chartier, 2011). As representações são ferramentas fundamentais para governar. É através

das representações que o Império do Brasil reduz o indígena a binômios, a representações, instituições governáveis, corpos disciplinados que podem ser considerados civilizados, portanto previsíveis e controláveis. Dessa forma, o Império *pode* - exerce o poder -, por exemplo, decidir entre exterminar e civilizar, determinar o grau de civilização dos indígenas e, se suficientemente civilizados, retirar o direito do indígena ao seu território. Isso só é possível através de binômios como *civilizado-selvagem* que categorizam o indígena e inserem o indígena no jogo político não como sujeitos com características próprias, diversas ao modo de vida imperial, mas como ferramentas, como o outro indesejado ou como licença jurídica para guardar ou reivindicar um determinado território para um determinado fim.

Dessas representações, dessas formações sociais, que surgem políticas, modos de proceder, instituições que ensinam a codificar a representação, baseadas em critérios que sejam aceitáveis dentro dos jogos de representação daquela sociedade configurando uma forma de governar: o governo dos outros.

Qual o lugar do intelectual neste processo? Que papel eles cumprem? Onde eles aprenderam a representar? De que forma representam? Por que representam?

O lugar do intelectual está fundamentado no seu poder de representar, de falar a verdade, a verdade como esses dados resumidos, sumarizados, reduzidos que assim são fundados em códigos aceitáveis de se entregar ao governo, permitindo a tomada de decisão racional. As instituições de saber que formaram ele através de um universo de representações, de exemplos, de símbolos, de significações imbuídas das intencionalidades do governo, quais sejam os de poder controlar tudo sob sua soberania a fim de garantir o bom funcionamento da casa, da economia. Pode-se, assim, governar através de aparatos descritivos, de ferramentas de classificação, de hierarquização e de categorização providos pelo modelo de saber aceitável por aquela sociedade que demanda aquelas formas de representar. Isto porque o Estado precisa garantir sua governamentalidade e sua soberania, e faz isso através da manutenção do rendimento, da propriedade privada e, em última instância, da sua legitimidade só possíveis ao passo que se tem informações sobre o outro, sobre o não-eu. Se, por um lado, o Império almeja atingir o estatuto de um Estado centralizado, racionalizado, secular, ainda depende muito de instituições privadas para poder atingir esse objetivo. O uso dos capuchinhos é uma dessas instituições ligadas à igreja que garantem a possibilidade de domínio do Império sobre seus territórios (Amoroso, 2014).

Assim, ao representar os aldeamentos de Marianno de Bagnaia nesses lugares em que o indígena estava à beira de ser civilizado até o ataque paraguaio (Taunay, 1931), Taunay

garante o suporte e a base jurídico-científica para fundamentar o direito ao território, para representar o outro (paraguaio) como o errado, o indesejado, o bárbaro.

Assim, quando Alfredo D'Escragnolle Taunay promete ao pai - segundo palavras do seu filho, Affonso de Taunay - “cumprir o preceito camoneano do uso simultaneo da espada e da penna” (Taunay, 1931, p. 3), está indo ao *front* justamente fazer isso: dominar pela pena, submeter o outro à representação. Mas antes de continuarmos teremos que tirar nosso personagem um pouco do foco para compreendermos as formas como os interesses brasileiros se projetaram sobre Taunay.

CAPÍTULO 2 - A INVENÇÃO DOS IMPÉRIOS: DISPUTAS POR TERRITÓRIO NO CONE SUL, DO PERÍODO COLONIAL E INDEPENDENTE

Este capítulo buscará compreender a conformação dos interesses na bacia do Prata tanto no período independente quanto no colonial; e os usos dos mecanismos e aparatos de saber-poder que foram mobilizados pelos Impérios e repúblicas nestes períodos para fundamentar sua soberania sobre os territórios na região. Neste sentido, parte-se de uma historicização do período independente que apresenta alguns dos interesses dos atores regionais e alguns dos aparatos jurídicos utilizados por eles. Em seguida, faz-se um mergulho na conjuntura colonial para compreender o surgimento das disputas na bacia do Prata e o desenvolvimento dos aparatos jurídicos que foram sendo criados e utilizados, à luz dos jogos de ciência do século XVIII, pelas Coroas ibéricas para resolver essas disputas. Vemos como Portugal, na prática, utilizou o conhecimento cartográfico como forma legítima de reivindicação territorial contrastando com o desconhecimento espanhol que teve que inicialmente, devido a isso, aceitar as condições portuguesas. Também vemos como a resposta espanhola e as expedições internacionais, à luz das ideias do Século das Luzes, produziram um regime de Verdade com aparatos descritivos modernos que fundamentaram a norma do que é o ser humano padrão, ideal: o homem branco, burguês e racional. Por fim, vemos como estes aparatos vão sendo apropriados pelos atores regionais até meados da década de 1850.

2.1 - O contexto platino e as disputas territoriais

Em fins de 1864, após a intervenção brasileira e argentina em favor dos *colorados* na República Oriental do Uruguai, uma série de ataques partiu da República do Paraguai aos territórios do Império do Brasil e da República da Argentina (Doratioto, 2022). Se, por um lado, fora um ataque inesperado, por outro, a tensão que o preludiu já vinha se delineando há mais tempo entre as nações do Prata e não era de forma alguma desconhecida num contexto em que o Paraguai se via cada vez mais isolado em relação aos seus vizinhos. Mas o isolamento político da República do Paraguai não era sem precedentes no cenário platino (Doratioto, 2022).

Aproveitando o cenário de enfraquecimento da Espanha sob domínio napoleônico, partem do *cabildo* de Buenos Aires, em 1810, os primeiros movimentos de independência dos territórios compreendidos pelo Vice-Reinado do Rio da Prata (Reichel; Gutfreind, 1995). As forças portenhas sob o comando de Manuel Belgrano destituem o Vice-Rei interino nomeado pela Junta de Sevilha, projetando uma nova perspectiva política às elites *criollas* de

toda a América Espanhola (Lopez, 1986). Se, por um lado, era dos interesses da elite portenha manter coesão dos territórios platinos, por outro, as elites interioranas viam com desconfianças os interesses bonaerenses, que alçava com a sua iniciativa emancipatória unitarista um projeto de centralizar as trocas mercantis internacionais no principal porto de Buenos Aires. Com a recusa do Paraguai de se unir a um projeto de nação platino, Manuel Belgrano, em 1811, marcha ao Chaco tentando submeter Asunción aos interesses portenhos, mas é expulso pelas forças de Gaspar Francia (Doratioto, 2022). Assim, inicia-se um projeto de nação no Chaco de fraca legitimidade que marcou as disputas territoriais no coração da América do Sul.

Em 1813, buscando demarcar a posição de nação no jogo político platino, reúne-se o II Congresso Geral Paraguaio, que muda o estatuto de província para República do Paraguai. Em 1814, Gaspar Francia é eleito ditador temporário por uma assembleia multitudinária, que após dois anos, em 1816, é elevado ao título de “Ditador Perpétuo”. Francia adotava uma postura isolacionista internacionalmente devido a desconfiança com os intentos das Províncias Unidas do Rio da Prata, o que gerou desconforto entre elites. A postura de Gaspar Francia no cenário internacional levou as elites *criollas* e *peninsulares* a planejar uma conspiração para assassinar o ditador, em 1820. O plano fracassado ensejou um projeto de expropriação dos bens das elites, o que levou à constituição das *Estancias de la Patria*, instância estatal que arrendava terras aos trabalhadores rurais, centralizando o poder econômico paraguaio no Estado (Doratioto, 2022).

O Estado guarani aumentaria ainda mais seu poderio econômico quando, em 1824, as ordens religiosas do Paraguai são expulsas e os bens da Igreja expropriados pelo Estado em resposta à ordem do Papa Leão XII de que a elite eclesiástica apoiasse a iniciativa do rei Fernando VII de retomada das suas colônias. No mesmo ano, surge um novo ator no cenário político platino, o Império do Brasil, já em vias de estabelecer seu processo político fundamental, a Constituição de 1824. A monarquia constituinte brasileira, independente desde 1822, buscando legitimidade no cenário político internacional, manda a Asunción um representante, apesar de o país paraguaio não se declarar formalmente independente até 1842. Gaspar Francia tenta estabelecer os limites com o Brasil propondo os marcos estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, principalmente embasado nos mapas propostos por Félix de Azara. Por sua vez, o Brasil faz uma contraproposta utilizando o Princípio do *uti possidetis de facto* que é recusado por Gaspar Francia, deteriorando as relações do Brasil a ponto de retirar seu consulado de Asunción, em 1829 (Doratioto, 2022).

A proposta de Gaspar Francia não era sem precedentes. Antes, se inspirava nas práticas utilizadas pelas demais ex-colônias da Espanha na resolução de litígios fronteiriços. Recorrendo aos arquivos da antiga metrópole, a maior parte das questões relacionadas a limites entre os países hispano-americanos foram resolvidos pacificamente ao utilizar as antigas divisões administrativas para estabelecer os limites das nações recém independentizadas. (Palermo; Flores, 2022). Retomaremos este tema convenientemente.

Enquanto Gaspar Francia seguia sua política isolacionista, a elite portenha seguia seu projeto de manter as antigas províncias do Vice-Reinado do Prata unidas sob seu porto. (Doratioto, 2022). Neste contexto, o interesse de Buenos Aires de manter o monopólio sobre a navegação na Bacia do Prata encontrava um empecilho no controle da Corte do Rio de Janeiro sobre a província Cisplatina compreendendo o território Banda Oriental do Rio Uruguai (Lopez, 1986). Entretanto, para compreender as disputas platinas do século XIX é preciso fazer antes um mergulho nas disputas coloniais.

2.2 - As disputas territoriais nas colônias ibero-americanas e a centralidade da cartografia nas lutas de representação territorial

A Banda Oriental foi fonte de litígios fronteiriços desde o período colonial, remontando à fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento pelo colono português Manuel Lobo, governador da Capitania do Rio de Janeiro, em 1680 (Reichel, Gutfreind, 1995). O controle da navegação platina era um negócio lucrativo. Desde que Potosí foi fundada, em 1545, o império espanhol enriqueceu às custas da exploração do trabalho indígena nas minas. É na Bacia do Prata que a Coroa espanhola encontra a solução para o escoamento da prata que vinha do altiplano boliviano (Kuhn, 2002). Assim, em 1580, Buenos Aires é refundada⁵¹, constituindo-se porto de onde partiria boa parte das riquezas das cordilheiras rumo à Sevilha, enriquecendo a elite portenha (Lopez, 1986). Com a morte do jovem D. Sebastião, em campanha no Marrocos durante 1578, uma crise sucessória se instaura na metrópole portuguesa. Essa crise se resolve com a ascensão de Filipe II, rei da Espanha, ao trono português, em 1580, formando a “União Ibérica” entre Espanha e Portugal, que duraria até 1640 (Kuhn, 2004).

Durante este processo, comerciantes portugueses se instalaram em Buenos Aires buscando captar, com o contrabando de produtos ingleses, a prata que vinha do altiplano boliviano, fundamentando os interesses portugueses na Bacia do Prata (Kuhn, 2002). Com a

⁵¹ A cidade de Buenos Aires foi originalmente fundada em 1536, por Pedro de Mendoza, à época das prospecções territoriais dos conquistadores. Entretanto, devido às contendas com os indígenas da região, a cidade ficou desocupada por 44 anos, até sua refundação e repressão de indígenas da região. (Ostria, 2012).

independência lusitana declarada pela família de Bragança, em 1640, a União Ibérica passa por seu desmantelamento, marcado por uma guerra declarada pela Espanha a Portugal que duraria até 1668. Neste processo, os comerciantes portugueses foram expulsos de Buenos Aires, o que levou eles a pressionar a Coroa portuguesa a estabelecer um posto avançado no Prata, buscando garantir o atendimento dos interesses comerciantes lusitanos. Com a guerra entre as coroas ibéricas e a invasão holandesa no nordeste brasileiro - finda em 1654 -, Portugal não tinha condições de subsidiar seu projeto expansionista no sul da América (Kuhn, 2002).

Em um projeto financiado pelos comerciantes cariocas, em 1680, Manuel Lobo funda a Colônia do Santíssimo Sacramento em frente a Buenos Aires justamente na tentativa de captar a prata peruana. Este processo buscava fundamentar o *uti possidetis*⁵² da Coroa portuguesa sobre o Rio Grande de São Pedro (Kuhn, 2002). Ainda no ano de fundação de Colônia, o governador portenho manda expulsar os portugueses de Sacramento com uma esquadra de 4 mil homens, majoritariamente indígenas missioneiros. Entretanto, utilizando-se de artifícios diplomáticos, Portugal consegue retomar a ocupação da cidade, em 1681. A partir de 1683, com o fortalecimento da fortaleza de Sacramento, a colônia se desenvolve com o comércio do couro, por um período de mais de 20 anos, até que, entre 1705 e 1706, com a morte do rei Carlos II, a política no Prata muda e os portugueses são novamente expulsos. Com o Tratado de Utrecht, em 1716, Sacramento é restabelecida, com a condição estabelecida pelo governador de Buenos Aires de que os colonos ficassem limitados às imediações da cidade.⁵³ É claro que isso não procedeu. Assim, a cidade entrou num período de esplendor econômico que durou da década de 1720 à década de 1730 (Kuhn, 2002).

Com a ameaça expansionista que a cidadela portuguesa oferecia aos interesses espanhóis na Banda Oriental, foi fundada, em 1726, a primeira colônia hispânica na outra margem do Rio da Prata, Montevideú. Entre 1735 e 1737, acontece um cerco a Sacramento que levará à evasão de colonos para o porto de Rio Grande, fundado em 1737 como posto de apoio ao restabelecimento de Sacramento. No afã de paz entre as coroas ibéricas, surge o Tratado de Madri, assinado em 1750, que reconhecia o direito dos portugueses sobre os territórios que vinham ocupando no Rio Grande desde a década de 1730, que até então, juridicamente, pertencia à Espanha (Kuhn, 2002). Este Tratado figurou como verdadeira vitória da Coroa portuguesa.

⁵² Direito de posse a quem usa. (Kuhn, 2002). O tema do *uti possidetis* na sua dupla expressão (*iuris e de facto*) ainda será explorado neste trabalho na seção 2.4.

⁵³ Segundo Kuhn, os colonos podiam ficar há uma extensão de “um tiro de canhão de 24 libras” da cidadela. (Kuhn, 2002).

O Tratado estabelecia que Portugal receberia os territórios a leste do rio Uruguai, os Sete Povos das Missões. O país lusitano acreditava que a região poderia suprir a demanda por mão de obra, muares e gado à região aurífera, em pleno auge à época. O Tratado de Madri surgiu como proposta do estadista português Alexandre de Gusmão⁵⁴. Este habilidoso diplomata português de origem brasileira, tinha profundo conhecimento e interesse no estudo de mapas, principalmente daqueles produzidos por Padres-Cartógrafos e por explorações científicas como as de La Condamine, da primeira metade do século XVIII (Goes Filho, 2020).

Valendo-se do Mapa das Cortes (mapa 2), de 1749, e do Princípio de *uti possidetis*⁵⁵, o plenipotenciário Gusmão fez um esforço verdadeiramente moderno ao enviar engenheiros e técnicos cartógrafos, em missões conhecidas como “partidas”, aos territórios americanos. A intenção das partidas era demarcar os limites entre as possessões portuguesas e espanholas nas Américas embasada em marcos naturais, só possível graças aos avanços da ciência cartográfica do Século das Luzes. Tratava-se de um processo de racionalização e organização dos espaços que se fundamentava no discurso científico tipicamente iluminista do século XVIII (Correa, 2015). Conforme Ferreira, a ignorância da Coroa espanhola sobre os seus territórios foi fundamental para os portugueses garantirem o atendimento dos seus interesses. Segundo o autor,

O avanço das negociações fez-se, muitas vezes, graças à disponibilidade da representação cartográfica dos territórios ou espaços a delimitar. Isso mesmo foi reconhecido pelo negociador português quando, em Maio de 1749, comunicou já ter ajustado, com o auxílio dos mapas de que dispunha, os limites portugueses com as terras espanholas, à exceção dos Sete Povos das Missões do Uruguai. Porém, durante o processo de negociação, Carvajal e Lancaster manifestou, por diversas vezes, o desejo de possuir mapas das áreas em disputa. Chegou, inclusivamente, a lamentar-se da falta destes e de informações geográficas complementares. Esta necessidade refletia algumas carências que os espanhóis sentiam de elementos cartográficos, nomeadamente de territórios então ocupados por missões jesuítas, sobretudo da região de Chiquitos. Fato que limitou a capacidade de negociação de Espanha por desconhecer exatamente até onde Portugal havia avançado em Mato Grosso. Por outro lado, verificou-se um notório descuido na observação sistemática de longitudes na América espanhola. A primeira apenas foi realizada pelo Padre José Quiroga que publicou a sua carta da província jesuíta do Paraguai em 1749, a qual, aliás, apresentava erros que beneficiavam as pretensões portuguesas. (Ferreira, 2007, pp. 52-53).

⁵⁴ Alexandre de Gusmão era brasileiro de origem e tinha profundo interesse e conhecimento no estudo da geografia brasileira. Para propor o Tratado de Madri se embasou no Mapa das Cortes, de 1749. Sua habilidade diplomática abriu precedente para firmar os interesses territoriais portugueses no Brasil e redesenhar o mapa da América Portuguesa (Correa, 2015).

⁵⁵ O Tratado de Tordesilhas, de 1494, estabeleceu os limites dos domínios portugueses nas Américas a 370 léguas marítimas para oeste da Ilha de Santo Antão, em Cabo Verde, sendo seu território mais ao sul, limitado à cidade de Laguna (Kuhn, 2004).

Assim, aproveitando-se do conhecimento adquirido pelas partidas e do respectivo desconhecimento do território sul-americano por parte da Coroa espanhola, Alexandre de Gusmão e a Coroa portuguesa conseguiram redesenhar o mapa colonial da América do Sul em favor dos interesses portugueses (Correa, 2015).

Mapa 2 - Mapa das Cortes (1749)



Fonte: Correa (2015, p. 36)

Neste sentido, Alexandre de Gusmão foi figura central na fundamentação dos interesses portugueses no sul da colônia. Sua trajetória enquanto figura ilustrada junto à Corte portuguesa vale a pincelada.

Ainda no fim da infância foi para Portugal com seu irmão e preceptor Bartolomeu de Gusmão, o padre-voador que fez fama na corte de D. João V por suas invenções e experimentos posteriormente condenado pela Inquisição por sua conversão ao judaísmo. Foi justamente seu irmão que pavimentou o caminho de Alexandre às Ciências modernas e à Corte. Depois de estudar direito romano e cânones, em Coimbra, foi convidado para ser secretário do novo diplomata na França, o conde de Ribeira Grande, nobre de uma das mais tradicionais linhagens da França: os de Rohan.⁵⁶ Em Paris, aprofundou seus conhecimentos diplomáticos, geográficos e jurídicos que seriam utilizados mais tarde na articulação do Tratado de Madri. Nas negociações com a Espanha, vai utilizar seu conhecimento jurídico clássico ao evocar o Princípio de *uti possidetis*, noção emprestada do direito romano - muito prestigiado no século XVIII -, para fazer as reivindicações na América; e através do seu conhecimento geográfico e científico, valerá-se de burocratas, engenheiros e bandeirantes que fizeram as “partidas” de reconhecimento do território e sustentaram Alexandre de Gusmão com informações importantes sobre divisões naturais que seriam utilizadas como pretexto para uma divisão racional do território (Goes Filho, 2020).

Ferreira argumenta que o uso dos mapas pela Coroa portuguesa tinha a dupla finalidade de ilustrar os territórios reivindicados e fazer com que o plenipotenciário espanhol aceitasse a proposta portuguesa de limites. Segundo Ferreira, a importância dos mapas, neste contexto, “derivava do fato de serem uma simplificação da informação sobre uma determinada região. Sintetizavam o que era conhecido e compreendido, suposto ou até ignorado acerca de um determinado espaço ou território” (Ferreira, 2007, p. 52). Dessa forma, o mapa deixa de ser uma ferramenta meramente ilustrativa e se configura como dispositivo de poder. Os jogos políticos portugueses se configuraram ao passo que seus agentes tinham conhecimento de algo que os agentes da Coroa espanhola não sabiam. O Império português só *pôde* reivindicar os territórios coloniais à Espanha porque esta não tinha conhecimento sobre seus territórios coloniais. Nos jogos de Ciência do século XVIII, é a racionalidade que deve guiar o governo. Portanto, ao estabelecer critérios racionais para reivindicar o território, dispondo de informações que o seu vizinho não tinha, o Império português garante o reconhecimento internacional necessário para legitimar seu direito ao território.

⁵⁶ Mesma linhagem, inclusive, do Visconde de Beaurepaire-Rohan, Ministro da Guerra à época da Guerra contra o Paraguai e primo de Taunay por parte da mãe. (Taunay, 2004, p. 127)

O que vemos Alexandre de Gusmão fazer é se apropriar dos discursos que legitimam o poder soberano de sua época e, a partir dos critérios do paradigma de Ciência de seu tempo, com o apoio em técnicas geográficas e cartográficas, conformar um disciplinamento sobre as fronteiras coloniais e, em última instância, sobre a soberania espanhola. Assim, ele fundamenta precisamente as possessões do soberano, favorecendo uma expansão dos limites do seu poder de forma legítima, racional, disciplinada. É uma relação de poder só ao passo que se configura enquanto relação de saber. É assim que se configuram as relações de poder, enquanto prática, enquanto discurso, enquanto um estatuto passível de mudança.

Assim, nos jogos diplomáticos sobre os problemas fronteiriços entre as Coroas ibéricas, Portugal adota uma postura de governo sobre a questão vinculando discursos político, jurídico e científico, recursos fundamentais, como já afirmamos, da legitimação das instituições dos Estados-nação burgueses no seu período de surgimento e consolidação, entre os séculos XVIII e XIX (Lyotard, 2009). A resposta espanhola aos artifícios científico-jurídicos da Coroa portuguesa, entretanto, não tardaria.

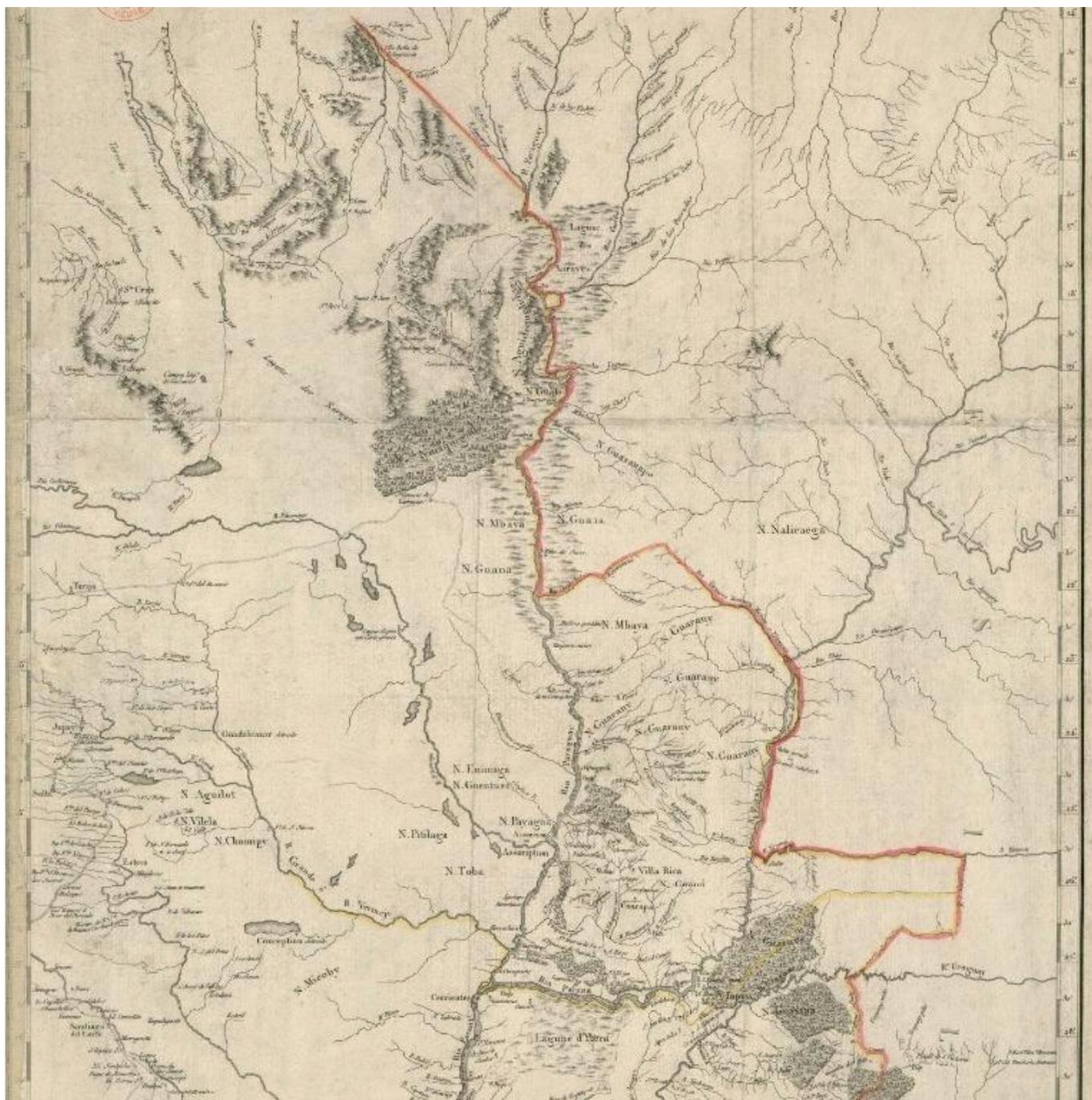
2.3 - A Espanha Bourbonica, as explorações territoriais espanholas e o Tratado de Santo Ildefonso

A partir das reformas bourbônicas, a Coroa espanhola passará a ter um domínio mais racional e moderno sobre seus territórios coloniais, buscando estabelecer formas mais eficazes de fiscalização e arrecadação (Lopez, 1986). Buscando o contraponto aos limites estipulados pelos portugueses, os espanhóis fariam suas próprias “partidas” com técnicos e cartógrafos próprios, como, por exemplo, o aragonês Félix de Azara. Junto com José Varella y Ulloa, Azara ajudaria a comissão espanhola a demarcar os limites que viriam a ser estipulados no Tratado de Santo Ildefonso. Chegado em Asunción em 1793, o *cabildo* da cidade solicitaria a Azara um mapa (vide mapa 3) que estabelecesse os limites a leste com a colônia do Brasil (limite em vermelho), e ao sul com as províncias de Buenos Aires e Misiones (limite em amarelo) (Martín, 1998).

Este mapa nos interessa especialmente porque, além de estabelecer limites naturais que já não são mais territórios paraguaios (como o rio Bermejo, hoje na Argentina, e a Ilha Grande, hoje no Brasil), descreve, como se pode ver, regiões habitadas por determinados povos indígenas, como os Guaná, os Guarani-Ñandeva e os Mbayá (no Brasil, conhecido como Guaicuru). O mapa figura, portanto, como uma descrição importante dos povos “pertencentes” às respectivas Coroas ibéricas, dos seus súditos. Este mapa, ao que parece e conforme tentaremos demonstrar convenientemente, seria utilizado posteriormente pelos

líderes paraguaios para fazerem suas reivindicações territoriais ao Brasil e à Argentina - pelo menos, por Carlos Antonio Lopez e Solano Lopez.

Mapa 3 - Detalhe do mapa “Carte Générale du Paraguay et de la Province de Buenos-Ayres”, de Félix Azara.



Fonte: Bibliothèque nationale de France (2014). Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53065036q/f1.item.zoom#>. Acesso em: 19 nov. 2024.

É neste contexto das reformas borbônicas que haverá, também, uma abertura maior nas Américas às explorações científicas com outros países. (Pratt, 1999). Conforme Pratt, “a exploração científica haveria de se tornar um foco de intenso interesse público, e fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e de idealização, por meio dos quais os cidadãos europeus se relacionaram com outras partes do mundo” (Pratt, 1999, pp. 52-53). Além de demarcar limites, as explorações tiveram um aporte científico que serviu para reforçar e legitimar certos aparatos de dominação que vinham se desenvolvendo concomitantemente ao surgimento do capitalismo. A autora ainda segue:

Nos últimos anos do século XVII, a exploração do interior havia se transformado no objeto principal das energias e imaginação expansionistas. Esta mudança teve consequências significativas para os relatos de viagem, exigindo e dando vazão a novas formas de conhecimento e autoconhecimento europeus, novos modelos para os contatos europeus além-fronteiras e novas formas de codificação das ambições imperiais européias. (Pratt, 1999, pp. 53-54)

Esses novos modelos de contato configuraram o que Mary-Louise Pratt chamou de consciência planetária, fundamentada na descrição ordenada cientificamente sobre outros povos em perspectiva eurocêntrica. As viagens de reconhecimento e, principalmente, as viagens científicas serviram de sustentáculo para uma identidade eurocêntrica colocando o homem burguês branco como ponto de chegada e partida para conhecer as sociedades ocidentais e não-ocidentais (Pratt, 1999). As produções destes homens de ciência serviram de paradigma para um regime descritivo (ou representativo) que fundamentaria o racismo científico, capital na justificativa e desenvolvimento do imperialismo e do nacionalismo chauvinista ao longo dos séculos XIX e XX.

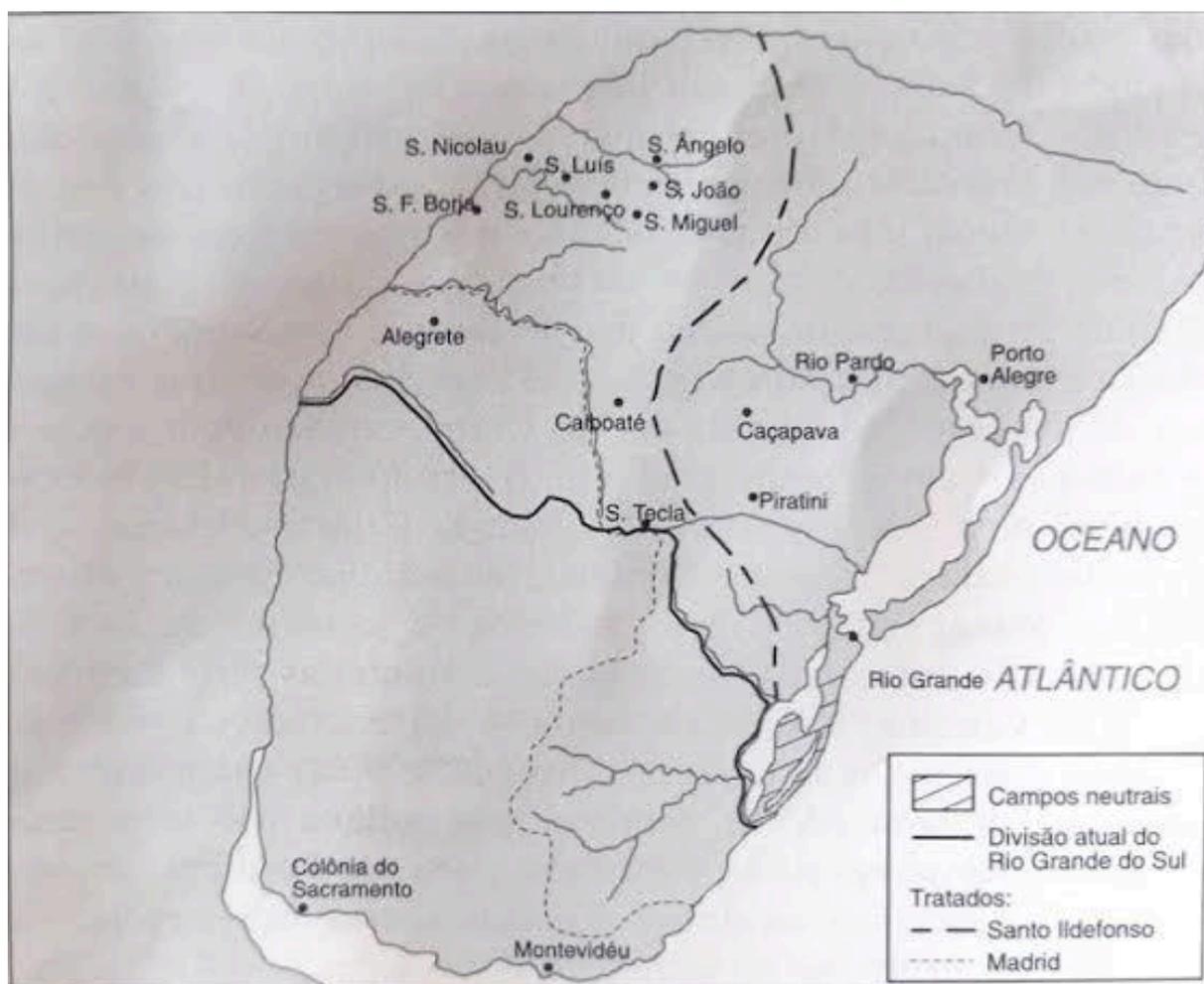
2.4 - O Tratado de Santo Ildefonso em perspectiva jurídica

Como o Tratado de Madri desconsiderava os anseios dos colonos e dos povos assentados na região, sofreu resistência dos guaranis missionários que se recusaram a sair de sua terra. Este fato, entre outras justificativas, levou à expulsão dos jesuítas por Portugal (1759) e pela Espanha (1768), convencidos de que os indígenas haviam sido manipulados pela ordem religiosa. Com a resistência sofrida pelas autoridades coloniais portuguesas de submeter os indígenas missionários aos mandos da Coroa lusa. Enquanto o governador de Buenos Aires, Dom Pedro Cevallos, ordenou o retorno dos indígenas às reduções, o que levou o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, a manter Sacramento sob domínio português. Em 1762, o governador de Buenos Aires, mandou novamente atacar a Colônia de Sacramento, reabrindo as portas do Rio Grande à dominação espanhola. Este fato

levou ao estabelecimento do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. (Reichel; Gutfreind, 1995).

O Tratado de Santo Ildefonso previa a revisão dos limites coloniais no sul das Américas. Restabelecia-se os Sete Povos das Missões e a Colônia de Sacramento como território efetivamente espanhol, garantindo o monopólio hispânico da navegação no Prata e do rio Uruguai. Ao passo que Portugal recebia direitos exclusivos de navegação no Rio Grande de São Pedro até o arroio Taim, além de receber uma faixa de terra que estabelecia uma fronteira dupla conhecida como Campos Neutrais que ia da lagoa Mirim até a lagoa Mangueira em direção à costa Atlântica, a fim de garantir a paz entre os impérios (vide mapa 4). Os Campos Neutrais foram muito utilizados no contrabando de gado entre a Banda Oriental e o Rio Grande do Sul. A partir do Tratado de Santo Ildefonso, Portugal passou a incentivar a ocupação das fronteiras meridionais de sua colônia americana, utilizando-se de casais açorianos, por exemplo (Reichel; Gutfreind, 1995).

Mapa 4 - Os tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777)



Fonte: Reichel e Gutfreind (1995, p. 23)

Em 1801, é assinado o Tratado de Badajoz que anula o Tratado de Santo Ildefonso retomando as delimitações estabelecidas no Tratado de Madri (1750) e retomando o domínio colonial português sobre a região missioneira a leste do rio Uruguai. Este último Tratado foi muito utilizado pelo Império do Brasil para estabelecer seus limites com os vizinhos hispano-americanos, no período do processo de independência. Inclusive, foi utilizada de argumento para rebater a proposta de Gaspar Francia de restabelecer o Tratado de Santo Ildefonso. (Doratioto, 2022).

Nos seus anos formativos, de um ponto de vista político-jurídico, o recurso do Império do Brasil a um artifício jurídico colonial tal como o Princípio de *uti possidetis*⁵⁷ era estratégico. Retomando as heranças coloniais de tratados de delimitação territorial dos impérios ibéricos, o *uti possidetis* foi uma ferramenta *sui generis* utilizada para estabelecer soberania sobre os domínios fronteiriços, principalmente na Bacia do Prata - região que, como vimos anteriormente, produziu tantas desavenças políticas entre os dois países - e, por isso, foi tão fundamental no pós-independência (Palermo; Flores, 2022).

Talvez a preocupação do Brasil, mais do que seus vizinhos republicanos, em fazer um uso jurídico do *uti possidetis de facto*⁵⁸ (Palermo; Flores, 2022) se fundamentasse em um duplo problema percebido pelo Império: o mais óbvio, o de ser uma monarquia num território de repúblicas, sendo sempre tratada com desconfiança por seus vizinhos latino-americanos (que, é claro, era recíproco por parte do Império) (Schwarcz, 2015); e o fato de as ex-colônias espanholas resolverem seus litígios fronteiriços com recurso aos arquivos da antiga metrópole, normalmente respeitando os antigos limites administrativos. Assim, à época das independências, nas definições fronteiriças entre Peru e Bolívia, por exemplo, foi estabelecido como fronteira dos dois países o rio Desaguadero, que dividia administrativamente o Vice-Reino do Rio da Prata e o Vice-Reino do Peru (Palermo; Flores, 2022).

⁵⁷ O *uti possidetis*, como tal, expressava-se como uma faceta do direito privado romano sobre a posse de uma coisa corpórea, fundamentalmente imóveis. Está associado à expressão latina a “*uti possidetis, ita possideatis*”, que poderia ser traduzida por “como possuis, assim possuais”; ou seja, “quem possui de fato deve possuir de direito”. (Palermo, Flores, 2022, p. 139). O direito romano, ao longo do século XVIII, tornou-se referência no processo de racionalização da ciência jurídica porque passaram os Estados ocidentais modernos em busca de maior eficiência dos seus aparatos de soberania e dominação. Neste sentido, o *uti possidetis* foi muito utilizado pelos impérios ibéricos como fundamento de um direito patrimonialista sobre o território. A monarquia, como modelo de dominação tradicional, levava os súditos a se submeterem à autoridade do rei conforme a habitualidade da tradição em uma relação fundamentada num sistema de direitos e deveres a que o servo se vinculava com a lealdade de um familiar. Assim, os contratos entre Coroa portuguesa e espanhola, fundamentavam-se como as de dois reis-patriarcas em que suas respectivas nações representavam. Assim, confundido-se o público com o privado, a posse com a soberania. (Palermo, Flores, 2022).

⁵⁸ Cf. nota anterior, direito ao território pautado pela posse efetiva, em contraste com *uti possidetis iuris*, pautado em base legal de títulos jurídicos pregressos, que era mais utilizado na delimitação pelas ex-colônias espanholas. (Palermo, Flores, 2022).

Aliás, o Tratado de Santo Ildefonso foi recurso frequente das repúblicas platinas para estabelecer limites com o Império - provavelmente como estratégia para manter as vantagens territoriais dos países hispano-americanos. A assinatura com o Uruguai do Tratado de Limites, de 1851, previa que a linha divisória entre Brasil e Banda Oriental passaria a ser o Quaraí e não mais o Ibicuí, conforme o Tratado de Santo Ildefonso delimitava (Kuhn, 2002). As políticas territoriais das novas nações latino-americanas estarão frequentemente vinculadas às delimitações e aos tratados do período colonial.

A chegada da Corte portuguesa⁵⁹ ao Rio de Janeiro, em 1808, levou a uma série de mudanças na dinâmica colonial da América portuguesa. A partir de então a Metrópole passa por um processo de “interiorização” centralizando o poder das instâncias decisórias da colônia na capital fluminense. Também, foi nesse período que se enraizaram os interesses portugueses na região do Prata (Kuhn, 2002).

2.5 - As complexas relações internacionais na Bacia do Prata, das Independências à meados da década de 1850

Com o início das lutas emancipatórias encetadas por Buenos Aires, a elite de Montevideu se manteve leal à Coroa espanhola. Enquanto isso, no interior da Banda Oriental do Rio Uruguai, articulava-se um movimento de libertação nacional popular liderado pelo caudilho José Gervásio Artigas que previa uma reforma agrária pouco simpática às elites platinas e à Corte carioca. O conflito entre as três forças oportunizou à Coroa portuguesa, então estabelecida no Rio de Janeiro, reaver os seus interesses na região platina. Assim, em 1811, a Corte carioca mobilizou suas tropas a fim de intervir no território uruguaio sob o pretexto de defender Montevideu. Entretanto, pressões diplomáticas britânicas pressionaram os luso-brasileiros a se retirar do Uruguai. (Reichel; Gutfreind, 1995). Porém, houve ainda um outro motivo para a retirada lusa.

Conforme apontado anteriormente, a elite portenha buscava garantir a união dos antigos territórios do Vice-Reino do Rio da Prata sob sua bandeira. Foi nesse afã que Buenos Aires interviu na incursão portuguesa à Banda Oriental, expulsando as forças luso-brasileiras. (Pellegrino; Prado, 2021). No entanto, a estabilidade favorável às elites portenhas duraria pouco. Em fevereiro de 1815, Montevideu é tomada por forças artiguistas (Kuhn, 2002). Isso

⁵⁹ A expansão francesa pela Europa liderada por Napoleão Bonaparte, chegou a Portugal na segunda metade do ano de 1807, levando a Coroa portuguesa a lançar praticamente todo seu aparato de Estado ao mar numa epopeia que levou pela primeira vez na História um monarca europeu aos seus domínios ultramarinos. Chegando no Brasil, no início de 1808, a rainha Maria I e o príncipe regente, D. João, estabeleceram sua corte na capital colonial, elevando o Rio de Janeiro à posição de metrópole, que por um período de 12 anos cresceu e prosperou criando uma nova elite enraizada no Brasil. Este processo seria fundamental no processo que levaria ao surgimento do Estado-Nação brasileiro. (Schwarcz; Staling, 2015).

leva as elites agrárias da cidade a se aliarem ao Rio de Janeiro, sob a promessa da Coroa portuguesa de garantia de paz e estabilidade à região (Reichel, Gutfreind, 1995). Além disso, as elites portenhas apoiam as forças portuguesas frente ao perigo de uma reforma agrária naquele espaço (Kuhn, 2002). Assim, em 1818, uma nova intervenção partindo do Rio de Janeiro garante o domínio luso-brasileiro sobre a Banda Oriental, passando a ser denominada Província Cisplatina⁶⁰ (Prado, Pellegrino, 2021). A anexação da Cisplatina levou a um período de bonança econômica entre as elites pecuaristas gaúchas que se beneficiaram da instalação de comerciantes portugueses em Montevideo, garantindo o fluxo de gado que vinha da nova província. (Kuhn, 2002). Esse território continuará sob domínio brasileiro mesmo após a independência do Brasil, mas não tardará o questionamento de sua soberania.

É justamente após a independência do Brasil que as Províncias Unidas do Rio da Prata passam a questionar a soberania brasileira sobre o Rio da Prata. Declarada a emancipação do Brasil, em 1822, Montevideu jura à Constituição Imperial de 1824, o que leva Buenos Aires a contestar a movimentação no Prata Oriental: num primeiro momento apoiando a resistência e, em 1825, decretando a incorporação do Uruguai ao território das Províncias Unidas. A Corte carioca interpreta isso como uma ação hostil declarando guerra a Buenos Aires. O desgaste das operações entre 1826 e 1827, leva a uma proposta de paz que parte da cidade portenha, mas é rejeitada pelo próprio proponente, porque previa o domínio brasileiro sobre o território contestado. É só em 1828 que as duas nações chegam a um acordo, mediado pelo império britânico⁶¹, que culminou no surgimento da República Oriental do Uruguai. Esta solução previa, em artigo adicional, o atendimento de um novo interesse estratégico ao Brasil: a liberdade de navegação no rio da Prata e seus afluentes (Cervo; Bueno, 1986). A garantia deste interesse se configurava justamente no contexto de interiorização da metrópole, encetada na transferência da Coroa portuguesa ao Rio de Janeiro, e respectiva institucionalização deste processo, propiciado pela independência (Kuhn, 2002). Assim, a livre navegação na bacia do Prata era estratégica para garantir que a Coroa carioca, num contexto regional de países republicanos e federalistas, mantivesse o domínio sobre províncias e regiões ermas, como era o caso de Mato Grosso (Doratioto, 2022). Por outro lado, a independência uruguaia foi custosa aos charqueadores sul-rio-grandenses.

Para Kuhn, a emancipação da Cisplatina permitiu uma reorganização da produção de charque na Banda Oriental, o que aumentou a concorrência na região do Prata, prejudicando os rendimentos das elites agrárias gaúchas que já tinham importantes negócios no Uruguai.

⁶⁰ Alusão à sua posição geográfica às margens do Rio da Prata.

⁶¹ O interesse britânico em mediar uma paz entre Brasil e Províncias Unidas, delineava-se em função de evitar um conflito fronteiriço permanente que pudesse inviabilizar a regularização do comércio na região platina. (Reichel; Gutfreind, 1995).

As políticas não-protetionistas do Império, articuladas em prol dos interesses das elites escravocratas do Centro do país, buscavam manter os preços do charque o mais baixo possível a fim de diminuir os custos de produção das elites, que alimentavam os escravizados com charque, garantindo o lucro do setor agroexportador. O cenário de conflito das elites do charque com o Império se acentuavam ainda mais com a forte centralização estabelecida na Constituição de 1824. As indicações de presidentes provinciais feitas pelo Império surtiram desconfiança entre as elites regionais, que acusavam os presidentes de fazerem o “jogo dos retrógrados”, sendo considerados contrários às medidas liberais que iniciaram com a abdicação de D. Pedro I. Essas iniciativas da Regência garantiam às elites locais o controle sobre o poder policial, judiciário e legislativo das províncias, respectivamente com a criação da Guarda Nacional (1831), a aprovação do Código de Processo Penal (1832) e o Ato Adicional (1834) (Kuhn, 2002), mas não foram suficientes para as elites gaúchas que, em 1835, escolheram a saída pelas armas para a resolução do conflito.

A Guerra dos Farrapos, apesar de não ter tido aderência popular como a historiografia tradicional quer fazer acreditar, foi fundamental no contexto platino. Ainda antes do conflito, lideranças como o comandante da fronteira, coronel Bento Gonçalves⁶², envolviam-se na política uruguaia, apoiando figuras como o caudilho Lavalleja em detrimento do - tímido - apoio imperial ao presidente Rivera. Durante o conflito farroupilha, as elites regionais utilizaram suas conexões em Montevideu para exportar o charque, a depender do contexto deste ou daquele lado da fronteira. O conflito tem sua particularidade atestada ao ser a única contestação ao poder imperial do período em que a Corte fez concessões aos revoltosos, atendendo os interesses dos estancieiros e charqueadores gaúchos. Ainda em 1842, antes do término do conflito, o Império, então já em mãos de D. Pedro II, estabeleceu impostos de 25% sobre o charque estrangeiro. Com a assinatura do acordo de Poncho Verde, em 1845, o conflito se encerra. O acordo leva o Império a agregar os oficiais militares farroupilhas ao Exército e ainda assume a dívida dos revoltosos (Kuhn, 2002). Com a resolução do conflito, o Brasil pode voltar a intervir no Prata que já passava por mudanças significativas.

A Guerra da Cisplatina (1825-1828) que, conforme vimos anteriormente, opôs brasileiros e argentinos, gerou problemas internos na Argentina levando o país a uma nova

⁶² A questão uruguaia era de importância para a elite gaúcha. Segundo estimativas, no início do século XIX, 428 estâncias, cerca de 30% do território Oriental, estavam em mãos de sul-rio-grandenses. (Reichel, Gutfreind, 1995). Assim, figuras como um Bento Gonçalves tinham interesses diretos na região. O primeiro líder farrapo tinha importantes negócios na Banda Oriental. Filho de um estancieiro de Triunfo, entrou para a vida militar. Posteriormente, na Cisplatina, casou-se com uma uruguaia e estabeleceu uma casa de negócios e uma estância na região de Melo, no Uruguai. O início do processo de independência uruguaia forçou Bento Gonçalves, em 1825, a retornar à província de Rio Grande de São Pedro, o que fez ele ter contato com a maçonaria e as ideias liberais que serviriam de inspiração ao ideário farrapo. (Kuhn, 2002).

guerra civil. O envolvimento do governo unitário de Bernardino Rivadavia no conflito com o Brasil começou a ser contestado pelos federalistas, liderados por Juan Manuel Rosas (ex-unitário) e Manuel Dorrego, que se opunham ao abandono na campanha da província (Reichel; Gutfreind, 1995). Em 1829, assume como presidente de Buenos Aires o caudilho Juan Manuel Rosas, que segue os planos portenhos de estabelecer uma nação abrangendo todas as antigas províncias do Vice-Reinado do Rio da Prata. Em 1831, assina-se o Pacto Federal estabelecendo a Confederação Argentina, liderada pelo ditador portenho. Este cenário acabou isolando ainda mais o Paraguai de Gaspar Francia (Doratioto, 2022). Enquanto isso, no Uruguai, novas contendidas opõem a elite mercantil de Montevideú aos interesses das elites caudilhas *saladeras* do interior da Banda Oriental.

Entre 1838 e 1851, na República Oriental do Uruguai duas facções se opuseram lançando o país em uma guerra civil que ficaria conhecida na historiografia uruguaia como “Guerra Grande”. De um lado, estava o partido Blanco, liderado por Manuel Oribe, representando as elites *saladeras*. Os *blancos* mantinham controle sobre o interior da Banda Oriental e frequentemente faziam incursões em território gaúcho roubando gado aquém⁶³ e além-fronteira, sob os auspícios e com o aval de Juan Manuel de Rosas. Enquanto isso, os *colorados*, liderados por Fructuoso de Rivera, representavam os interesses dos comerciantes urbanos que controlavam Montevideú e eram apoiados pelo Brasil, por potências estrangeiras e províncias argentinas como Entre-Ríos, Corrientes e Santa Fé. Foram estes apoios que permitiram a Montevideú se manter de pé mesmo durante o sítio imposto à cidade pelos *blancos* que durou quase dez anos. Foi também uma força de 5 mil homens, dos quais 1400 alforriados em Decreto de 1842, que viabilizou a resistência *colorada* ao longo cerco (Reichel; Gutfreind; 1995). Os treze anos de guerra foram custosos ao Uruguai.

O rebanho de gado se reduziu consideravelmente no país, ao passo que a situação de guerra estagnou os lucros da elite comercial de Montevideú (Reichel; Gutfreind, 1995). Com a abolição da escravatura em Montevideo, em 1842, e no resto do Uruguai, em 1846, (Kuhn, 2002), havia um incentivo aos escravizados para fugir do Rio Grande de São Pedro para a Banda Oriental, o que prejudicava a produção charqueadora do sul do Brasil que utilizava ostensivamente mão de obra escravizada. Isso fez com que o Império percebesse a necessidade de se definir melhor os limites com o Uruguai, iniciando um período de maior

⁶³ Segundo Kuhn, os gaúchos ainda mantinham fazendas de gado na Banda Oriental, além dos limites do Império. O domínio *blanco* sobre o interior do Uruguai era um empecilho às rendas dos charqueadores e estancieiros do Rio Grande de São Pedro que frequentemente viam suas terras pilhadas pelas incursões dos caudilhos uruguaio. Nesse contexto, a elite gaúcha demandava intervenção direta por parte do governo imperial em Montevideú. Após a Guerra dos Farrapos, o Império vai tomar uma postura mais intervencionista no Uruguai a fim de fazer a manutenção nas relações com a elite gaúcha, em busca de atender seus interesses e manter a província sob o controle do Rio de Janeiro (Kuhn, 2002).

intervenção brasileira na “Guerra Grande” (Reichel, Gutfreind, 1995). Ao mesmo tempo, “um minuano de mudança” chega a Assunção e novos atores entram em cena na política regional da Bacia do Prata.

É em 1840 que morre Gaspar Francia, levando duas juntas militares consecutivas ao governo do Paraguai. Já no ano de 1841, assumem como cônsules do país Mariano Roque Alonso e Carlos Antonio Lopez. Neste momento, o Paraguai inicia um processo de busca por reconhecimento internacional. Ainda no ano em que assumem os cônsules, acontece a assinatura de dois tratados com Corrientes, então sediciosa com a Argentina de Rosas: um tratado de Limites e um de Amizade, Comércio e Navegação. O fim do isolacionismo paraguaio vem de uma tentativa de modernizar o país que buscava contato com o resto do mundo através da bacia do Prata, barrada pela Argentina de Juan Manuel Rosas que não reconhecia sua independência e dificultava o escoamento dos produtos do Paraguai com o exterior ao controlar a navegação no rio Paraná. É neste contexto que Carlos Antonio Lopez se estabelece como importante ator na política internacional paraguaia. Eleito presidente na assembleia de 1844, Carlos Antonio Lopez toma frente no país, constituindo uma política externa que buscava legitimidade à soberania paraguaia no cenário platino (Doratioto, 2022).

Logo antes da ascensão de Lopez à presidência, o então cônsul articula no Congresso paraguaio a declaração formal de independência da República do Paraguai, buscando reconhecimento internacional. O Brasil, neste período, já estava (quase) livre das revoltas que marcaram o período regencial e o pacto entre as elites, propiciada pela maioria de D. Pedro II, possibilitou a manutenção de um Estado monárquico centralizado e escravocrata. Isto garantiu que Império tivesse uma política interna suficientemente estruturada para voltar a intervir no Prata (Doratioto, 2022). Assim, buscando isolar Rosas, é o primeiro país da região a reconhecer o Paraguai, ainda em 1842, e a se compromete a usar do seu aparato diplomático para garantir a soberania do território paraguaio por outras nações.

O reconhecimento brasileiro à independência formal paraguaia veio do temor da política externa imperial de uma vitória dos *blancos*, no Uruguai. O discurso corrente da política brasileira à época era de que a soberania uruguaia corria risco. Temia-se que se Manuel Oribe dominasse Montevidéu, a Banda Oriental passaria a compor a Confederação Argentina, portanto, garantindo o tão almejado monopólio portenho sobre a navegação na bacia do Prata. Data desse período, também, o surgimento da aliança do Império com o caudilho Justo José Urquiza, governador da província rebelada de Entre-Ríos, que viabilizou a queda de Rosas, em 1852 (Doratioto, 2022). Dessa forma, a aliança com Urquiza, o apoio

do Império aos *colorados* e o reconhecimento à independência do Paraguai figuraram como posições estratégicas para garantir os interesses brasileiros na Bacia do Prata.

Como se pode observar, a busca da política externa brasileira por equilíbrio regional nesse período funcionava sempre no sentido de contrabalançar a política expansionista da Confederação Argentina de Juan Manuel Rosas no Prata (Cervo; Bueno, 1986). O apoio a novos atores regionais como a República guarani, que também tinha interesses sobre a política de navegação no Prata, poderia ajudar neste equilíbrio de poder segundo esse raciocínio (Doratioto, 2022). Entretanto, a proximidade entre Brasil e Paraguai não duraria e, nos anos posteriores a 1844, seria permeada por inconstâncias típicas do complexo contexto platino.

No mesmo ano em que Carlos Antonio Lopez assumiu o poder, em 1844, o Paraguai propôs um Tratado de Aliança com o Brasil. Entretanto, o Império não ratificou por medo de uma retaliação rosista. Com a contenção dos farroupilhas, em 1845, uma aliança com outros atores no Prata se tornava momentaneamente desnecessária à Coroa. Por sua vez, o Paraguai, até 1850, seguiu cobrando o Brasil a fim de firmar a aliança entre os países, mas o Império não atendeu aos pedidos paraguaios (Cervo; Bueno, 1986). Começa, então, um período de tensão entre os países, principalmente com a imposição por parte do Paraguai de obstáculos à navegação brasileira no rio Paraguai (Doratioto, 2022).

Conforme apontado anteriormente, a manutenção do projeto imperial de centralização do poder no Rio de Janeiro sob o reinado de D. Pedro II, dependia fundamentalmente da capacidade da Coroa de, primeiro, articular em favor dos interesses das elites escravocratas e, segundo, da proximidade e do estrito controle sobre os cantões do Império. Era uma forma de manter a soberania sobre o território nacional. Regiões como o oeste sul-rio-grandense e o Mato Grosso eram espaços de difícil acesso e a bacia do Prata era um meio de acesso a essas regiões. No caso do Mato Grosso, a bacia do Prata foi especialmente importante ao passo que era utilizada pela Corte para manter contato e controle sobre a província e escoar sua produção ervateira (Doratioto, 2022). Para a Coroa, os empecilhos de Carlos Antonio Lopez à navegação brasileira figuravam como verdadeira ameaça à integridade territorial e respectiva soberania imperial. Com a queda de Rosas, as relações internacionais platinas passaram por uma reconfiguração.

Até 1847, como vimos anteriormente, o Brasil manteve uma política de neutralidade no Prata ou, pelo menos, de não-intervenção direta. A partir de então, começaram a surgir congressistas favoráveis à intervenção. Ainda nos anos de 1848 e 1849, prevaleceu a política não-intervencionista liderada pelo Marquês de Olinda que buscava estabelecer

acordos com Rosas. Entretanto, em 1849, a partir da ascensão do Visconde do Uruguai ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma intervenção calculada foi se delineando (Cervo, Bueno, 1986). Com a retirada de forças franco-inglesas do Prata, abrindo caminho para uma intensificação da intervenção rosista, e a aliança entre Rosas e Oribe, a ruptura entre Rio de Janeiro e Buenos Aires era uma questão de tempo.

Em 1851, o cerco a Montevideú se intensifica com o apoio direto de Rosas aos *blancos*. A resposta do Império se reflete no estabelecimento da Tríplice Aliança (Brasil, Montevideú, Entre-Ríos) apoiando militarmente os *colorados* no conflito (Reichel; Gutfreind, 1995). No mesmo ano, uma invasão aliada feita por terra e mar liderada pelo Império derrota as forças de Oribe, abrindo caminho para a supressão de Rosas, no ano seguinte (Cervo, Bueno 1986). A queda de Manuel Oribe foi celebrada com cinco tratados⁶⁴ que submeteram a soberania uruguaia aos interesses brasileiros e definiram os limites atuais entre Brasil e Uruguai. Tratados estes que geram um profundo ressentimento uruguaio contra os brasileiros, o que levou a novos conflitos no Cone Sul.

Com a queda de Juan Manuel Rosas, em 1852, o Pacto Federal argentino de 1831 é revisto e redefinido na assinatura do Acordo de San Nicolás. No mesmo ano, é assinada a Constituição de 1852, no Congresso de Santa Fé a que se juntam 13 províncias, formando a Confederação Argentina sediada na cidade de Paraná, em Entre Ríos. Entretanto, a Constituição de 1852 não faz o gosto das elites portenhas. Em 1854, ainda determinada à formação de um Estado argentino unificado, a elite bonaerense elabora uma constituição própria, a Constituição de 1854. Surge, assim, o Estado de Buenos Aires. Tanto a Confederação Argentina quanto o Estado de Buenos Aires garantem respectivamente a livre navegação dos rios Paraná e da Prata ao reconhecerem a independência da República do Paraguai. A garantia de acesso ao mar pela livre navegação do Prata leva o país a um período de relativa bonança econômica, o que permite a modernização paraguaia (Doratioto, 2022). O duplo reconhecimento ao Paraguai é sintomático da realidade que se delineava em um novo conflito pelo território Argentino, dividido mais uma vez entre os interesses divergentes dos caudilhos do interior e da elite portenha levando os demais países da região a rever suas políticas externas.

⁶⁴ O Tratado de Aliança estabelecia que o Brasil poderia intervir diretamente na política interna uruguaia. O Tratado de Exatradiação garantia que os contrabandistas de gado e os escravos fugidos seriam devolvidos aos países de origem, em diálogo com os interesses das elites gaúchas. O Tratado de Prestação de Socorros, em que o Império se comprometeu a pagar as dívidas uruguaias, em troca do controle da Alfândega de Montevideo. O Tratado de Comércio e Navegação também atendia os interesses gaúchos, anulando impostos sobre a importação de gado uruguaio feito via terrestre ao Rio Grande também garantindo o escoamento do charque via Montevideo. Por fim, o Tratado de Limites que expandiu as fronteiras brasileiras do rio Ibicuí (delimitado pelo Tratado de Madri) para o rio Quaraí e garantiu a navegação exclusivamente brasileira dos rio Jaguarão e da lagoa Mirim (Kuhn, 2002).

Nesse contexto, o Império do Brasil segue sua aliança com Juan José Urquiza, apoiando secretamente a Confederação Argentina. Segundo Doratioto (2022), o apoio da Coroa à capital entrerriense se deu por motivações econômicas. O Império acreditava que, se a Confederação incorporasse Buenos Aires, teria a garantia de retorno dos empréstimos brasileiros feitos ao Paraná. Além disso, o apoio da Corte carioca aos caudilhos confederados era uma forma do Império garantir a livre navegação no Prata. Pauta que, ao contrário de Buenos Aires, Entre-Ríos e Corrientes eram historicamente favoráveis (Doratioto, 2022).

Na República Oriental do Uruguai, por sua vez, o ressentimento causado pelos cinco tratados assinados e as dificuldades no processo de junção dos partidos Blanco e Colorado⁶⁵, lançam o país novamente em uma guerra civil. Em uma sucessão de presidentes, envolvidos em disputas entre caudilhos, o país buscou nacionalizar as fronteiras com o Brasil através de um plano de colonização das fronteiras, estabelecendo vilas e chácaras a fim de defender o território e difundir o idioma, fundamentando o sentimento nacional nessas regiões. Além disso, buscou garantir que os estancieiros e charqueadores brasileiros respeitassem as leis do país (Reichel; Gutfreind, 1995). Este processo fez com que o Brasil voltasse os olhos novamente para o Sul, frente à ameaça aos interesses da elite gaúcha.

Por fim, a República do Paraguai tenta se aproximar do Paraná, de Justo José Urquiza. A Confederação Argentina, entretanto, declina o Tratado de Limites proposto pela República guarani, que estabelecia que seu território iria até o Rio Bermejo e a região de Misiones seria da Confederação. Em resposta, o Paraguai estabelece relações com o Estado de Buenos Aires, em 1856, reconhecendo o Estado portenho a contragosto da Confederação Argentina. (Doratioto, 2022). Mas os conflitos dos paraguaios com seus vizinhos não se limitam aos beligerantes estados argentinos.

Ao longo deste capítulo compreendemos como se formaram os interesses nas bacia do Prata e o uso de determinadas estratégias políticas, jurídicas e científicas na afirmação territorial. Muitas das estratégias se formaram no período colonial. É justamente no período independente que estas estratégias se consolidam e atualizam à luz dos novos critérios disciplinares que surgiram no período moderno. É a partir desta perspectiva e neste contexto que, no próximo capítulo, olharemos para as estratégias utilizadas nas disputas de representação pelo Império do Brasil e a República do Paraguai.

⁶⁵ O Pacto Liberal, buscava fundir os historicamente beligerantes partidos Blanco e Colorado. Inspirado no manifesto de André Lamas, um dos signatários dos cinco tratados, fundamentava-se no sentimento de injustiça que os tratados com o Brasil causaram. A identidade uruguiaia, por um breve período, vai estar associada a este sentimento (Ostria, 2012).

CAPÍTULO 3 - A ORDEM DAS REPRESENTAÇÕES: TERRITÓRIOS BRASILEIROS E PLATINOS NAS DISPUTAS DE REPRESENTAÇÃO EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Neste capítulo serão discutido algumas disputas de representação antes e durante a Guerra contra o Paraguai: inicia-se discutindo a disputa entre o Brasil e o Paraguai pela navegação do rio da Prata através do texto *De la manera como se han cruzado las razas y se ha formado la población en la América Española*, do historiador e estadista uruguaio Alejandro Magariños Cervantes publicado no jornal oficial paraguaio *Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles*⁶⁶; em seguida se discute as disputas de representação do território entre o rio Apa e o rio Branco entre os deputados brasileiros e os editores do *Semanario* numa republicação deste periódico de uma matéria do *Jornal do Commercio*; e, por fim, discute-se os usos das representações de indígenas como forma do Brasil de legitimar a Guerra contra o Paraguai nas obras de Alfredo D'Escragnolle Taunay através de seus três textos: *Scenas de Viagem*⁶⁷ (1868), *Relatório geral da comissão de engenheiros junto ás forças em expedição para a província do Matto Grosso* (1874) e, principalmente, *Entre os nossos índios* (1931). Após estas discussões, faz-se uma breve análise das representações e apropriações feitas pelos povos indígenas representados por Alfredo d'Escragnolle Taunay.

3.1 - Disputas Brasil-Paraguai pela Navegação no rio Paraguai

Ainda em 1856, Paraguai e Brasil iniciam uma série de contendas relativas à navegação do rio Paraguai. Devido aos obstáculos impostos por Carlos Antonio Lopez ao Império, a Corte ameaça o país guarani de guerra. Percebendo sua desvantagem no contexto platino e ainda despreparado para uma guerra, Lopez propõe ao Império um acordo de livre-navegação no rio Paraguai. A Convenção de 1856, com vencimento previsto para 1862, era um recurso dos Estados para ganhar tempo: o Paraguai precisava se armar e o Brasil buscava resolver os problemas que surgiram com o aparecimento do Estado de Buenos Aires. Não obstante o acordo referente à navegação no rio Paraguai, os dois países aproveitaram a oportunidade para tentar resolver o problema referente à soberania sobre os territórios entre os rios Apa e Branco - processo inconcluso, entretanto, devido à não concordância quanto às delimitações propostas pelo Rio de Janeiro e por Assunção. Enquanto o Brasil reforçava a posição de uso do Princípio de *uti possidetis* proposta no início do século, como já vimos anteriormente,

⁶⁶ Obtido na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Vide nota 68.

⁶⁷ Obtidos na Biblioteca Digital Curt Niemandaju. “[...]A Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, um espaço destinado a promover o intercâmbio de idéias entre profissionais dedicados ao estudo das línguas e culturas indígenas da América do Sul e a oferecer, ao público interessado, informações atuais sobre pesquisas nesta área.” (Biblioteca Digital Curt Niemandaju, s. d., s. p.).

Carlos Lopez retomava a posição de Gaspar Francia que estabelecia os limites conforme o Tratado de Santo Ildefonso (Doratioto, 2022). Este problema se reflete, inclusive, na opinião pública.

É interessante observar como um jornal⁶⁸ oficial paraguaio como o *Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles*⁶⁹ buscava legitimar o discurso sobre as fronteiras perante a opinião pública. Nos últimos meses de 1856, o jornal publicou uma série de atualizações sobre a questão de limites em documentos oficiais de ambos litigantes, na íntegra - cheios de comentários ferinos e ressentidos dos editores, diga-se de passagem. Mas não só isso. Concomitantemente aos documentos oficiais, foi publicado um texto que narrava a história da colonização espanhola da América até as independências no Prata, em edições não consecutivas - muitas vezes em função da urgência temática, normalmente polêmica, referente às negociações dos limites.

De la manera como se han cruzado las razas y se ha formado la población en la América Española, não era uma produção própria do jornal, se não uma reprodução do texto do estadista e historiador uruguaio Alejandro Magariños Cervantes⁷⁰. Publicado

⁶⁸ As consultas aos periódicos utilizados no presente trabalho foram feitas na Hemeroteca Digital buscando pelos termos “misiones”, “guarani” e “indígena” para que, a partir disso, pudesse-se compreender até que ponto o passado indígena tinha ecos na identidade nacional paraguaia e de que forma o Paraguai se apropriava destes discursos em favor da defesa dos seus interesses territoriais. A Hemeroteca Digital Brasileira é um portal de periódicos que oferece consulta *online* de publicações periódicas nacionais e estrangeiros - jornais, anuários, revistas, boletins *etc.* - publicados desde o começo do século XIX até a atualidade (Biblioteca, s. d.). Ao trabalhar se trabalhar com fontes periodísticas se teve alguns cuidados ao longo do nosso trabalho. Se bem, não foi possível fazer uma pesquisa serial das fontes, conforme se recomenda, teve-se o devido cuidado para não se superinterpretar a fonte justamente ao olhar o contexto de inserção das notícias, conforme foi sendo feitos ao longo do trabalho (Elmir, 1995).

⁶⁹ Consultado na Hemeroteca Digital. Segundo Capdevilla, “A imprensa paraguaia era recente, de leitura árida e totalmente subordinada ao poder. Impressa nas gráficas do Estado, era redigida em castelhano pelo comandante do governo e seus colaboradores próximos. Sob Francia (1811-1840), não existia. Carlos Antonio López, presidente de 1844 a 1862, fundou-a no bojo de sua política de modernização. Criou o primeiro hebdomadário El Paraguay Independiente (1845-1852), seguido em 1853 por *El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles*. O órgão do Estado era simultaneamente um boletim oficial e uma tribuna do poder, ao mesmo tempo que oferecia, aos leitores, uma crônica da vida de Assunção.” (Capdevilla, 2007, p. 12, grifo nosso).

⁷⁰ “Magariños Cervantes 2 nació en 1825, en la ciudad de Montevideo. Fue poeta, narrador, ensayista y periodista, a la vez que abogado, fiscal, docente (catedrático de Derecho Natural), cónsul en Buenos Aires, ministro, senador y rector de la Universidad de la República (1878-1880). El editor vivió en Río de Janeiro y en varias ciudades europeas, donde publicó la mayor parte de su obra, como la Revista Española de Ambos Mundos- impresa por el establecimiento tipográfico de Mellado- que apareció simultáneamente en Madrid y París entre 1853-1855. *En esta última ciudad fue donde Magariños Cervantes dio inicio a una colección de escritores americanos, llamada Biblioteca Americana, en la que se pensaba incluir obras históricas, científicas, filosóficas y literarias (novelas, leyendas, poesías)*. Así, el propósito era estimular el interés de los lectores con una oferta tentadora de autores.

En 1854, Magariños Cervantes publicó Estudios históricos, políticos y sociales sobre el Río de la Plata, primer libro de investigación histórica sobre Uruguay que no solo introduce al gaucho de manera reivindicativa, sino que lo incorpora en la tradición literaria uruguaya a la vez que crea una épica nacional con el canto a lo nativo. Esas cuestiones, en palabras de Ángel Rama, lo convirtieron en el escritor que modela e institucionaliza el romanticismo con su Álbum de poesías (1878), acuñando el prototipo de la novela histórica con Caramurú (1850) y la leyenda poética con Celiar (1852).

Reconocido por sus coetáneos, Juan Pivel Devoto (1963) rescata, como elementos que distinguen su personalidad, la concepción americanista de sus temas, la honradez con que trabajó para dar a las letras un

originalmente em 1854 na *Revista Española de Ambos Mundos*, o texto discorre sobre diversas temáticas que destacam a experiência missioneira, o levante comunero de 1717 do Paraguai (apesar de não usar esse termo para nomear o movimento) e antagonizam o Império Português e sua política territorial, bem como a fraqueza da Coroa espanhola ao aceitar os termos do Tratado de Madri, entregando os indígenas missioneiros à sorte dos barbáricos bandeirantes (Semanao, 1856, n. 147). Destaca-se principalmente a crítica às ações dos bandeirantes (chamados *mamelucos*, pelos espanhóis) contra as missões jesuíticas, considerados pelo autor como a justificação para o Império português reivindicar o Princípio de *uti possidetis*.

Se bem não parecia haver uma imediata identificação entre a identidade nacional paraguaia e as identidades indígenas - expresso inclusive num certo rechaço no período da presidência de Carlos Antonio Lopez pelos povos indígenas, proibindo o ensino do guarani nas escolas já que o castelhano era a língua da modernidade (Capdevilla, 2007) - , a língua guarani foi fundamental na articulação, no recrutamento e na identificação das tropas com as reivindicações do Estado-Nação paraguaio durante a Guerra contra o Paraguai (Toral, 2001; Capdevilla, 2007). Mas parece que a partir do momento em que a retórica do passado indígena passa a legitimar os intentos territoriais do Paraguai, as coisas começam a mudar. A reprodução de uma narrativa histórica que vincula a noção de nação de origem hispano-americana com o passado indígena, como a realizada por Magariños Cervantes, expressa bem isso. Ainda assim, a relação com o passado guarani parece guardar uma quebra com a atualidade do século XIX. Parece ser um guaraní transcendental, ocidentalizado, apenas sustentado na língua e nada mais. Pedimos licença à leitora para reproduzir um trecho mais ou menos longo do texto de Magariños Cervantes, mas que representa bem esta relação ambígua entre a atualidade dos países hispano-americanos independentes do século XIX e o passado indígena, missioneiro e comunero. Segundo o autor,

Robertson, Rainal, Dobias, Humboldt, hasta sus mas encarnizados enemigos ó desafectos á su sistema [das missões], no pueden negar el inmenso bien que, hicieron [os jesuítas] a los indígenas; y el mismo Azara que a veces se muestra tan hostil contra ellos, ya hemos visto como se expresa.

No ignoramos que ese sistema y las instituciones en que se apoyaba, tan útiles en su origen, han impedido despues el progreso intelectual de los mismos pueblos arrancados a la barbarie y á las selvas; que los indios no gozaban de una verdadera libertad, ni se confundía con la población española; que a su sombra las ordenes religiosas se enseñoreaban de territorios tanto may estersos que el de la metrópoli, y se reciban dentro del estado una especie de repúblicas independientes gobernadas por ellos esclusivamente: todo eso es cierto, si, pero si se considera los males que

acento nacional y el hecho de haber divulgado en un escenario europeo los rasgos más salientes de la vida de estos pueblos. No obstante, la Biblioteca Americana se constituye como la muestra concreta en donde estas cuestiones se presentan de forma evidente.” (Valinoti, 2020, pp. 3-4, grifos nossos)

evitaban, la facilidad con que suavizaban las costumbres y no rigeraban a sus neófitos, el respeto que les inspiraban hacia el Soberano y sus representantes al extremo de unir siempre la idea de Dios a la del rey; las ciudades y los pueblos que han fundado; la prosperidad y asombrosa riqueza que brotaba donde quiera que ellos se fijaban, y en fin, su grande influencia en la estabilidad de la conquista y en marcha de la civilización, se comprendera que aquella medida del modo brusco e inesperado como se tomó y llevo efecto, no podían menos de ser imprudente [?], desconcertada y perjudicial a los intereses de las colonias y de la madre patria, como lo ha demostrado la esperiencia.

Quien puede decir hasta donde se extendió su influjo en las ultimas clases y cuanto contribuyó al Triunfo del gran levantamiento de 1810! (...)

Si, 1767 es el relámpago que ilumina el abismo donde inevitablemente va á hundirse convertido en polvo el trono americano de los Reyes Catolicos. A su rojiza claridad la tierra parece color de sangre, y un rumor sordo y amenazante, anuncia la proximidad de la tormenta que bate sus alas desde el Plata hasta los confines de Méjico y las cierne sobre su dilatado horizonte como un buitre hambriento sobre su presa tremula y palpitante. Brilla 1810, y Buenos Aires, la vencedora de los ingleses, la mas fiel e indomable de todas las hijas de España, Buenos Aires se rebela, jura parecer o triunfar en la demanda, se pone al frente de su nueva cruzada, y lleva su bandera emancipadora á todas partes. Todas las ciudades y pueblos del resto de America caen, se pierden y “reconquistan una vez y otra por los desendientes de Cortes y de Pizarro (...)” (Semanario, 1857, n. 1, p. 4, grifos nossos)

Como é possível notar parece haver uma certa reverência ambígua às missões jesuíticas. Ela é refletida, por um lado, na importância do projeto civilizatório encetado pelos missionários através da catequese dos indígenas (“*No ignoramos que ese sistema y las instituciones en que se apoyaba, tan útiles en su origen, han impedido despues el progreso intelectual de los mismos pueblos arrancados a la barbarie y á las selvas*”), por outro, parece haver uma concordância com o discurso republicano vigente que associava a monarquia a um certo retrocesso (“*el respeto que les inspiraban hacia el Soberano y sus representantes al extremo de unir siempre la idea de Dios a la del rey*”).

Considerando-se o contexto de publicação, conforme observamos, era dos interesses uruguaios e paraguaios esse antagonismo alimentado pelo texto. Do lado uruaio, os ressentimentos causados pelos Tratados assinados com o Brasil, fundamentam a produção de um texto como esse para legitimar o processo de ocupação das fronteiras com o Brasil e alimentar o sentimento nacional antibrasileiro no Uruguai. Do lado paraguaio, a reprodução do texto busca legitimar o domínio sobre o território contestado.

Ao associar o passado indígena com as identidades hispano-americanas e destacar o “extremismo” monárquico, Magariños Cervantes atacava o Império por duas frentes: questionava tanto os interesses territoriais quanto a política de d. Pedro II. Desta forma, foi se delineando um campo de disputas além do campo diplomático, refletindo-se justamente nas representações das reivindicações territoriais.

3.2 - A “Guerra” do Pán de Azúcar: disputas territoriais entre Brasil e Paraguai pelo Mato Grosso Meridional

Em outra frente, o então plenipotenciário Solano Lopez, em viagem oficial pela Europa, encomendou a produção de um mapa que se configurava em um novo lance nas disputas de representação pelas fronteiras da República guarani com o Império. É possível entender um pouco melhor os interesses territoriais do Paraguai na região entre o rio Apa e o rio Branco a partir do estudo corográfico de Eugène Cortambert, secretário-geral da *Société Geographique de France*, feito a partir de “notícias” de Lopez.

Este mapa, muito próximo do mapa de Félix de Azara (vide mapa 3), tem uma pequena adição: a região de “Pán de Azúcar”, entre os rios Apa (Corrientes, no mapa de Azara) e Branco (vide figuras 5 e 6). Ainda que sob o risco de cairmos no discurso historiográfico tradicional do “expansionismo paraguaio”⁷¹, sugerimos que esta região parecia ser o pivô dos interesses territoriais dos Lopez. Apesar de não ter tantos povos indígenas descritos como no mapa de Azara, eles seguem presentes neste mapa, novamente colocando os Mbayá (Guaicuru) sob tutela paraguaia. Ambíguo, no entanto, visto que os guaicurus eram inimigos históricos dos guaranis (Corrêa, 2001), estes últimos que, como vimos, começam a ser evocados no discurso oficial paraguaio como atinente à identidade nacional. Entretanto, veremos neste subcapítulo que o recurso aos Mbayás vai ser utilizado como uma das formas do discurso oficial paraguaio para desestabilizar o discurso imperial.

O principal interesse na região entre o rio Apa e o rio Branco era justamente a expansão da produção de erva-mate. As disputas por este território remontam, como grande parte dos litígios de fronteira da bacia do Prata - conforme já vimos anteriormente - , ao período colonial. Inicialmente parte das Missões do Itatim (vide mapa 5), este território foi justamente muito utilizado pelos jesuítas na produção ervateira. Inicialmente proibida pelos inacianos, a erva-mate foi um meio que os missionários encontraram de manter os indígenas nos aldeamentos. Além disso, os padres jesuítas também viram o potencial comercial da planta no Alto-Peru, então, conseguiram licença para exploração e comércio ervateiro no Prata. Como o uso da prata de Potosí era proibida como unidade de troca, o “peso-hueco”, baseado no mate, assumiu relevância, junto com o algodão, como moeda na região do Prata. Esta cultura

⁷¹ Já existem alguns trabalhos interessantes criticando a historiografia tradicional da Guerra contra Paraguai sobre os interesses expansionistas de Solano Lopez que buscava estabelecer, com a Guerra, um “Paraguai Maior” ou um “Grande Paraguai” que abrangeria todos os territórios missioneiros, indo da Bolívia até o Prata, como motivo da Guerra contra o Paraguai. Estes termos parecem antes uma convenção dos memorialistas e dos primeiros historiadores da Guerra, do que uma verdadeira motivação, carecendo de fontes que sustentem esta afirmação (Silva; Paula, 2011). Entretanto, conforme foi dito antes, vale destacar que a identidade ligada ao passado guarani parece desempenhar importante papel nas reivindicações paraguaias deste período e ainda mais no desenvolvimento do sentimento patriótico durante a Guerra. (Capdevilla, 2007; Toral, 2001)

garantiu um comércio rico e rendeu importante lucro ao Paraguai até meados do século XVIII, em que principalmente os jesuítas dispunham, nas missões, de mão de obra para plantar, colher, transportar e comercializar o produto dos seus imensos ervais. Enquanto isso, os proprietários “independentes” de Assunção exploravam o mate na parte meridional da Serra de Maracaju, a partir da vila de Curupaity (vide mapa 5) (Silva, 2004).

Com a expansão bandeirante que atacou o território do Itatim, a descoberta de ouro em territórios luso-americanos e a alta demanda por gado bovino e muar na região mineira - além da esperança de encontrar mais ouro nos sertões americanos - ; as bandeiras paulistas voltaram a se espalhar rumo aos territórios do atual Mato Grosso do Sul. Ao atacarem as missões, pretendiam explorar espaços para garantir o atendimento às demandas mineiras. Além disso, buscavam desestabilizar o comércio na região. Mas o projeto bandeirante de estabelecer vacarias não vingou - por muitos motivos, de peste à má colheita, além do seu isolamento. Em 1767, os paulistas tentaram estabelecer um forte em Iguatemi, na margem esquerda do rio Paraguai, empreendimento fortemente reprimido, por ameaçar os interesses da elite ervateira. Em 1773, Agustín Pinedo estabeleceu a cidade de Concepción na mesma margem. Com o fracasso desse empreendimento à margem esquerda do rio Paraguai e a ameaça de Concepción, o Governador de Mato Grosso à época, Melo Pereira e Cáceres, estabelece, em 1775, a Fortaleza de Nova Coimbra no Fecho dos Morros (conhecido como Pão de Açúcar pelos espanhóis) à margem direita do rio Paraguai - região que passou a ser ocupada pelos guaicurus após a expulsão das missões do Itatim - , estabelecendo em suas cercanias, aldeias guaná, terena e kinikinau (Silva, 2004).

A expansão europeia pelo vale do Paraguai não aconteceu sem resistência de um dos povos indígenas que ali viviam: os mbyá-guaikurú. Segundo Corrêa, Azara coletou um relato sobre a origem dos mbyá-guaikuru, segundo a religiosidade deste povo:

Deus criou no princípio numerosas nações, não se contentando em criar apenas um homem e uma mulher, espalhando-os por toda a face da terra. Somente então pensou em criar o Mbayá e sua mulher. Como já não existia terra disponível, chamou o pássaro cara-cará para dizer aos Mbayá que lamentava não poder atribuir-lhes terras, impondo aos seus descendentes o destino de andar errantes sobre o território de outras nações indígenas, guerreando sem descanso, sacrificando seus adversários adultos e preservando mulheres e crianças para aumentar a sua própria população. (Corrêa, 2001, p. 28)

Oponentes históricos dos guarani, os guaicuru (nome genérico dado pelos guarani aos caçadores-coletores pertencentes à família linguística Mbayá, que viviam a oeste do rio Paraguai) frequentemente desconfiavam dos espanhóis devido aos seus intentos expansionista no vale do Alto Paraguai e suas frequentes traições. Vindos do Chaco se estabelecerem na

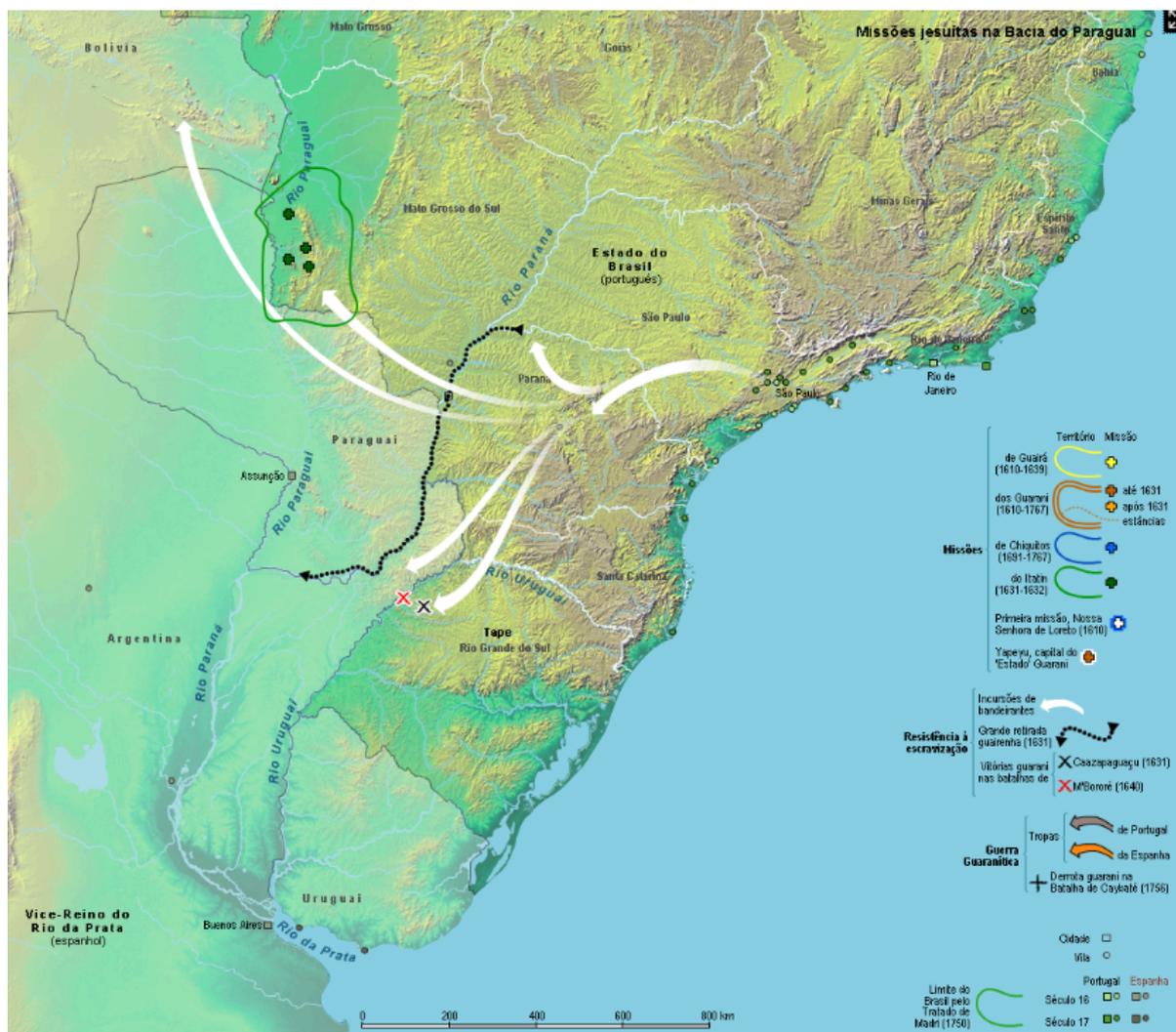
região entre os rios Apa e Branco, os mbayá-guaikurú estabeleceram uma fronteira lindeira entre as colônias ibero-americanas, frequentemente entrando em contendas com os colonos ibéricos de ambas Coroas que ali tentavam se estabelecer - inclusive tendo sido autores de um suposto massacre no forte Coimbra, em 1778 (Corrêa, 2001).

Corrêa ainda continua falando das relações entre os mbayá-guaikurú e os demais povos da região:

A supremacia dos novos senhores dos Pantanaís, instalando um verdadeiro território tampão entre as minas de Cuiabá e o pólo irradiador da expansão espanhola que foi Assunção, começou a surgir de maneira clara com o estabelecimento de relações estratégicas com os Guaná, que percorreram a mesma rota migratória do Chaco para a região pantaneira em meados do século XVIII (outras tribos também participaram desse processo, como os Terena, os Layana, os Kinikináo e os Exoalodi). Estabeleceu-se então uma estreita relação de dependência dos Guaná aos Guaikurú. Na prática, os Guaná, suas roças e colheitas ficavam sob a guarda e proteção militar dos índios guerreiros, relação que aos olhos do europeu conquistador, espanhóis e portugueses, aproximavam-se da vassalagem e da servidão. (Corrêa, 2001, p. 30)

Assim, por mais que fosse um povo que impunha dificuldade ao estabelecimento luso-espanhol na região do Alto Paraguai às Coroas ibéricas, os mbayá-guaikurú eram estratégicos, conforme vimos, para garantir a manutenção das fronteiras na região. É justamente devido à desconfiança com os espanhóis que os mbayá-guaikurú, vão se aproximar dos portugueses, não sem desconfiança, como vimos (Côrrea, 2001). Estas relações com os indígenas vão se refletir posteriormente na retórica das reivindicações territoriais entre Brasil e Paraguai.

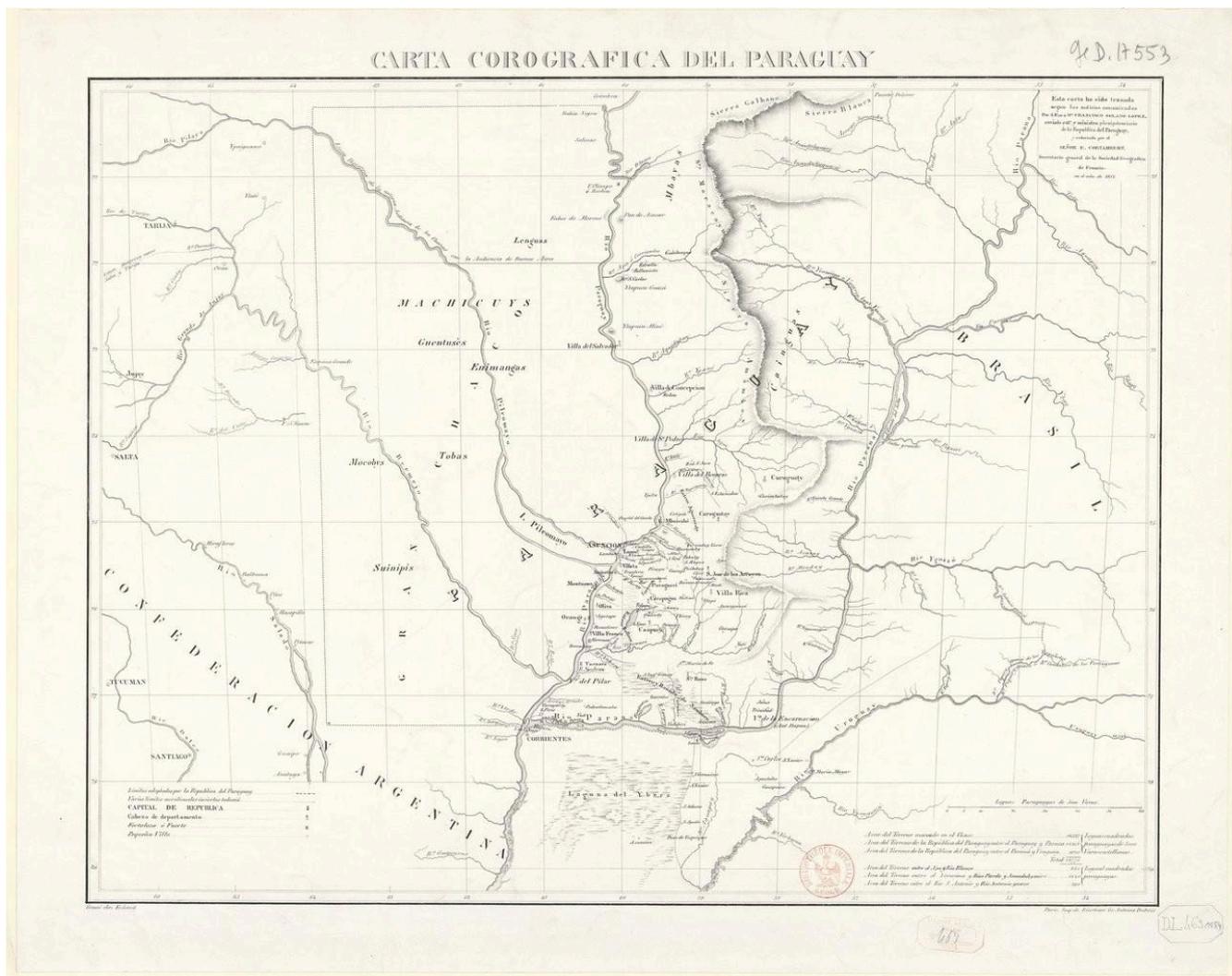
Mapa 5 - Missões do Itatim (em verde)



Fonte: Atlas Histórico do Brasil-FGV (2023). Disponível em:

<https://atlas.fgv.br/marcos/igreja-catolica-e-colonizacao/mapas/missoes-jesuítas-na-bacia-do-paraguai>. Acesso em: 6 dez. 2024.

Mapa 6 - Carta corografica del Paraguay, de Solano Lopez e Eugène Cortambert (1854)



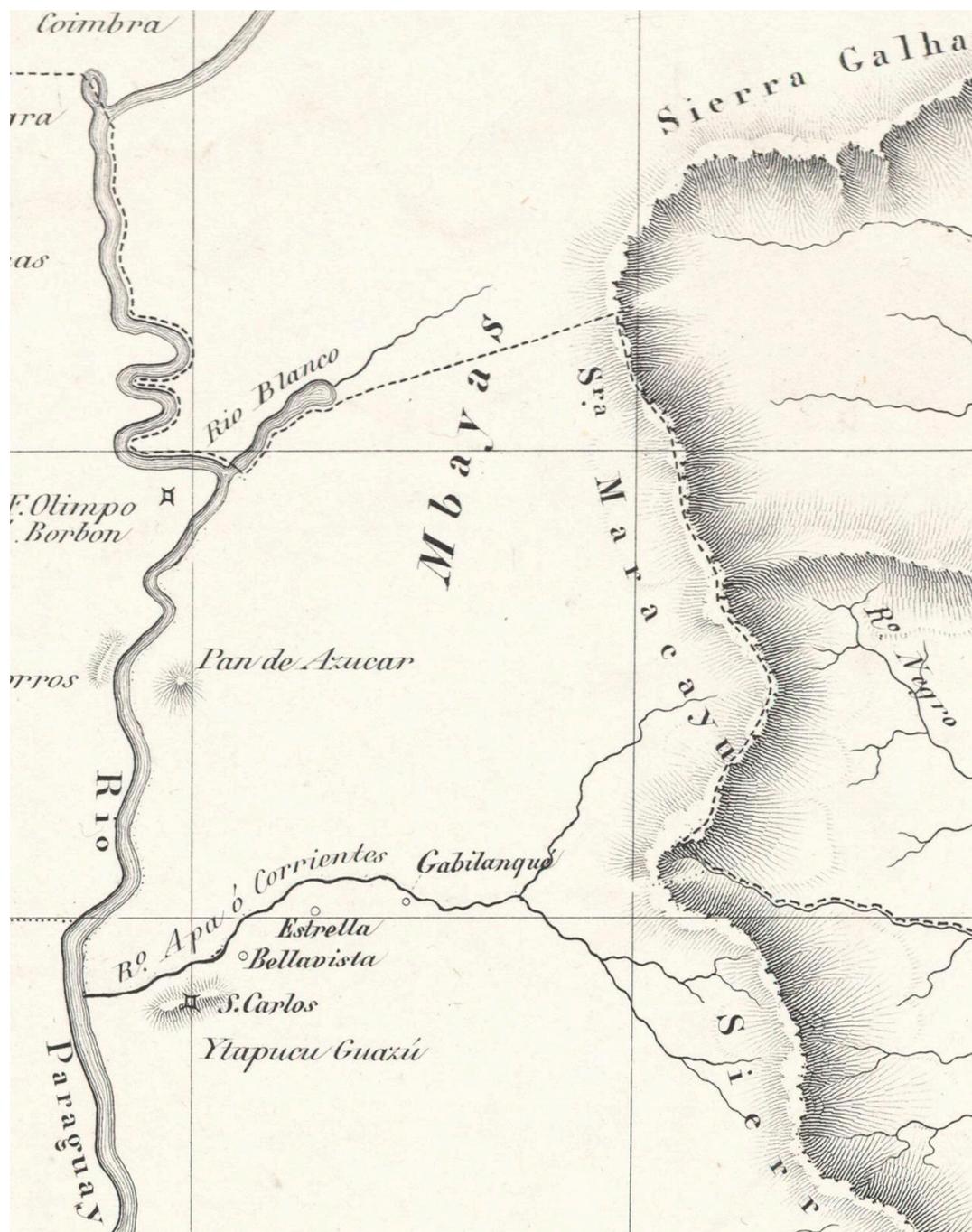
Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Bibliothèque nationale de France, 2014. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84951703/f1.item.r=paraguay%20lopez.zoom#>. Acesso

em: 19 nov. 2024

Mapa 7 - Detalhe do mapa “Carta corografica” (1854). À oeste, o rio Paraguai; na margem leste, o Pán de Azúcar; ao sul, o rio Apa; ao norte, o rio Branco.



Fonte: Bibliothèque nationale de France, 2014. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84951703/f1.item.r=paraguay%20lopez.zoom#>. Acesso

em: 19 nov. 2024

Estas disputas retóricas podem ser vistas em publicações do *Semanario de Avisos y Acontencimientos* (Semanario, 1855, n. 124, pp. 2-4), em que o jornal, reproduziu⁷² - e encheu de notas ferinas - uma publicação do *Jornal do Commercio*⁷³ (Jornal do Commercio, 1855, n. 204, p. 6). Nesta publicação consta uma discussão na Câmara de Deputados do Império, em que teria havido uma disputa entre brasileiros e paraguaios no começo de 1855, à qual o *Semanario* se opõe. Segundo este periódico, no começo do ano os soldados do forte de Arrecifes teriam reprimido a ação de brasileiros e “selvagens” que tentavam roubar gado e cavalos. Ao conversar com o comandante brasileiro de Concepcion, Pedro Silva, ele teria afirmado que se tratavam de indígenas “alzados, y que entre ellos, andaban algunos brasileros ladrones” (Semanario, 1855, n. 124, p. 2). Segundo o *Semanario*, referindo-se ao texto do *Jornal do Commercio*, o Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, teria entrado em conflito no forte de Coimbra com forças paraguaias. Ao referir-se aos guaicurús como estas hordas de selvagens que seriam aliados brasileiros, o presidente da sessão, Marquês do Paraná, discute com o deputado Silva Ferras sobre a questão:

El sr. Ferras, Sr. Presidente oí, con toda atencion al noble Presidente del consejo, y le pido permiso para discordar de la primera parte de sus discurso, por que juzgo que contiene un principio anti parlamentario contrario al sistema que nos rige.

Conforme con la esposicion, que hice no procuré indagar el estado de cualquier negociacion, que pueda pender entre el gobierno del Brasil y el del Paraguay: mi pregunta, y las informaciones que pedí, versan sobre un hecho, que creo que el noble Ministro mismo confiesa ser de notoriedad pública.

El sr. Presidente del consejo. No es confesion.

El sr. Ferras, Si pues versan sobre un hecho de notoriedad pública, si versan sobre un hecho interamente independiente de la marcha de cualquiera negociación, nadie podrá negar *el derecho, y la competencia de la Cámara de procurar saber la verdad de un tal hecho*. Sentí, Sr. Presidente, que el noble Ministro fuese mas adelante de lo que tal vez desease ; en la parte que dice relacion á la Nacion Guaicurús, me parece que el noble Ministro se aparto de esa línea política, que otros Estados nunca dejan de seguir. Los guaicurús no son esas hordas tan selvages. que el noble Ministro acaba de describir. Los Guaicurús tienen al derredor de diferentes Presidios nuestros sus poblaciones, ó aldeas, comercian con nosotros.

El sr. Presidente del consejo. No son esos Guaycurús: está engañado.

El sr. Ferras: *Es verdad, que ellos, en cierto tiempo del año procuran el gran Chaco: pero nadie puede negar, que hacen parte de nuestra nacion: habitante de nuestro territorio.*

El sr. presidente del consejo. *No constantemente.* (Semanario, 1855, n. 124, p. 3)

⁷² Utilizamos a reprodução porque, ao compararmos com a edição em que consta o texto no *Jornal do Commercio*, percebemos que o *Semanario* publicou o texto na íntegra. Cfr. *Negocios do Paraguay. Camara dos Srs. Deputados. Jornal do Commercio, 1855, n. 204, p. 6.* Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&Pesq=%22azara%22&pagfis=8837. Acesso em: 6 dez. 2024.

⁷³ “*Jornal carioca diário fundado em 1º de outubro de 1827 por Pierre René François Plancher de La Noé. Mantendo em seu título a grafia original Jornal do Commercio, é um dos mais antigos órgãos de imprensa da América Latina ainda em atividade. Durante toda a sua existência, pautou-se por uma orientação conservadora.*” (Leal; Sandroni, 2009., s. p.).

Aqui, vê-se claramente uma disputa pelo estatuto dos guaicurús. Por um lado, os deputados brasileiros afirmando a brasilidade destes povos indígenas, ao morar no arredores das fortalezas brasileiras de fronteira. Por outro, os editores do *Semanario* expressam sua posição em comentários como:

(d) Esto es advertible al Ministro, que habia, hecho mal en confesar una verdad, cual es, de que los Indios, que se muestran sobre la derecha del Apa son hordas nomadas, que no pueden servir para alegar posesion : el Sr. Ferras quiere, que valga lo que el Sr. Pimenta Bueno nos presentaba, como poblacion Bresilera: el Minitro, como se verá higo lo que puda, para enmendar la plana.

(e) Y tendrá valor el Señor Marquez, de decir al noble Diputado Ferras, que no sabe la historia? El Senor Marquez del Paraná es el quo no sabe jota, pues que ignora una cosa tan sabida, como cea de que los Guaicurús vinieron hasta las Puertas de la Fortaleza, á romperlos con hachas (Semanario, 1855, n. 124, p. 3)

Nesse sentido, o Paraguai se valeu de táticas análogas às brasileiras para se apropriar do território: fez representações codificadas em mapas e jornais - e provavelmente em outros meios que não foram possíveis avaliar no presente trabalho - sobre aqueles territórios e populações de que e quem considerava ser soberano, sobre as quais acreditava ter controle sobre.

Assim, o litígio sobre o território entre os rios Apa e Branco, seguiu sem solução, produzindo uma série de problemas fronteiriços que não se resolveriam até depois do fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em 1872 (Doratioto, 2022). Nesse sentido, o recurso brasileiro ao Princípio de *uti possidetis* era estratégico, bem como a afirmação dos indígenas enquanto brasileiros. Mas, como se pode ver, a imprecisão dos discursos podia abrir precedentes para contestação de atores internacionais.

De qualquer maneira, mesmo a opinião pública apoiava o recurso ao *uti possidetis*, defendendo a necessidade de se mensurar as regiões fronteiriças a fim de definir os limites com o Paraguai. Em 1860, preludiando o problema de fronteiras com a República do Paraguai que estava por ressurgir com a aproximação do término da Convenção de 1856⁷⁴, os escritores do *Jornal do Commercio*, na seção “Exterior”, defendem o envio de uma comissão de engenheiros a fim de realizar mensurações que colocassem um fim no problema fronteiriço com o país guarani⁷⁵ (Jornal do Commercio, 1860, n. 272, p. 2). Retomando

⁷⁴ Devido à dificuldade de navegação no rio Paraguai, principal via de acesso do Império à província do Mato Grosso, imposta por Carlos Antonio Lopez, o Brasil faz uma ameaça de guerra. Os Lopez, em desvantagem e buscando ganhar tempo para armarem o país, propõem uma Convenção de Livre Navegação, assinada em abril de 1856 com vencimento para 1862. Entretanto, o litígio entre os dois países procede sobre a delimitação do território que vai dos rio Apa ao rio Branco e, mesmo com a Convenção assinada, a República do Paraguai segue dificultando a navegação do rio homônimo. (Doratioto, 2022)

⁷⁵ Paraguay. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 272, 1 out. 1860, p. 2. Seção “Exterior”. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_05/1137. Acesso em: 12 nov. 2024.

políticas do período colonial, a Coroa reivindicava o Princípio de *uti possidetis* como artifício estratégico aos seus interesses territoriais. O uso de aldeamentos, presídios e colônias militares para estabelecer povoados em regiões fronteiriças, bem como o uso de engenheiros e agrimensores para estabelecer estudos que definiam os limites, figuravam como estratégias da política territorial do Império para embasar jurídica e cientificamente o Princípio, dando legitimidade ao discurso imperial perante a opinião pública interna e externa.

Em fevereiro de 1862, uma incursão de 60 ou 70 paraguaios e, com a morte de Carlos Antonio Lopez em setembro do mesmo ano, a ascensão de Solano Lopez, deteriorou ainda mais as relações Brasil-Paraguai (Doratioto, 2022).

O impasse do sistema político monárquico num continente republicano, bem como sua origem lusa, impunha um obstáculo às políticas territoriais da Coroa brasileira e seu território por meios como o *uti possidetis*. Para fundamentar, o Império se valeu de estratégias diversas, nomeadamente: o uso de estudos corográficos, normalmente feito por engenheiros que usavam de artifícios descritivos, como características físicas da geografia, das pessoas e da natureza de determinada região ou território, a fim de garantir legitimidade científica sobre o terreno reivindicado (Kodama, 2009); e o povoamento através do estabelecimento de aldeamentos, colônias militares, presídios e fortalezas em regiões de fronteira (Amoroso, 2014).

Conforme já observamos ao longo deste trabalho, o recurso dos Impérios ao uso de engenheiros e agrimensores em missões de delimitação territorial figurava como um importante recurso retórico de apropriação dos territórios desde o período colonial, principalmente na América portuguesa e, posteriormente, no Império do Brasil. Os estudos corográficos produzidos por engenheiros como Cunha Matos (Kodama, 2008) e Henrique Beaurepaire-Rohan, visconde de Beaurepaire-Rohan, (Sousa, 2024) serviram de paradigma para um processo de apropriação do território através das suas formas de descrever e classificar o espaço geográfico, suas populações e climas (Kodama, 2008). Assim, veremos a seguir como as formas de descrever, classificar, hierarquizar e, fundamentalmente, representar os espaços e os indígenas figurou como importante ferramenta colonial de apropriação e dominação dos territórios brasileiros pelo Império no período da Guerra contra o Paraguai através das representações feito por um de seus mais exemplares agentes: Alfredo d'Escagnolle Taunay. Era o Império encarnado no olho de um engenheiro.

3.3 - “O terena [...] aceita com dificuldade nossas ideias”: representações de povos indígenas por Alfredo D’Escragnolle Taunay durante a Guerra contra o Paraguai

Representar os indígenas neste contexto, figurava como uma das estratégias de garantir o controle sobre o território e afirmar a legitimidade de um país sobre seus domínios territoriais. Quando, em fins de 1864, o Império do Brasil e a República da Argentina intervêm na República Oriental do Uruguai de Atanásio Aguirre e a República do Paraguai, que havia se aliado a Aguirre, declara Guerra aos interventores (Doratioto, 2022), o Brasil já sabe a importância de mandar seus engenheiros e agrimensores para o *front*. Conforme vimos ao longo deste trabalho, estes agentes vão para o *front* não apenas para garantir suas fronteiras assim que a Guerra contra o Paraguai acabasse, mas, também, para legitimar seu discurso de Guerra e se apropriar do território.

No Relatório que a comissão de engenheiros produz constam informações sobre o clima, as longitudes e latitudes dos lugares por onde o Corpo Expedicionário passou, bem como descrições dos lugares, sejam físicas, sociais, econômicas ou culturais. Além disso, constam quantos soldados desertaram, quantos aderiram, quantos morreram - por enfermidades, brigas ou outros problemas - , bem como grande parte do itinerário. Participaram da comissão de engenheiros: José de Miranda da Silva Reis, chefe da comissão de engenheiros, tenente-coronel graduado do corpo do estado-maior de primeira classe; Antonio Florencio Pereira do Lago, capitão do Estado-Maior de primeira classe, ajudante; primeiros-tenentes de engenheiros José Eduardo Barbosa, e Joaquim José Pinto Chichorro da Gama, também ajudantes; segundo-tenente de engenheiro, João da Rocha Fragoso, também ajudante; e o nosso Alfredo D’Escragnolle Taunay, segundo tenente de artilharia e também ajudante. Partindo do Rio de Janeiro, os engenheiros chegaram por Santos à província de São Paulo, seguindo pela Estrada do Vergueiro até São Paulo, onde ficaram por sete dias. De lá, os expedicionários seguiram para Campinas, onde ficaram por quase dois meses, onde rumores sobre a libertinagem do comandante do Corpo Expedicionário, Coronel Manuel Pedro Drago, levariam à sua demissão pouco antes do Corpo chegar ao seu destino em Miranda, no Mato Grosso meridional. O Corpo seguiu até Uberaba, onde somaram as forças de São Paulo às forças de Minas Gerais, seguindo em direção à província de Goiás para chegar finalmente ao Mato Grosso (Taunay, 1874).

Quando Alfredo D’Escragnolle Taunay - e os engenheiros - viaja pelo país, ele carrega, como vimos, os interesses e o olho do Império (Pratt, 1999). Nesse sentido, apesar de os estudos literários não encaixarem sua obra literária em nenhum movimento (ou escola) em particular (Paula, 2017), a sua obra científica, pelo menos, parece estar filiada aos esquemas,

concepções e codificações da representação indianista (Celestino de Almeida, 2010). Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, em *Os índios na História do Brasil*, no Império os povos indígenas eram normalmente representados de três formas: o “idealizado do passado”, do romantismo indianista; os “bárbaros dos sertões”, destinados ao extermínio violento; e os “degradados”, normalmente aqueles indígenas aldeados que estavam mais ou menos assimilados e eram tratados como preguiçosos e miseráveis (Celestino de Almeida, 2010).

A política indigenista no Império normalmente opunha duas perspectivas, a do “extermínio”⁷⁶ e a da “assimilação” - ou “civilização” - dos índios, como vimos (Carneiro da Cunha, 1992). É nesta segunda perspectiva que se insere a literatura nacional. Nela os indígenas apareciam desde o romantismo como um símbolo da nacionalidade brasileira: foram os primeiros ocupantes do futuro território nacional, portanto, os primeiros brasileiros. Esta perspectiva possibilitava construir uma representação que conectava a Nação brasileira com o seu passado - e com o seu território - através da presença indígena, repensando a presença portuguesa, sem, no entanto, negá-la. Os indígenas se transformaram neste símbolo da nacionalidade brasileira, da originalidade de ser brasileiro. Neste sentido, um poema épico como “A Confederação dos Tamoios”, de Gonçalves Dias, de 1856, narra uma guerra entre indígenas e portugueses, em que os indígenas são heróis que lutam contra os interesses comerciais lusitanos. Entretanto, não se negava a presença europeia - até porque sua influência era reconhecida nos valores e costumes da elite branca. É por isso que vemos no épico de Gonçalves Dias a aliança dos tamoios com os franceses. Além disso, os jesuítas são retratados como esse elemento benevolente e civilizado - e civilizador - dos portugueses (Dolhnikoff, 2021).

Por outro lado, José de Alencar, creditava à prosa um meio melhor para expressão literária de nacionalidade no Brasil. Como ele viveu um período em que a oposição aos portugueses era menos presente, Alencar elogiava o encontro entre os elementos branco e indígena, “em uma mestiçagem cultural que garantiria, ao mesmo tempo, a originalidade brasileira e a transmissão dos valores da civilização europeia” (Dolhnikoff, 2021, p. 72). Assim, o indígena do indianismo - e de certa memória - , é representando como este aliado

⁷⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen era um dos defensores desta perspectiva. Essa perspectiva fica clara no seguinte trecho: “A raça índia não tem a capacidade para reger-se. Ou porque sua natureza tenha menos aptidão para a civilização, ou porque está ainda muito longe disso, o que observo é que netos e bisnetos dos índios aldeados não dão de si cousa alguma, não adiantam nada. Portanto em consequência desta incapacidade ou dificuldade para chegarem à civilização resulta a necessidade de uma tutela: não pódem reger-se por, não tem sufficiencia para isso, não pódem estar independentes, e essa tutela tinham-na as aldeias nos seus directores... (...) Mas, se os considerarmos estranhos ao pacto social, se os reputamos uma nação forasteira que nos molesta e prejudica, temos todo o direito de conquistá-los, e não ha direito de conquista mais justo que o da civilização sobre a barbaria.” (Varnhagen apud Treece, 2008, p. 200)

devoto e leal, que não se confrontava ou fazia atos de rebeldia contra os portugueses. São características da escrita romântica que se apoiavam em relatos e descrições - principalmente de missionários - que normalmente reforçavam essas ideias. Uma leitura mais atenta destes textos, entretanto, permitiu aos historiadores perceberem justamente a agência dos atores indígenas: ao se aliarem faziam por vontade própria, por interesses, anseios e desejos próprios (Celestino de Almeida, 2010).

É justamente aos indígenas “degradados” e “bárbaros dos sertões” que se destinaria as políticas assimilacionistas - e, no segundo caso, às vezes ao extermínio. Os “degradados” eram aqueles indígenas aldeados que já estavam em contato com o Ocidente por longo tempo e que, apesar dos esforços pombalinos de assimilá-los, alcançaram o século XIX ainda tentando manter seus costumes, suas identidades e seus direitos coletivos. Esse “tipo”, era normalmente retratado como minoritário, miserável, miscigenado e preguiçoso. Já os “bárbaros dos sertões”, eram estes que frequentemente resistiam à presença colonial (como os mbayá-guaycurú), ocupando terras e se rebelando contra as novas leis. Estes indígenas “bravos” eram representados frequentemente como ameaçadores à raça branca. Exemplo disso, são os “botocudos” a quem D. João declara guerra, em 1808 (Celestino de Almeida, 2010).

Em *Entre os nossos índios* (1931), o filho de Alfredo Taunay, Afonso de Taunay, compilou uma série de escritos do seu pai, inéditos até então, em que constam anotações do período que esteve na fronteira durante a Guerra contra o Paraguai; um vocabulário da língua “*guaná* (ou *chané*)”; apontamentos de quando foi presidente da província do Paraná e esteve entre os “coroados de Guarapuava” e um vocabulário da língua *caingang* (Taunay, 1931). Para os fins da presente análise, iremos utilizar apenas a primeira parte deste texto, intitulado “*Entre os índios do Sul de Matto Grosso*”. Além disso, faremos incursões, quando necessário, pelo relato de viagem *Scenas de Viagem* (1868) e ao *Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província do Matto Grosso* (1874) de Taunay. Veremos que, em maior ou menor grau, as categorias elencadas por Celestino de Almeida (2010), aparecem na obra científica de Taunay.

O indígena “idealizado do passado” de Taunay, aparece na história de Pacalala. Se bem não era o indígena do passado, Pacalala era expressão de civilização e, ao se sacrificar por sua aldeia e pelos soldados brasileiros, morre em nome de um ideal (Taunay, 1931) - tal qual os cavaleiros medievais dos romances que Taunay lia na infância (Taunay, 2004, p. 58). Segundo Taunay, Pacalala era um indígena kinikinau trabalhador e que frequentemente fazia frente - dentro dos limites da lei - às injustiças dos cidadãos de Miranda que exploravam os

indígenas do aldeamento. Ao intervir por um velho kinikinau que recebia cachaça em troca de da realização de trabalho pesado para uma família de prestígio de Miranda,

propôz a substituição do trabalhador por outro mais valido.

Tomaria um moço o lugar e a faina do velho. Aceita immediatamente a proposta, com applauso do frade [Marianno de Bagnaia], e maior satisfação da interesseira e indigna autoridade, em Mirnda apresentou-se Pacalalá pondo-se á disposição do juiz de paz.

Facilmente, no entanto arranjava trabalho a 500 réis diarios! Com toda a constancia se manteve, durante os dous mezes do prazo, ás ordens do avido e inescrupuloso contractante, realisando, sem duvida alguma, serviço triplo ou quadruplo do que o velho e imprestavel indio a quem substituiria poderia ter feito. Findo o tempo do ajuste recebeu os quatro mil reis e deu-os de esmola a Frei Marianno para as obras da matriz. A aguardente levou-a a Flavio Botelho, cuja filha mais bella amava e pretendia desposar. (Taunay, 1931, p. 29)

Quando da retirada de Miranda para os “Morros” por ocasião do ataque paraguaio e a carestia que se seguiu, Pacalala reuniu um grupo de “trinta moços robustos e á sua frente marchou para Miranda” (Taunay, 1931, p. 32). Frequentemente eles roubavam gado e comida dos paraguaios para levar para as tropas, cidadãos de Miranda e indígenas aldeados. Numa destas incursões, Pacalala morre heroicamente quase como um heroi medieval - pedimos licença à leitora para citarmos uma descrição mais longa:

Avançando para a orla da floresta, collocou o joven kinikináu cada companheiro atraz de uma arvore grossa, a todos aconselhando a maior calma e demora em fazer a mais certa pontaria.

Estavam os paraguayos a pouca distancia, formados em linha, num descampado, assim os primeiros tiros dos nossos índios prostraram para mais de doze delles. Responderam com nutrida descarga, cujas balas apenas vararam troncos e cortaram galhada.

Recuaram os índios para o interior da mata. Perseguidos por uma companhia de infantaria acolheram-na por modo tal que a obrigaram ao retrocesso.

Multiplicava-se Pacalalá: em toda a parte, a exaltar o animo de cada combatente, procurando aproveitar os esforços e o crescente entusiasmo dos companheiros.

Mas, quando o inimigo, assustado, batia em retirada, carregando os feridos e mortos e certo de se haver batido, com uma borda inteira de endemoninhados, não pode o joven e heroico kinikináu, cantar vitória.

Ao pular de uma arvore para outra, atraz de cujo tronco ia abroquelar-se dos projectis, fulminou-o uma bala, no meio da testa.

Encheu. sua morte os companheiros de panico. Quando a noute cahiu, desapoderadamente fugiram todos. Apenas chegou a lugubre e infausta noticia aos aldeamentos dos Morros, immenso alarido levantou-se. As moças kinikináus cortaram logo os cabellos, á altura das orelhas, de si tirando qualquer enfeite ou joiazinha, segundo a praxe dos povos primitivos tambem corrente em sua tribu. (Taunay, 1931, p. 41)

Outro indígena idealizado por Taunay, é o capitão José Pedro. Em *Scenas de Viagem*, publicado em 1868, o nosso engenheiro-viajante se refere assim ao kinikinau: “Foi a reacção estrepitosa. Explicamos a razão de nossa chegada, e cercados, quasi em braços, no meio

d'aquella boa gente, fomos ter á casa do capitão José Pedro, que nos acolheu, não como chefe de índios, mas como um filho da civilização” (Taunay, 1868, p. 71). De cara, percebe-se a oposição que Taunay faz entre um “chefe indígena” e um “filho da civilização”, como esta técnica de representação que opõe o “ser indígena” ao “ser civilizado”, “ser brasileiro”. Mesmo que o indígena não pudesse ser considerado um súdito brasileiro, Taunay, através do exemplo de José Pedro, indicava quais eram os caminhos para civilizar, para abasileirar os indígenas da fronteira. Justamente por essa razão, a civilização dos povos autóctones estava em vias de realização através da obra dos missionários capuchinhos:

O capitão José Pedro de Sousa sabia ler e escrever; mantinha em sua aldeia severa disciplina; organisára uma escola de meninos, na qual figuravam os dous filhos e sempre se havia mostrado affeioado aos brasileiros, unindo-se com elle nas horas de infelicidade.

Era digno, debaixo de todos os títulos, de obter do governo imperial a confirmação do posto, que lhe fóra concedido pelo virtuoso missionario frei Marianno de Bagnaia, sob cujas vistas se educara, na aldeia dos Quinquinaos do Bom-Conselho, além do rio Paraguay. (Taunay, 1868, p. 72)

Como Pacalala, José Pedro também aparece morto nas descrições de Taunay. Este, entretanto, quase como um verdadeiro cidadão brasileiro, morre ao retornar de uma viagem à Corte, em 1868 (Taunay, 1931). Assim, vemos que justamente o indígena ideal, para Taunay - e para o Império - , são estes indígenas: o morto ou o assimilado. Segundo Taunay, estes indígenas não eram senão o fruto do projeto de civilização encetado pelo Brasil na região, portanto, havia uma missão digna de bom governo que se desenrolava ali e que o Paraguai colocava em cheque ao atacar os territórios brasileiros. Essa narrativa pode ser observada no seguinte trecho:

O aldeamento modelo no Baixo Paraguay era incontestavelmente o do *Matto Grande* ou do *Bom Successo*, perto de Albuquerque, onde os kinikináus debaixo da paternal e intelligente direcção do virtuosissimo missionario, Frei Mariano de Bagnaia, apresentavam os fructos valiosos da catechese bem inspirada (Taunay, 1931, p. 20)

É notável a forma como esse discurso se insere na trama da Guerra contra o Paraguai. Ora, tão mais avançada estava a civilização indígena na fronteira - esta atitude tão humana e ilustrada da política imperial - tão mais grave é o crime de Solano Lopez ao atacar aquele território legitimamente ocupado e cuidado pelo Brasil através de seus (quase) súditos. É uma forma de deslegitimar o discurso de Guerra do inimigo, mostrar ao mundo que a obra de civilização do Império naquela região estava em curso. Tão mais civilizados são os indígenas, pior é o crime de Solano Lopez contra verdadeiros brasileiros.

É interessante contrastar estas representações com a do capitão Flávio Botelho, o indígena “degradado” de Taunay, que não honrava o título que o próprio D. Pedro I havia lhe passado. Flávio Botelho é colocado em comparação com dois brasileiros “civilizados” mortos bravamente em guerra:

Vinham batidos pela imensa superioridade numerica, na proporção de um para cinquenta talvez, havendo tiroteiado com os paraguayos á margem do Desbarrancado, *escaramuça esta assignalada pela morte heroica do soldado Gabriel Barbosa.*

Era capitão da aldêa um velho, kinikináu, certo *Flavio Botelho, que diariamente se embriagava, individuo sem prestigio nem prestimo e sem respeito algum pela patente de que hauria grandes motivos de orgulho, e lhe fora passada por D. Pedro I.*

Retirando-se, em boa ordem, *o bravo tenente-coronel Antonio Dias, commandante do segundo corpo de cavallaria, chegara a Nioac onde fizera toda a população brasileira seguir para a villa de Miranda, ou para os distantes campos do Brillhante e da Vacaria.*” (Taunay, 1931, p. 27, grifos nossos)

Talvez essas mortes e atos honrosos, pela Nação, era o que Taunay esperava de Flávio Botelho, assim como fizeram Pacalala e os soldados brasileiros.

Já sobre o “bárbaro dos sertões” Taunay, como outros autores que reduzem etnias indígenas a essa categoria - possivelmente pela dificuldade de aproximação, também - , não demora muito nas descrições destes povos. Ao se referir aos kadiwéus, Taunay diz o seguinte: “os guaycurús encontravam-se no Lalima e perto de Nioac, *e os indomitos e falsos cadiuéos em Amagalobida e Nabilek, tambem chamado Rio Branco para os lados do rio Paraguay*” (Taunay, 1931, p. 20, grifo nosso). Ainda, em outro trecho, os kadiwéus são representados desta forma:

Entre os índios acima mencionados, aparecem alguns *caiuás* [grifo do autor]. Habitantes do norte do territorio paraguay, nas cabeceiras do Aquidabán, *são os prisioneiros de guerra victimas das correrias que os cadiuéos* [grifo nosso] costumavam fazer nas terras daquela republica. Para este fim saham do Nabilek, passavam os campos da Pedra de Cal e, costeando a serra de Dourados, iam ter ás aguas do Iguatemy, contravertente do Aquidabán.

Os caiuás vendidos passavam, de mão em mão, na qualidade de escravos ou, como por allí se chamam, *captivos* [grifo do autor].

E' a escravidão aliás a mais suave possível. O *captivo* [grifo do autor] faz parte da familia, com ella come, é tratado como filho da casa; tem até regalias especiaes. Irá a senhora buscar agua á fonte e lavar a roupa que pertença ao escravo, mas nunca o obrigará a estes serviços! *Entretanto os captivos são vendidos, com summa facilidade, e por qualquer ninharia, apezar da longa convivencia que os una o senhor.* [grifo nosso] (Taunay, 1931, p. 21)

Neste trecho podemos ver inclusive um certo desdém pela forma de escravidão indígena da região que parece, ironicamente, não tão civilizada quanto a brasileira daquela época.

Assim, de certa forma, ao falar do outro, do indígena; Taunay, falava de si mesmo, de sua sociedade, espelhando no outro tudo aquilo que não constava na sua forma de ver o mundo, burguês e “civilizado” (Hartog, 1999). Aliás, como demonstrado, todo o esquema referencial que Taunay mobiliza para representar os indígenas do Mato Grosso se encaixam em concepções arquetípicas do ser indígena conforme as percepções da sociedade brasileira da época.

Mas o que significava “civilização” para o Taunay? De que forma ela se expressava? Atinente à civilização eram as descrições das lavouras de café que Taunay fez quando ainda estava em Campinas, mostrando a grandiosidade das riquezas trazidas pelo café e pela exploração produtiva e lucrativa da terra - conforme vimos na seção 1.2. Pode-se perceber isso no seguinte trecho:

As praças principais são as das Matrizes nova e velha e do Rósario, todas cercadas de construções mais ou menos regulares, umas concluídas, outras em reparações importantes. O commercio é activo: os productos agricolas do lugar, como café, assucar, algodão e algum chá, procurados no mercado do Rio de Janeiro e cotados com preços elevados. *A cultura do café tem sobretudo grande incremento no municipio, e estima-se em 900,000 arrobas annuaes, como seu termo médio, tocando 60,000 ao fazendeiro de mais recursos.* As outras colheitas importantes equilibram-se, e 6 a 8.000 é a safra regular. Das outras produções não ha dados exatos ; sabe-se que à cultura de algodão vai em progresso e deu bellos resultados na crise proveniente da guerra civil nos Estados-Unidos; a do chá não tem offerecido vantagens e vai sendo pouco a pouco abandonada, apesar de sua carestia em todos os mercados. As plantações de canna tem sido geralmente substituidas pelas de café, continuando porém a sua cultura para consumo próprio dos fazendeiros e alguma exportação.

O grande futuro que espera Campinas para immenso desenvolvimento acha-se, entretanto, nas magnificas e extensas plantações de café ainda novas, que hão de elevar em breve ao triplo as fortunas de seus possuidores, permitindo desde já, por essas lisongeiras previsões, um incremento, em todos os sentidos e animação que difficilmente se notam nas nossas cidades, ainda mesmo no littoral (Taunay, 1874, pp. 94-95).

Esta perspectiva contrasta-se com as representações que Taunay faz de outros lugares do Império que ainda estão por ver o “grande futuro” que a exploração produtiva e lucrativa da terra através do plantio do café poderia trazer:

A cidade de Mogy-mirim, situada aos 22° 22' de latitude austral e 47°22' de longitude O. em referencia ao meridiano de Greenwich, estende-se de S. S. O. a N. N. E. A sua apparencia é tristonha. Poucos predios commodos, ruas silenciosas, sem calçamento e em abandono attestam o nenhum movimento commercial. Cidade antiga, *sem agricultores abastados nas suas circumvizinhanças, com lavoura atrazada, terras pouco ferteis ou mal cultivadas; é patente a sua decadencia.* Entretanto *plantações de café, que se estão ensaiando nos seus arredores, promettem levantar-a da estagnação* tão fatal aos centros de população (Taunay, 1874, p. 103, grifos nossos)

Essa perspectiva tangencia a noção de que o direito à terra só é legítimo se a sua exploração é feita de forma produtiva. Caso contrário, é legítimo declará-la devoluta e, portanto, passível de se transformar em propriedade privada, como vimos anteriormente.

Nesse sentido, gostaríamos de complexificar a perspectiva de Luísa Tombini Wittmann que considerava que a família de Taunay - e o próprio Taunay - não estavam tão interessados em empreender no progresso industrial do Brasil quanto estavam em conhecê-lo⁷⁷ (Wittmann, 2007). Conforme vimos anteriormente, o próprio tio do nosso Taunay, Carlos Augusto, investia em propostas para o disciplinamento das lavouras de café. Assim, os empreendimentos da família Taunay eram diferentes, mas não menos importantes ao empreendimento industrial: eram os empreendimentos das representações, o sustentáculo para que a indústria, conforme vimos no capítulo 1.2, pudesse se apropriar do território e sustentar sua máquina cidadina.

Nesse sentido, os “tipos” e “modos” indígenas contrastam com a civilizada cultura do café, que traria essa civilização às fronteiras através do uso produtivo da terra - e da força de trabalho que as missões capuchinhas preparavam. Alinhado aos valores científicos da época, podemos ver Taunay fazer uma comparação análoga à que vimos que Linnaeus fazia na seção 1.3. Nesse sentido, pedimos licença às leitoras para fazer uma citação mais longa, mas que expressa bem essa perspectiva da História Natural:

O *terena* é agíl e activo: o seu todo exprime mobilidade: gente de intelligencia astuciosa *propende para o mal*. *Aceita com difficuldade as nossas idéas* e conserva arraigados os usos e tradições de sua raça, graças talvez a um espirito mais firme de liberdade.

[...]

E' o *laiana*, um *typo de transição*: tem muito melhores instinctos, menos aversão aos brancos, de cuja língua se serve, sem repugnancia e até pelo contrario com gosto e facilidade. E' o homem mais delgado que o *terena*, menos irrequieto e suspicaz; a physionomia com tudo muito se mostra menos vivaz e intelligente. *São os seus hábitos de trabalho mais aproveitaveis, porém menos constantes e esforçados*.

[...]

O *typo kinikináu* mostra-se muito diverso dos dous precedentes; traz o homem estampadas, no rosto, a apathia e a placidez: as feições, são regulares e até certo ponto bellas, embora nada vivazes. E'-lhe muito diminuta a força do trabalho. Passa os dias, deitado sobre um couro pellado, sem saudades do passado, nem apprehensões do futuro: cultiva com grande custo, alguns cereaes que a família comme á proporção da colheita; *se abundante, muito; tudo, em poucos dias*. Se acaso falhar, passará a alimentar-se de côcos e fructas da mata, como o tarumá (*Vitex montevidensis* [grifo do autor]) que, em dezembro de 1866, constituia a principal alimentação da tribu kinikináu nos Morros.

[...]

⁷⁷ “A família Taunay, portanto, insere-se num grupo de estrangeiros que pretendia conhecer e formar o país, mais do que empreender o seu progresso industrial.” (Wittmann, 2007, p. 228)

Os *guaycurús*, homens em extremo vigorosos, têm feições brutaes e grosseiras; estatura maior que meia, avantajada, às vezes, de modo fora do commum. (Taunay, 1931, pp. 17-19, grifos nossos)

É inevitável notar como, ao olhar, dividir, nomear e listar, Taunay compara e, a partir disso, categoriza e hierarquiza, sobrepondo modos de ser indígena - segundo o ponto de vista ocidental - destacando as características que ele considera atinentes à civilização a partir da sua própria experiência normatizada do que é civilização: a escola, a caserna, a lavoura do café. Assim, Taunay reduz os indígenas a binômios bem-mal (*“O terena [...] aceita com dificuldade nossas ideias”*); à sua proximidade com a civilização (*“E’ o laiana, um typo de transição”*); aos seus hábitos econômicos - improdutivos - (*“cultiva com grande custo, alguns cereaes que a família comme á proporção da colheita; se abundante, muito; tudo, em poucos dias. Se acaso falhar, passará a alimentar-se de côcos e fructas da mata”*); ou às suas características físicas (*“têm feições brutaes e grosseiras”*).

Ora, estas descrições e comparações não são ingênuas. Antes, tentam apontar ao Império onde se deve investir para intensificar a catequese (como com os terena), quem se pode utilizar como força de trabalho (como os laiana), que terras estão improdutivas e podem ser exploradas (a exemplo da cidade Mogy-Mirim); e até mesmo, quem ainda é muito arredio (como os guaycurús) e precisam passar por catequese - ou extermínio.

Então, quando Taunay produz informações sobre os hábitos e os vocabulários como os da língua guaná ou da língua kaingang (Taunay, 1931), ele está justamente contribuindo neste processo de modernização e racionalização dos campos ao tentar dar caminhos próprios de “resolução” para a questão indígena, facilitando, com essas informações, a catequese e a civilização dos índios do Mato Grosso. Sim, Taunay, como afirma Wittmann, tinha uma perspectiva mais humanizada no trato com os indígenas, se comparado com os seus homólogos presidentes provinciais, mas o objetivo era o mesmo: o desaparecimento dos indígenas em um povo brasileiro homogêneo, previsível, controlável.

Assim, o olhar de Taunay era esse da minúcia, não porque era sensível à questão indígena, mas porque buscava ser eficiente ao Estado brasileiro. Ele renunciou aquela forma de quantificar no detalhe que viria com o recenseador posteriormente, conforme Benedict Anderson: “fica evidente a peculiaridade do novo censo. Ele tentava contar minuciosamente os objetos da sua imaginação febril.” (Anderson, 2008, p. 233)

No entanto, essas representações arquetípicas que encerram os indígenas em categorias mais ou menos fechadas talvez não nos interessem tanto quanto as descrição de Taunay das práticas religiosas dos Kinikinau e dos Guaná. É justamente no estranhamento do olhar que o nosso engenheiro-viajante, Taunay, torna-se antropólogo.

3.4 - O engenheiro como antropólogo: estranhamento no “olho do Império”

Durante o contato com os indígenas, Alfredo D’Escragnolle Taunay percebeu muitas coisas que lhe causaram estranhamento e que seriam interessantes de explorar, mas nos atemos, para os fins deste trabalho, à sua atenção à religiosidade dos kinikinau.

Segundo Benedict Anderson,

A nova topografia demográfica arrancou profundas raízes sociais e institucionais, conforme o Estado colonial aumentava de tamanho e multiplicava as suas funções. Guiado por esse mapa imaginado, ele organizava as novas burocracias do sistema educacional, jurídico, da saúde pública, polícia e imigração, que estava construindo sobre o princípio das hierarquias etnoraciais, sempre entendidas, porém, em termos de séries paralelas. A passagem das populações submetidas pela rede diferenciada de escolas, tribunais, clínicas, delegacias e departamentos de imigração criou “hábitos de tramitação” que, com o tempo, deram uma verdadeira vida social às fantasias anteriores do Estado.

Desnecessário dizer que nem sempre era fácil, e que o Estado tropeçou muitas vezes em realidades incômodas. A mais importante delas, de longe, era a filiação religiosa, que servia de base para comunidades imaginadas muito antigas e estáveis, que não se encaixavam minimamente no quadriculado autoritário do mapa do Estado leigo. (Anderson, 2008, p. 234)

Assim, esses “apontamentos corográficos” de Taunay tentavam compreender no jogo geral do Império de que forma poderia ser entendida a religiosidade kinikinau. O estranhamento que Taunay sente ao ver as práticas religiosas kinikinau se inserem neste olhar disciplinador que, por outro lado, não consegue encaixar a prática kinikinau em nenhum modelo conhecido. Este estranhamento é análogo ao estranhamento que os inquisidores sentiam nos processos inquisitoriais contra os *benandanti*.

Segundo Carlo Ginzburg, no artigo *O inquisidor como antropólogo*,

Não estou sugerindo que os inquisidores tenham sido os padrinhos da mitologia comparada. O que estou apontando é um fato mais embaraçoso: existe uma continuidade entre a nossa própria mitologia comparada e as interpretações dos inquisidores. Eles estavam traduzindo (o que implica em interpretação) crenças estranhas a eles para um código diverso, mais compreensível. O que estamos fazendo não é tão diferente, não apenas em princípio como também na prática, porque o testemunho disponível já está, neste caso, contaminado pela interpretação deles. Num certo sentido, a nossa tarefa é muito mais fácil quando os inquisidores não entenderam — como no caso dos *benandanti*. (Ginzburg, 1991, p. 18)

Ou seja, o inquisidor, ao não compreender, tenta traduzir num processo experimental de descrição, num diálogo fundado nas relações de erro-acerto com o interrogado. Enquanto há dúvida e curiosidade, o inquisidor questiona. É no claro-escuro, em que o inquisidor afirma e no que o interrogado nega ou complexifica, que se fundamenta a alteridade: na incomunicabilidade entre inquisidor e réu.

Ginzburg continua: “Quando eles foram mais perceptivos, o processo perdeu (pelo menos numa certa medida) os seus elementos dialógicos. Neste último caso nós encaramos o testemunho como menos valioso, menos puro” (Ginzburg, 1991, p. 18). Assim, quando o inquisidor estabelece uma Verdade e perde sua curiosidade, o diálogo acaba falhando, já que não há motivação para a pergunta, para o questionamento. Encerra-se a alteridade que vinha mobilizando o inquisidor à pergunta. A Verdade é dada, logo, não merece ser perscrutada, nesse contexto em que o que importa é a execução de um processo. Neste sentido, o valor etnográfico do texto se perde, a partir do momento em que estabelece uma Verdade. O próprio produtor daquele conhecimento, qual seja, o inquisidor - e, no nosso caso, o engenheiro-viajante -, desinteressou-se em aprofundar a compreensão da alteridade que o estranhamento fundamentou até o momento da definição. Dando como encerrado o processo definitório, reduz-se a alteridade e a complexidade a um dado quantificável que possibilita o procedimento do processo, possibilita o governo.

Podemos ver esse estranhamento no seguinte trecho:

Vivem os índios do districto na maior ignorância e indiferença, *em materia de religião*. A catechese acha-se muito atrazada ainda e tem sido mal dirigida. Poucos kinikináus conhecem a sgnificação da Cruz e sómente alguns guanás recitam as nossas preces.

O resto existe nas maiores trevas; *entretanto tem estes índios uma palavra para exprimirem Deus, a quem chamam Nhande-iára* [grifo nosso].

Cada tribu porém conta certo numero de *padres cantores*, ao mesmo tempo medicos e feiticeiros: Desde a infancia destinados ao sacerdócio aprendem, ainda em creança, as poucas cantigas da sua liturgia primitiva. Homens e mulheres indistitamente exercem este ministerio grosseiro: nenhum signal os distingue: nenhum respeito os rodea. O mais absurdo fetichismo pareceu-nos ser a religião dos taes padres. Por qualquer motivo: colheitas, chuvas excessivas, sol ardente, *pendoar* [grifo do autor] do milho e motivos ainda menos importantes, cantam noites inteiras, denunciando, presagios conversando com a ave *macauán* [grifo do autor] (ou acauan) que fingem chamar ele longe, imitando-lhe o cantar tristonho.

Este passaro é, pois, para elles, um ente sagrado. Entretanto os demais índios caçam o macauán (*Herpethotes* [grifo do autor]) com a mais completa irreverencia, indice do pouco caso que de tal ave divina fazem. *Temos, por sem duvida, que os proprios padres, em occasião opportuna, saboream a carne daquelle animal, abrindo mão dos principios religiosos e dos encargos da consciencia. O mesmo se dá com os guaycurús e a sua ave sagrada o cara-cará.*

Às vezes, no meio das praticas, faz o *padre grosseiros exercicios de prestidigitação*; finge engulir penas compridas, tira-as do nariz, introduz flechas no estomago, etc. etc. O cenaculo dos seus admiradores compõe-se, quasi sempre, de crianças e velhas. Passam os homens por diante delles lançando-lhes olhares do mais completo indiferentismo e quiçá incredulidade. Mas não creio que jamais os hostilistem ou sim plesmente lhes combatam, ou mesmo ridiculizem, as praticas. (Taunay, 1931, pp. 21-22)

Foi justamente devido ao estranhamento por estes padres-cantores, estas mulheres-padres, que Taunay se prestou a registrar as práticas religiosas dos kinikinau, por mais pejorativos que sejam os termos utilizados para se referir às práticas.

Assim, como se pôde perceber nas representações citadas acima, descrever, separar, classificar, categorizar e hierarquizar não são ações exclusivamente Ocidentais. Conforme leitura de Lévi-Strauss feita por Lilia Schwarcz e Regina Dantas, “os homens são, por definição, seres que colecionam e classificam. Tendem a entender sua vida construindo grandes esquemas de classificação, que se constituem, por outro lado, em formas de naturalizar e de domesticar as irregularidades e o próprio cotidiano” (Schwarcz, Dantas, 2008, p. 125). Assim, são formas que diferentes culturas adotaram através dos milênios de conceber, compreender e transformar a realidade à luz da novidade, do diverso e do diferente. Marshall Sahlins chama isso de estrutura da conjuntura. Fato ou evento culturalmente singular carregado de significado, em que os povos, ao reproduzir a estrutura, começam por transformá-la (Schwarcz, 1994). É o caso do deus Lono-Capitão Cook.

As crenças havaianas contavam que o deus Lono retornaria para festejar entre eles. O Capitão Cook, enviado em missão pelo governo britânico ao pacífico, chega nas Ilhas Havaianas. No encontro entre o capitão burguês e os havaianos, a nova conjuntura possibilitou que a crença havaiana deixasse de ser crença e se tornasse verdade. Assim, o Capitão Cook é alçado ao lugar de divindade e, igualmente, é ritualmente morto neste conturbado encontro entre o Ocidente e os povos havaianos (Schwarcz, 1994).

O mesmo pode ser visto entre os indígenas Kinikinau. Estes, ao seu jeito, após se converterem ao cristianismo, agregam características próprias à nova prática religiosa ocidental com que se deparam. Isto porque, foi através da seleção de determinadas características que os indígenas puderam chegar a termos e compreender, à luz do seu contexto, o que vinha de fora, o diferente: nomeadamente, a religião católica. Não apenas compreender, mas incorporar às suas práticas o que agregava sentido às suas formas de ser e fazer o mundo.

Assim, conforme o relato de Taunay, os Kinikinau atribuem papéis sacerdotais centrais às mulheres, fazendo delas mulheres-padre, impensável no catolicismo até hoje; os (e as) padres indígenas assumem o lugar de curandeiros (as) e xamãs, em situações de doença; os rituais funerários, imbuídos do longo luto feito dos gritos chorosos das mulheres por dias. (Taunay, 1931) Isso tudo é um a Taunay, porque o seu universo simbólico é completamente diferente do descrito acima: é o universo da inferioridade da mulher, da separação entre saber científico e do saber religioso, do corpo disciplinado (Federici, 2017); em suma, é o de um cortesão ocidentalizado.

Neste sentido, os ditos povos “sem História” estão completamente orientados pelo seu próprio raciocínio histórico (Seth, 2021), ao estabelecer seus próprios regimes de verdade,

suas próprias condutas sobre e com o Outro e suas respectivas práticas, no confronto de diferenças produzida na zona de contato⁷⁸ (Pratt, 1999).

Entretanto, como já afirmamos em outros momentos deste trabalho, a chave de leitura representacional Ocidental está fundamentalmente configurada num certo mecanismo, numa certa forma de representar, que se devota aos seus textos fundadores. A instituição interpretativa ocidental é, desta forma, fundamentalmente uma instituição rígida que sustenta toda a máquina econômica e política. É preciso estabilidade para que, sob o capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção possa prevalecer.

Assim, a Ciência, como vontade de Verdade, é toda uma crença nos seus textos fundadores, em sistemas de crédito e débito representacionais mais ou menos reconhecidos pelos pares (Lyotard, 2009). Esta é a diferença fundamental entre a produção de conhecimento no Ocidente e em outras sociedades. A relação mercadológica que o capitalismo estabelece com sua produção de conhecimento é atinente a uma perspectiva que reduz o outro à uma certa forma de ser previsível e ideal, qual seja, “civilizada”, ocidental, branca e burguesa; e, portanto, governável.

A forma que a Ciência moderna, principalmente desde o século XIX até meados do século XX, encontrou de se relacionar com o diferente, com o que diverge das suas premissas estabelecidas, é justamente de extermínio ou de supressão do Outro, do diferente ou do ingovernável. Silvia Federici, em seu trabalho sobre as caças às bruxas, argumenta bem isso. Quando o mágico se torna um empecilho à disciplinarização do corpo-máquina trabalhador, ele passa pelo processo de apagamento e racionalização que levou a tortura e a morte sistemática de centenas de milhares de mulheres através dos séculos da Idade Moderna, repercutindo inclusive nas Américas e inspirando a Ciência moderna (Federici, 2017).

Ao contrário da negação do presente premente no Ocidente, como se pode perceber na prática religiosa dos Kinikinau, este povo tinha uma forma relativamente flexível de se relacionar com o novo. Foi assim também entre os povos havaianos analisados por Marshall. Ao se deparar com o diferente, estes povos se apropriam dos seus próprios textos (orais), obviamente não com a rigidez interpretativa e científica que existe no Ocidente - até porque o artifício da escrita evoca essa solidez devocional - , mas buscando compreender no seu passado, nos seus mitos, como seu povo se relacionou com o diferente em outros momentos da sua história, adaptando aquilo que já não faz mais sentido em suas instituições. Assim,

⁷⁸ “[...] espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada” (Pratt, 1999, p. 31)

esses povos não estão inertes. Eles conectam passado, presente e futuro numa relação tensional entre sua história e a atualidade histórica que viveram e ainda vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram descrições como as de Alfredo d'Escagnolle Taunay, Henrique de Beaurepaire-Rohan, Raimundo José da Cunha Matos, entre tantos outros tantos viajantes-engenheiros, que garantiram que o “olho do Império” se deslocasse pelos sertões brasileiros indo para além da fronteira da dita “civilização”, disciplinando com precisão os territórios, a natureza, o clima e os povos que existiam e viviam dentro das fronteiras brasileiras. Assim, possibilitou-se a constituição de uma ciência da população brasileira. Não é a toa que, a partir de 1870, o Brasil vai passar pelo seu primeiro recenseamento institucionalizado (Starling; Schwarcz, 2015), vai fazer um mapa que precisaria todo o território brasileiro na Carta do Império do Brasil (Sousa, 2024), e as teorias eugenistas vão começar a se inserir na nação (Schwarcz, 1993).

Ao longo deste trabalho vimos como as formas de poder conformaram as formas de governar na modernidade e constituíram novas relações de poder que constituíram o aparato burocrático moderno que configurou a instituição jurídica moderna em função da soberania que, inicialmente, formou-se em função do fortalecimento do poder real.

Entretanto, com a racionalização das formas de governo, disciplinaram-se as diversas instâncias do Estado em função dos interesses das elites, estabelecendo novos critérios de legitimidade da soberania se refletindo na constituição da propriedade privada dos meios de produção e seu uso produtivo e lucrativo justamente como este critério de legitimidade. O Estado passou a se relacionar com a população de forma mecânica. A Ciência moderna e seus agentes observavam o mundo, a natureza e o social, transformando o mundo em verdadeiras engrenagens de um corpo social mecanizado que serviriam para tornar o Estado moderno e a produção econômica mais eficientes, portanto, propiciando a maximização do lucro.

Estes processos se refletiram nas Américas na racionalização das fronteiras e, posteriormente, no período independente este processo foi intensificado e disciplinado através das ferramentas representacionais que constituíram os Estados modernos. No contexto brasileiro, inserir todo o povo brasileiro em um dado modo de ser era uma estratégia de constituir um povo brasileiro submetido às leis e a soberania das elites e do Imperador, portanto, passíveis de ser considerados parte de um território e de serem utilizados tanto sua mão de obra quanto suas terras parte do Brasil.

Assim, reduzir os indígenas das fronteiras com o Paraguai ao dado, ao quantificável, era estratégico para legitimar o discurso brasileiro sobre as fronteiras. Ao descrever os indígenas, Taunay buscava constituir estratégias que garantissem que os indígenas daquela região fossem efetiva e eficientemente “abrasileirados”. Assim, ao tentar descrever a língua e,

principalmente, os costumes religiosos, Taunay buscava tanto dar o caminho para que a catequização dos indígenas fosse realizada, quanto os costumes que ainda não haviam sido suprimidos e efetivamente transformado em práticas religiosas ocidentais, portanto, apresentando risco ao projeto brasileiro de afirmar a região como território brasileiro.

As disputas de representação pelos territórios não estão circunscritas ao século XIX. Antes, manifestam-se ainda hoje em disputas na *internet* e na academia. Exemplo disso, é a disputa entre a República Popular da China e a República da China, Taiwan, pelo estatuto da Ilha de Formosa enquanto província chinesa ou país independente encetada na *Wikipédia*. Se, por um lado, parece algo pequeno, ambos países compreendem que o que está em jogo é a legitimidade de suas soberanias nos jogos internacionais de poder.⁷⁹

Este trabalho de forma alguma tenta desvalorizar as formas de raciocínio científico, muito menos tenta relativizar fatos objetivos, verdades tangíveis e evidenciáveis, bem como as barbáries feitas contra o povo paraguaio (e brasileiro) na Guerra contra o Paraguai; o caminho da negação é o da Ciência moderna e não deve ser o caminho que deve percorrer as ciências contemporâneas. Por mais vil que tenham sido muitos dos processos modernos, e aqui não cabe reverenciá-los, é importante compreender o fenômeno científico na sua complexidade, na sua contradição: a Ciência moderna produziu sofrimento, mas também produziu conhecimento. É graças ao conhecimento que pudemos superar a varíola e as infecções mais simples, que ceifavam muitas vidas. Neste sentido, a Ciência moderna se configura justamente como uma forma de poder conforme entendia Michel Foucault: não como esta força que só proíbe, mas que induz prazer, gera saber, produz discurso (Foucault, 2016) - é toda a contradição humana em sua faceta mais complexa: na realidade.

Mas enquanto os modernos tinham o benefício da incógnita, de terem produzido saber a partir de uma tábua rasa - não sem intenção, como vimos -, as ciências contemporâneas devem apontar para um caminho mais humano, que compreendam o diferente e aceitem a complexidade humana nas suas diversas manifestações, sem as dividir. Nesse sentido, algumas coisas são melhor descritas, perscrutadas, contempladas, do que resolvidas em esquemas que encerram a realidade em prescrições e determinações. Não é deixar de produzir conhecimento. Pelo contrário, é intensificar sua produção. É instabilizar o encerrado. É explorar outras formas de ser, perceber, representar e fazer o mundo em sua complexidade infinita, no seu porvir - em sua potência de ser, para usar um termo nietzscheano.

⁷⁹ Miller, C. China and Taiwan clash over Wikipedia edits. **BBC News**, Londres, 4 out. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-49921173>. Acesso em: 5 out. 2024.

Como toda forma de poder, o conhecimento é uma prática cumulativa. Assim, ao tentar encerrar o conhecimento em esquematismos universalizantes, acaba-se por limitar a própria potência cumulativa enquanto prática de liberdade (das doenças, da fome, da insegurança...) a que se propõem as ciências várias dos mais diversos povos do mundo. É submeter as ciências contemporâneas aos paradigmas de Ciência moderna, tornando aquelas instrumentais aos interesses das classes dominantes que buscam desmontar os modos de vida alternativos que fogem dos padrões ocidentais de disciplina e biopolítica. São estas formas de poder que promovem uma polícia que, ao exercer sua função de vigilância, já age como juíza e executora dos processos - enquanto este trabalho é escrito uma série de execuções feitas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo vêm sendo noticiadas, demonstrando a crueldade desta instituição de controle social, que não está para proteger a população, senão os interesses das classes dominantes⁸⁰. É sabido que estas práticas não estão circunscritas a São Paulo. Antes, são práticas difundidas nas Polícias Militares do país inteiro⁸¹. Enquanto isso acontece, ainda há representantes do poder que resistem a aderir às políticas de câmeras corporais para controlar a ação policial. Estes olhos que vigiam, julgam e executam não surgiram do nada, antes foram sendo construídos e legitimados pelas reduções da população a dados quantificáveis e previsíveis ao longo destes mais de 200 anos de História.

Neste sentido, é preciso enriquecer e endossar experiências alternativas que configurem novas formas de se relacionar com o saber, de praticar o poder; em suma, é preciso de experiências alternativas que configurem uma nova forma das sociedades serem no mundo, nas suas particularidades. Ora, o capitalismo não surgiu do nada, muito menos sempre esteve aí - como gostam de afirmar certas perspectivas que colocam no comércio e no mercado o

⁸⁰ Jozino, L. Idosa agredida por PM em SP foi algemada e levada em camburão: 'Que risco uma senhora vai oferecer para tantos policiais?'. **G1 - São Paulo**, São Paulo, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/12/05/idosa-agredida-por-pm-em-sp-foi-almegada-e-levada-em-camburao-que-risco-uma-senhora-vai-oferecer-para-tantos-policiais.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2024;

Cord, I. M. Vídeo: sargento da PM atira contra crianças no litoral paulista. **Correio Braziliense**, Distrito Federal, 3 dez. 2024. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2024/12/amp/7002925-video-sargento-da-pm-atira-contracrianças-no-litoral-paulista.html>. Acesso em: 5 dez. 2024.

Policial que matou homem negro com tiro pelas costas é afastado em São Paulo. **Carta Capital**, São Paulo, 3 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/policial-que-matou-homem-negro-com-tiro-pelas-costas-e-afastado-em-sao-paulo/>. Acesso em: 5 dez. 2024

Entenda o caso do homem jogado em rio por policial militar em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/12/entenda-o-caso-do-homem-jogado-em-rio-por-policial-militar-em-sp.shtml>. Acesso em: 5 dez. 2024;

Rodrigues, A. Abusos em série da PM de SP irritam Tarcísio e desgastam Derrite. **Metrópoles**, Distrito Federal, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/abusos-em-serie-da-pm-de-sp-irritam-tarcisio-e-desgastam-derrite>. Acesso em: 5 dez. 2024.

⁸¹ Mori, L. Polícia matou 243 crianças e adolescentes em 9 Estados em 2023, aponta relatório. BBC Brasil, [s. L.], 7 nov. 2024 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwygrk7re45o>. Acesso em: 5 dez. 2024

fundamento do capitalismo, reduzindo formas particulares de troca aos esquemas universalizantes do capital, que Ellen Wood critica (Wood, 2000). Foi a partir de experiências particulares que surgiu o capitalismo, por mais que se pretenda universal.

Da mesma forma, outra sociedade deve surgir no seio das experiências particulares. E essas experiências já se espalham pelo mundo: do Exército Nacional de Libertação Zapatista às lutas do povo palestino - que passa neste exato momento por um genocídio em massa expressada em uma série de crimes de guerra do "Estado de Israel" que justamente universaliza o "ser muçulmano" numa retórica que associa todo palestino ao "terrorista"⁸² - ; de Thomas Sankara a Ailton Krenak; das lutas das mulheres do mundo todo pelo direito ao aborto legal e seguro ao *Occupy Wall Street*. Para estas particularidades é preciso ciências que atendam as demandas e os interesses através de uma escuta ativa das necessidades de cada povo, de cada sujeito. E, neste processo, as ciências precisam aprender e ensinar a codificar representações que agreguem e não que dividam. O ser humano *não é* enquanto divisão, uma escolha entre sentimento *ou* razão. O ser humano só *é* em sua integralidade, no acúmulo de toda uma vida de sentimento *e* razão.

⁸² Ferres, M. A resistência não é apenas um direito dos palestinos; é uma necessidade. **Intercept**, [s. L.], 8 out. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/10/08/a-resistencia-nao-e-apenas-um-direito-dos-palestinos-e-uma-necessidade/>. Acesso em: 05 dez. 2024.

REFERÊNCIAS:

Fontes:

Semanario de Avisos e Conocimientos Utiles. Paraguai: Assunção, 1855, 1857.

Taunay, A. D. E. A Expedição do cônsul Langsdorff ao interior do Brasil. Revista do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil (**RIHGB**), n. XXXVIII, v. 1. Rio de Janeiro: R. L. Garnier, 1875, pp. 355-469. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=893676&pagfis=26204>. Acesso em: 15 nov. 2024;

_____. **Memórias**. São Paulo: Iluminuras, 2004.

_____. Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província do Matto Grosso. Revista do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil (**RIHGB**), n. XVII, v. 2, 1874, pp. 79-239. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=893676&pagfis=25674>. Acesso em: 6 nov. 2024

_____. **Scenas de viagem**: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ataunay-1868-scenas/taunay_1868_scenas.pdf. Acesso em: 16 nov. 2024;

_____. **Entre os nossos índios**: chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaygurús, gaingangs. São Paulo: Melhoramentos, 1931a. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ataunay-1931-indios/Taunay_1931_EntreNossosIndios.pdf. Acesso em: 29 jun. 2024;

Taunay, A. Prefácio. In: Taunay, A. D. E. **Entre os nossos índios**: chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaygurús, gaingangs. São Paulo: Melhoramentos, 1931b. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ataunay-1931-indios/Taunay_1931_EntreNossosIndios.pdf. Acesso em: 29 jun. 2024;

Bibliografia:

ALBERTI, V. Fontes. In: FERREIRA, M. M.; OLIVEIRA, M. D. (orgs.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 107-112;

ALMEIDA, M. R. C. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010;

ALMEIDA, M. R. C. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, jul.-dez., 2012, pp. 21-39. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/39>. Acesso em: 15 set. 2024;

AMOROSO, M. **Terra de Índio**: Imagens em Aldeamentos do Império. São Paulo: Terceiro Nome, 2014;

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008;

BERSTEIN, S; MILZA, P. **História do Século XIX**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997;

BÍBLIA Sagrada. Edição Pastoral [livro digital]. Vv. Aa. - São Paulo: Paulus, 2017

BIBLIOTECA DIGITAL CURT NIEMANAJU, s. L., s. d. Disponível em: <http://etnolingustica.wikidot.com/index:projeto>. Acesso em: 6 dez. 2024

BUENO, C.; CERVO, A. L. **A Política Externa Brasileira**. 1822-1985. Porto Alegre: Ática, 1986;

BURKE, P. **História Social do Conhecimento I**: de Gutenberg a Diderot. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003;

CAMESKI, A. S. **O ensino de Literatura no Colégio Pedro II (1837 - 1890)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015;

CAPDEVILLA, L. O gênero da nação nas gravuras da imprensa de guerra paraguaia: Cabichuí e El Centinela, 1867-1868. Tradução de Mariana Joffily. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun, 2007, p. 9-21. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1447/1296>. Acesso em: 19 out. 2024;

CARNEIRO DA CUNHA, M. Política Indigenista no Século XIX. In: _____(org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992b, pp. 133-154;

CARVALHO, S. M. S. Chaco: Encruzilhada de Povos e “*Melting Pot*” Cultural. Suas Relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, pp. 457-474;

CHARTIER, R. O mundo como representação. Tradução de Andréa Daher e Zenir Campos Reis. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, jan.-abr. 1991, pp. 173-191. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 31 out. 2024;

_____. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. Tradução de André Dione Fonseca e Eduardo de Melo Salgueiro. **Revista Fronteiras**, Dourados-MS, v. 13, n. 24, jul.-dez., 2011, pp. 15-29. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024;

CHIAMULERA, F. V.; VIANNA, M.; POMATTI, A. B. Divulgação científica da História da Medicina: digitalização do acervo do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul. In: Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa, 2021, Osório-RS. Anais X Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa - IFRS Campus Osório, 2021. Disponível em: Acesso em: 29 nov. 2024;

CORREA, J. A. As Fronteiras, os Tratados e os Mapas: A formação territorial do Brasil e os Tratados de Madri e Santo Ildefonso. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 5, n. 1, 2015, p. 31-51. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2549/1973>. Acesso em: 19 nov. 2024

CORRÊA, V. B. O vôo do cara-cará a questão indígena na formação da fronteira oeste. *Tellus*, ano 1, n. 1, out. 2001, pp. 27-40. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/3/3>. Acesso em: 2 dez. 2024;

COSTA, M. F. Aimé-Adrien Taunay: Um Artista Romântico no Interior de uma Expedição Científica. **Fênix**. *Revista De História E Estudos Culturais*, v. 4, n. 4, 2007, pp. 1–17. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/635/604>. Acesso em: 3 dez. 2024;

DARNTON, R. O grande massacre dos gatos, e outros relatos da história cultural francesa. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986;

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, L&PM, 2009;

DOLHNIKOFF, M. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2021, pp. 13-30;

DORATIOTO, F. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022;

ELMIR, C. P. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, n. 13, dez., 1995;

ENGELS, F; MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Victor Hugo Klagsbrunn. São Paulo: Expressão Popular, 2008;

FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017;

FERREIRA, M. C. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia História**, v. 23, n. 37, Jun., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/rZOxpFXZfhcDRZrfdDykCwb/>. Acesso em: 10 nov. 2024;

FERRARO, M. Ordem e disciplina na sociedade do café: práticas punitivas no vale do paraíba, século XIX. **História e Economia**. *Revista Interdisciplinar*, v. 15, n. 2, 2015, pp. 125-142. Disponível em: <https://www.historiaeeconomia.pt/index.php/he/article/view/132/119>. Acesso em: 2 dez. 2024;

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes

_____. **Microfísica do poder**. Organização de Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2016;

FREITAS, R. D. S. Corpos, tempo, literatura e história em *O som do rugido da onça* (2021) de Micheline Verunschik e *Huaco Retrato* (2022) de Gabriela Wiener. **Revista História, histórias**, v. 23, n. 12, jan.-mar., 2024, pp. 1-29. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/52735/40071>. Acesso em: 5 nov. 2024;

GADELHA, M. A. F. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História**, n. 120, jul., 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599>. Acesso em: 1 nov. 2024;

GALEANO, E. **Las palabras andantes**. Buenos Aires: Catálogos S. R. L, 2001;

GINZBURG, C. O inquisidor como antropólogo. Tradução de Jônatas Batista Neto. **Revista Brasileira de História**, v. 1, n. 21, set. 90-fev. 91, 1991, pp. 9-20. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/download/1245202413_ARQUIVO_carloginzburg.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024;

GOES FILHO, S. S. Alexandre de Gusmão (1695-1753): O estadista que desenhou o mapa do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2020

GONÇALVES, M. S.; EDLER, F. C. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. **História da Psiquiatria: Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, n. 12, v. 2, Jun., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/dGzwy8Fhf9fnMRWCmR7VmJz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 dez. 2024;

HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999;

HOBSBAWM, E. **A Era das Revoluções**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2004;

KODAMA, K. Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. **Revista Escritos**. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 2, n. 2, 2008, pp. 373-395. Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero02/FCRB_Escritos_2_17_Kaori_Kodama.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024

_____. **Os índios no Império do Brasil**: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Fiocruz-EDUSP, 2009;

KUHN, F. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002;

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2013;

LAPLATINE, F. **Aprender Antropologia**. Tradução de Marie-Agnês Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2012;

LINHARES BORGES, M. E. Pintura de História e Razão de Estado: um estudo sobre a fundação da nação brasileira. **Portuguese Studies**, London, v. 1, n.22, 2006, pp. 39-54;

LEAL, C. E. SANDRONI, C. Jornal do Commercio. *In*: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-comercio>. Acesso em: 6 dez. 2024;

- LOPEZ, L. R. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986;
- LYOTARD, J. F. **A Condição Pós-Moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009;
- MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016
- MALAN, J. S. Engenharia Militar Brasileira Na Guerra Do Paraguai. **O Tuiuti**, n. 3, nov., 2011. Disponível em: <https://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%2003.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2024;
- MARTÍN, C. M. Una “Carta Esférica” del Aragonés D. Félix de Azara, levantada en los primeros años de su estancia en la Provincia del Paraguay. *In*: ARMILLAS VICENTE, J. A. (org.). **VII Congreso Internacional de Historia de América**. 3 v., 1998, pp. 507-526. Disponível: <https://www.americanistas.es/wp-content/uploads/2024/07/07-035.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024
- MARTINS, A. L. **Império do Café: a grande lavoura no Brasil, 1850-1890**. São Paulo: Atual, 1990;
- MARX, K. **Os despossuídos**. Debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017;
- MENDONÇA, A. W. *et al.* A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 34, out.-dez., 2013, pp. 985-1000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Rs7G6mMXYDrjYfXcFmVrPwK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2024;
- MENEZES, J. P. P. Koixomuneti: Xamanismo e Prática de Cura entre os Terena. **Aurora**, v. 4, n. 6, ago., 2010, pp. 115-117; Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1238/1105>. Acesso em: 14 nov. 2024;
- MENESES, U. T. B. A fotografia como documento - Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo**, n. 14, jan.-jul. 2003, p. 131-151. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Meneses_UTB_11_1342304_AFotografiaComoDocumentoRobertCapaEOMilicianoAbatidoNaEspanha.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.
- MOREIRA, P. R. S. Sobre Fronteira e Liberdade: Representações e Práticas dos Escravos Gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870). **Anos 90**, v. 6, n. 9, 1998, pp. 119-149. Disponível em: Acesso em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6208/3699>. 12 nov. 2024;
- MOREIRA, L. M. Desenhar a linha: a fronteira luso-galega do Alto Minho na cartografia militar portuguesa dos séculos XVII-XIX. **Revista de Historiografia**, v. 23, 2015, pp. 47-65. Disponível em: https://www.academia.edu/16562218/Desenhar_a_linha_a_frenteira_luso_galega_do_Alto

[Minho na cartografia militar portuguesa dos séculos xvii xix&nav from=d7afe505-839e-44db-886b-e7667c0772fb&rw_pos=undefined](https://www.academia.edu/107475923/Da_frenteira_imaginada_%C3%A0_frenteira_represe_ntada_leituras_cartogr%C3%A1ficas_da_raia_galega_portuguesa_s%C3%A9culos_XVI_XX_1). Acesso em: 1 dez. 2024;

MOREIRA, L. M. Da fronteira imaginada à fronteira representada: leituras cartográficas da raia galega-portuguesa (séculos XVI-XX). **Congresso Internacional Patrimônio e Fronteira**, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/107475923/Da_frenteira_imaginada_%C3%A0_frenteira_represe_ntada_leituras_cartogr%C3%A1ficas_da_raia_galega_portuguesa_s%C3%A9culos_XVI_XX_1. Acesso em: 1 dez. 2024

MOREIRA, V. A caverna de Platão contra o cidadão multidimensional indígena: necropolítica e cidadania no processo de independência (1808-1831). **Acervo**. Revista do Arquivo Nacional, v. 34, n. 2, mai.-ago., 2021, pp. 1–26. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1719>. Acesso em: 5 nov. 2024;

MORMÊLLO, B. H. **O Ensino de Matemática na Academia Real Militar do Rio de Janeiro**, de 1811 a 1874. Dissertação (mestrado profissional em Matemática), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, 2010;

NASCIMENTO, V. A. O Periodismo e a Construção da Identidade Nacional Paraguaia no Decurso e no Pós-Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). **Fronteiras: Revista de História**, v. 18, n. 31, jan.-jun., 2016, pp. 393-414. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5882/588266486022.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024;

NETO, M. F. S. Linhas d'água na delimitação do território. **Terra Brasilis** (online), v. 12, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4862>. Acesso em: 12 nov. 2024

OSTRIA, M. D. **Oligarquías, Militares y Masones: la Guerra contra el Paraguay, y la Consolidación de las asimetrías regionales. (1865-1870)**. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 2012;

OLIVEIRA, Bernardo. Uma conversa com Steven Shapin. Revista da SBHC, v. 2, n. 2, jul/dez, 2004. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=149. Acesso em: 25 nov. 2024;

PAULA, E. P. A imprensa vai à Guerra do Paraguai. O uso da caricatura como arma de guerra no século XIX. **Albuquerque: revista de história**, v. 3, n. 6, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/3987>. Acesso em: 12 nov. 2024;

PAULA L. M. Taunay e a legitimidade literária: um apelo ao leitor do futuro. Tese (Doutorado em Letras), UFSM, Santa Maria-RS, 2017;

PALERMO, M. P.; FLORES, A. D. M. O uti possidetis como contribuição latino-americana ao direito internacional. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 19, n. 3, 2022, pp. 136-151. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/8685/pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024;

PELLEGRINO, G.; PRADO, M. L. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2021;

PETERSEN, S. R. F.; LOVATO, B. H. **Introdução ao estudo da História**: temas e textos. Porto Alegre: Edição do autor, 2013,

PEREIRA, S. G. O Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a estruturação urbana do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. *In*: FERREIRA-ALVES, N. M. **Os Franciscanos no Mundo Português III**: O Legado Franciscano, v. III. Porto-PT: CEPESE, 2013, pp. 947-970

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999, pp. 41-76;

QUADROS, E. A Letra e a Linha: a cartografia como fonte histórica. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, Brasil, v. 1, n. 1, p. 27-40, 2008. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/227>. Acesso em: 2 dez. 2024.

QUEVEDO, E. “Uma mão protetora que os desvie do abismo”: sociedade portuguesa de beneficência de porto alegre e seu hospital (1854 – 1904). Tese (Doutorado em História), Unisinos, São Leopoldo-RS, 2016;

REICHEL, H. J.; GUTFREIND, I. **Fronteiras e guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995;

RÉMOND, R. **Introdução à História do Nosso Tempo**. Tradução de Teresa Loureiro. Lisboa: Gradiva, 2003;

REYNALDO, N. Guerra do Paraguai: um Conflito Anunciado (1852 a 1864). **9º Encontro Internacional da ANPHLAC**, Goiás, 2010. Disponível em: <https://ndh-cptl.ufms.br/wp-anais/Anais2010/Aceitos%20em%20ordem%20alfabetica/Ney%20Iared%20REYNALDO.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024;

ROCHA, G. O. R. O Colégio Pedro II e a institucionalização da Geografia Escolar no Brasil Império. **Giramundo**: Revista de Geografia do Colégio Pedro II, v. 1, n. 1, jan.-jun., 2014, pp. 15-34. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/GIRAMUNDO/article/view/7>. Acesso em: 16 nov. 2024;

ROSENFELD, D. Vida e Obra. *In*: DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009;

SANTOS, M. C.; FELIPPE, G. G. **Debates sobre a questão indígena**: histórias, contatos e saberes. Porto Alegre: Edipucrs, 2018;

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;

_____. Entre Amigas: relações de boa vizinhança. **Revista USP**, n. 23, nov., 1994, pp. 68-75. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/26978>. Acesso em: 8 nov. 2024;

_____. **Nem preto nem branco**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2010;

SETH, S. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? In: _____. **História e Pós-Colonialismo**. Traduções de Rita Narra Lucas, Elisa Lopes da Silva, Marcos Cardão, José Miguel Ferreira e José Neves. Lisboa: Imprensa de Memória Contemporânea, 2021;

SILVA, I. B. D.; PAULA, J. L. O. Historiografia patriótica: a “versão tradicional” da Guerra do Paraguai e seus desdobramentos a serviço de um patriotismo militar brasílico. **CES Revista**, v. 25, n. 1, 2011, p. 115-125. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cesRevista/article/view/643>. Acesso em: 19 nov. 2024;

SILVA, J. V. As Supostas Terras do Barão de Antonina, um Legado para Eliza Alice Lynch. **História & Perspectivas**, Uberlândia, vv. 29-30, jul.-dez., 2003/jan.-jun. 2004, pp. 103-128. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19145/10292>. Acesso em: 5 dez. 2024;

SQUINELLO, A. P., MARIN, J. R. Alfredo Maria Adriano D’Escragnolle Taunay e seus múltiplos olhares sobre Mato Grosso: entre a civilização e o sertão. **Revista História & Perspectivas**, v. 31, n. 58, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/37437>. Acesso em: 12 nov. 2024

STARLING, H. M., SCHWARCZ, L. **Brasil: uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015;

STIVAL, M. L. Governo e Poder em Foucault. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 39, n. 4, p.107-126, Out./Dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/NfdDHFSLR7OszPyWZCM3r9t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2024;

STUMPF, L. K. **Fragmentos de guerra: Imagens e visualidades da guerra contra o Paraguai (1865-1881)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019;

SONTAG, S. **Contra a interpretação**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2020;

SOUSA, E. A. A biografia e a escrita de si. Os usos políticos de um relato de viagem no Oitocentos. **Temporalidades**. Revista de História, v. 15, n. 2, 2024, pp. 269-288 Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/48926/43498>. Acesso em: 12 nov. 2024;

SOUZA, E. S. D. Fr. Antônio de Guadalupe, um bispo jacobeu no Rio de Janeiro (1725-1740). **Via Spiritus**. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso, v. 22, 2015, pp. 137-165. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/vsp/article/view/3712/3468>. Acesso em: 4 dez. 2024;

SOUZA, M. V.; SANTANA, E. S. Os “clássicos” e a violência simbólica como colonialidade do saber: o caso do Visconde de Taunay. **Revista discente Oficinas de Clio**, v. 4, n. 7, jul./dez., 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/clio/article/view/1947>. Acesso em: 5 nov. 2024;

TORAL, A. A. **Imagens em desordem**: a iconografia da Guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas-FFLCH-USP, 2001;

TREECE, D. **Exilados, Aliados, Rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-Nação Imperial. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin, Edusp, 2008;

VALINOTI, B. C. Crônicas para una Historia de la Edición y la Lectura en el siglo XIX: La Biblioteca Americana de Alejandro Magariños Cervantes. **Palavra Clave** (La Plata), v. 9, n. 2, 2020, pp. 1-17. Disponível em: <https://www.palavraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe083/12393>. Acesso em: 1 dez. 2024;

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Escola, normalidade e sofrimento. **Educação Unisinos**, n. 27, 2023. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/26968/60749748>. Acesso em: 26 nov. 2024;

WITMANN, L. T. **O vapor e o botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí-SC (1850–1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007;

WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, v. 7, n. 10, 2000, p. 12-29. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19744>. Acesso em: 21 nov. 2024